

ACTA DA 2ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ANGRA DO HEROÍSMO, RELATIVA AO ANO 2011

Aos vinte e nove dias do mês de Abril do ano de dois mil e onze, pelas nove horas e quarenta e seis minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo, na sua 2ª sessão ordinária, a cujos trabalhos presidiu o Sr. deputado municipal Ricardo Manuel Rodrigues de Barros, no exercício das funções de presidente da Assembleia Municipal, secretariado pelas Srs. deputadas municipais: Cristina Margarida Alves de Sousa e Maria Luísa da Cunha Ribeiro.

A - PERÍODO DE ABERTURA

O Sr. Presidente da Mesa, depois de saudar os presentes, determinou que se procedesse à chamada, tendo-se registado as seguintes presenças:

Grupo Municipal do Partido Socialista

António Gonçalves Toste Parreira, António Toledo Alves, Cristina Maria Alves de Sousa, Fábio António Lourenço Vieira, Francisco Sérgio Frade Frota Tavares Barros, Hélio Manuel Melo Vieira, João Carlos Castro Tavares, João Luís Sanchez dos Santos, João Maria Borges da Costa de Sousa Mendes, José Gabriel Pimentel da Silva, José Gaspar Rosa de Lima, José Guilherme de Ávila Brasil, Luís Leonel Teixeira Salvador, Manuel Gabriel Dias Lopes, Manuel Gabriel Martins Gomes, Manuel Henrique Assis Ferreira, Maria de Fátima Viveiros Cordeiro, Maria Luísa da Cunha Ribeiro, Ricardo Manuel Rodrigues de Barros, Salvador da Rocha Lopes, Sérgio Manuel Pedro Cardoso.

Deputados Municipais independentes

José Cipriano de Sousa Martins.

Grupo Municipal do Partido Social democrata

Alódia de Melo Rocha Costa e Silva, Basílio Narciso de Sousa, Guilherme Ferreira de Melo, Honorato Bettencourt Lourenço, Jorge Henrique da Costa Belerique, Luís Alberto Garcia de Castro Pereira da Costa, Luís Miguel Forjaz Rendeiro, Luís Paulo Oliveira Pimentel Carneiro, Maria Antonieta Bettencourt do Canto, Mónica Simões Seidi, Rómulo de Ficher Correia.

Do CDS-PP

José Alberto Moniz Borges, Maria Eduarda Ferreira Borba, Olinda Maria Gonçalves da Rocha.

Da Câmara Municipal

Andreia Martins Cardoso da Costa, Alonso Teixeira Miguel, Anselmo José da Rocha Barcelos, António Lima Cardoso Ventura, Fernando Francisco de Paiva Dias, Francisco Cota Rodrigues, Raquel Margarida Pinheiro da Silva.

O Sr. Presidente da Mesa – “Uma vez que o Sr. primeiro secretário não está presente, vou pedir à Sra. deputada municipal Maria Luísa da Cunha Ribeiro que o substitua.

Vamos pôr à discussão e votação a acta de 25 de Fevereiro. Não há inscrições.

A Acta foi aprovada com 31 votos a favor e 4 abstenções.

O Sr. Presidente da Mesa procedeu à habitual leitura do expediente:

O Sr. Presidente da Mesa – “Da Delegação da ilha Terceira da Secretaria Regional da Ciência e Tecnologia, uma resposta a uma recomendação da Assembleia Municipal - AM que diz o seguinte: «Reportando-nos ao vosso ofício nº 42 de 28-03-2011 sobre o assunto em epígrafe, (acesso à zona industrial de Angra do Heroísmo), informamos V. Exa. que compreendemos que as condições do referido acesso não são as mais adequadas. Mais informamos que está a decorrer um estudo sobre o acesso em questão e logo que possível, iremos avançar com a melhoria da referida zona dentro das nossas possibilidades».

Da Sra. Presidente da Câmara, em resposta à recomendação de adesão ao «Projecto Rede Nacional de Cidades e Vilas com Mobilidade para Todos», a Sra. presidente remete à AM, fotocópia sobre o Parecer Técnico emitido sobre o mesmo. Está na mesa para os Srs. deputados que queiram consultar.

Da Associação Nacional de Municípios, sobre a realização do 19º Congresso da Associação, que se realizará a 9 de Julho em Coimbra, é solicitado que a AM eleja um presidente de junta para o efeito.

Posto isto, vamos perguntar ao público se alguém quer intervir. Presumo que sim.”

B – PERÍODO DESTINADO AO PÚBLICO

Intervenções de alunos da Escola Básica e Secundária Tomás de Borba:

Aluna não identificada – “Bom dia, Sr. Presidente da AM, Sra. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Srs. Deputados, minhas senhoras e meus senhores. Vou falar sobre um assunto relacionado com a natureza.

Trata-se de uma proposta para a Câmara sobre um projecto a implementar nas escolas do concelho para que os alunos das turmas sejam levados a fazer os trilhos existentes no concelho e, simultaneamente, recolherem lixo no mesmo percurso.

Quando a nossa turma foi fazer uma visita de estudo nos trilhos, havia muito lixo. Devia haver alguém para limpar estas zonas. Podiam incentivar os alunos a fazer esse trabalho. Até a nossa turma o podia fazer. Também devia haver caixotes de lixo nesses trilhos.

Acho que deviam incentivar os jovens das escolas a cuidarem da natureza, nomeadamente nestas zonas, irem ver o que a nossa ilha tem para dar e a beleza que ela pode mostrar. Para isso, precisa de estar limpo. Obrigado a todos pela vossa atenção.”

Tiago – “Bom dia, Sr. Presidente da AM, Sra. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Srs. Deputados, minhas senhoras e meus senhores.

Somos alunos da turma 1 do 6º ano da escola Tomás de Borba e estamos aqui para vos apresentar uma proposta no âmbito do projecto «Cidadania e Sustentabilidade para o Séc. XXI» sobre as plantas endémicas da Macaronésia (Açores, Madeira e Canárias), ...”

Maria Alice – “... nomeadamente, as árvores, como por exemplo: Teixo, Cedro do Mato, Gingeira Brava, Azevinho, Sanguinho, Urze, etc. Achamos que deviam usar as plantas endémicas em locais como a Praça Velha, o Cerrado do Bailão e nas ruas da nossa cidade, em vez de outras espécies de árvores.

Se plantarem as endémicas, terão que ter em atenção, as vedações. A importância de plantar as árvores endémicas na nossa cidade, é para estas árvores não desaparecerem. O lado

positivo, é que a nossa cidade fica mais bonita e faz com que os turistas apareçam em maior quantidade. O lado negativo de não as plantar, é que a nossa cidade fica menos bonita e com menos variedade de plantas. Realizando esta proposta, as plantas agradecem. Com os cumprimentos da turma 6º - 1.”

Emília Vieira Branco – “Bom dia, Sr. Presidente da AM, Sra. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Srs. Deputados, minhas senhoras e meus senhores.

Com este discurso, o meu objectivo é referir a importância dos trilhos e da necessidade de os manter limpos. Este projecto consiste em realizar com as escolas, passeios pedestres em que os alunos empenhados fazem a recolha de lixo.

Se a Câmara apoiar este projecto, os alunos e professores envolvidos, terão mais contacto com a natureza, realizando uma actividade divertida que contribui para a menor poluição na nossa ilha. Assim, as escolas darão o exemplo, tentando que a população faça o mesmo.

Ao não apoiar este projecto, torna-se mais difícil o contributo das escolas na manutenção dos trilhos. Como exemplos, cito os turistas que, certamente, gostarão de observar um local bem limpo e bem apresentado. Contudo, apesar de, a opinião dos turistas ser importante, ainda mais, é o contentamento dos terceirenses.

Em conclusão: Tenho a certeza que todos nós gostaríamos de viver num local mais limpo e melhor apresentado. Obrigada pela vossa atenção.”

Valério – “Bom dia, Sr. Presidente da AM, Sra. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Srs. Deputados, minhas senhoras e meus senhores.

Venho-vos propor que Angra do Heroísmo devia ter mais espaços verdes e que as endémicas deviam ser plantadas também em sítios onde não existam, por exemplo: no jardim e noutros locais arejados. Deviam existir mais plantas endémicas por aí.

Também proponho que tentem fazer com que, todas as escolas, plantem endémicas em locais onde possam e, se der nas suas próprias escolas, melhor ainda.

Também acho que deviam tentar construir um jardim onde estivessem vários tipos de plantas e ao lado de cada, qualquer coisa a indicar todas as informações que devíamos saber sobre elas.

Os pontos positivos: é que assim, as pessoas ficam a saber mais sobre as plantas, se são invasoras ou endémicas, ou até mesmo, introduzidas.

Os pontos negativos: é que terão muito trabalho a fazer isto, se quiserem, mas era uma boa ideia.

A minha conclusão é que os espaços verdes devem existir em maior quantidade e que poderia haver um local onde nos explicassem tudo sobre as plantas. Obrigado pela vossa atenção.”

Aluna não identificada – “Bom dia, Sr. Presidente da AM, Sra. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Srs. Deputados, minhas senhoras e meus senhores.

Gostava de chamar a atenção para o problema dos caixotes do lixo. Acho que deveriam colocar caixotes do lixo em todas as ruas porque não há um único sítio para colocar o lixo, sendo a pessoa, obrigada a levar o lixo para casa ou a deitá-lo para o chão o que, infelizmente, muitas pessoas podem fazer.

Se pusessem caixotes de lixo nas ruas, a cidade ficaria muito mais limpa. Por exemplo: Actualmente, se alguém compra um gelado ou uma garrafa de água, depois de o comer ou beber, fica sem espaço para pôr o lixo, ou seja, a garrafa de água e o papel do gelado.

Se colocassem caixotes do lixo nas ruas, a cidade ficaria mais limpa e bonita para os turistas, mas, acima de tudo, para os terceirenses que passam todos os dias pelas ruas da cidade; por isso, ela tem que estar o mais limpa possível. Obrigado.”

João Azevedo – “Exmo. Sr. Presidente da AM, Sra. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Srs. Deputados municipais, minhas senhoras e meus senhores.

O assunto de que vos quero falar relaciona-se com a necessidade de o nosso concelho ter os espaços públicos, limpos e arborizados com plantas endémicas, fazendo com que Angra e todos os angrenses sejam amigos do ambiente e promotores de melhores condições de vida no presente e no futuro.

Especificamente, gostava de falar no seguinte: a arborização de espaços públicos é muito importante porque permite a melhoria da qualidade do ar nos centros das cidades onde predominam edifícios, estradas e grande circulação de viaturas e pessoas. Por exemplo: as cidades consideradas as melhores em qualidade de vida são as que possuem mais espaços verdes, pois é através deles que se conseguem melhores índices de qualidade do ar, permitindo que os seus habitantes tenham melhor saúde e assim, melhor qualidade de vida.

Em conclusão, podemos dizer que, quanto mais zonas verdes forem protegidas ou criadas, melhor qualidade do ar terá toda a nossa população. Obrigado pela vossa atenção.”

Bianca – “Bom dia Sr. presidente da AM, Sra. presidente da Câmara, Srs. vereadores, Srs. deputados, minhas senhoras e meus senhores.

O assunto que venho apresentar é sobre a necessidade da colocação de caixotes do lixo em Angra do Heroísmo. Considero importante porque, nas ruas centrais de Angra do Heroísmo não há caixotes do lixo, pelo que as pessoas irão colocar o seu lixo no chão. Aí, a cidade ficará com um ar negativo e o ambiente ficará poluído, prejudicando a ilha e o turismo. Após a colocação dos mesmos, as ruas ficarão mais bonitas e haverá menos poluição.

Eu própria, quando venho a Angra, nunca vejo caixotes do lixo para depositar o referido lixo, tendo o cuidado de o guardar no meu bolso até chegar a casa.

Atendendo aos factos que vos referi, acho mesmo necessária a colocação de caixotes de lixo na cidade. Obrigada pela vossa atenção.”

Emanuel – “Bom dia Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sra. Presidente da Câmara Municipal, Srs. Vereadores, Srs. Deputados, minhas senhoras, meus senhores.

Venho aqui em representação da turma 6º 1 da E.B.S. Tomás de Borba no âmbito do projecto “Cidadania e Sustentabilidade dos Açores”, uma abordagem curricular para expor o seguinte tema: Zelar pela limpeza e manutenção do Relvão.

Embora o Relvão seja um sítio frequentado por muitas crianças, nem sempre se encontra devidamente limpo e apetrechado. Deste modo, solicitamos a V. Exas., uma maior distribuição de caixotes do lixo ou ecopontos no recinto, uma limpeza mais frequente dos relvados, plantação de espécies endémicas, melhoria das condições do campo de basquetebol e construção de um pequeno campo de futebol.

A nossa intenção é ver o Relvão tornar-se num recinto mais apelativo e um ponto de encontro com melhores condições entre crianças e adultos. Agradecemos a vossa atenção. Continuação de um bom dia.”

O Sr. presidente da Mesa – “Muito obrigado. Já falaram todos?”

Aplausos.

O Sr. presidente da Mesa – “ Vou passar a palavra à Sra. Presidente da Câmara para vos dar algumas informações.”

A Sra. presidente da Câmara – “Sr. Presidente da AM, Srs. deputados municipais, Srs. vereadores, caríssimos alunos e professores. É com muita satisfação que vos recebemos aqui.

O trabalho dos professores e o resultado deste projecto está a dar frutos e fico muito satisfeita que, pela segunda vez, recebamos alunos da escola, no âmbito deste projecto “Cidadania e Sustentabilidade nos Açores”.

Não sei se os Srs. deputados saberão, mas trata-se de um projecto do comissariado da educação a nível nacional que elegeu os Açores para o desenvolvimento do mesmo e uma das componentes e vertentes importantes é, exactamente, o desenvolvimento da cidadania das crianças de um conjunto de escolas do nosso concelho. Penso que é interessantíssima a selecção que fizeram de uma aproximação aos órgãos próprios a nível local, designadamente, a AM e CM.

A CM participa neste projecto como entidade parceira e já desenvolvemos um conjunto de iniciativas nesta matéria. Fico muito satisfeita porque, do resultado do vosso trabalho, já há propostas concretas de melhoria da qualidade de vida no nosso concelho e isto é essencial numa área muito querida de todos, que é a área do ambiente, que conduz a uma sustentabilidade e a um futuro melhor para nós, mas, essencialmente para vocês.

Queria dizer-vos que as preocupações por vós apresentadas, também são partilhadas por nós e temos consciência que temos que fazer um investimento ainda maior nessas vertentes.

Ao nível dos trilhos, a CM tem uma parceria com a Associação “Os Montanheiros” que vocês, naturalmente conhecem e dessa parceria resulta um conjunto de actividades de limpeza e manutenção dos trilhos pedestres por parte daquela associação, isto já numa actividade complementar à entidade que detém a primeira responsabilidade nessa manutenção, que é o Governo Regional.

Parece-me de todo o interesse que alarguemos esta nossa parceria à escola, porque no fundo, é isto que vocês nos vêm cá propor. A vossa proposta ainda me agrada mais porque, além de fazer um diagnóstico do problema apresenta uma solução, também indica uma forma de integração na resolução desse mesmo problema e isso é fundamental porque se trata de cidadania. Cidadania é, não nos demitirmos da solução dos problemas de todos nós. Queria dar-vos os parabéns por isso.

Quanto às plantas endémicas, já demos sinais da nossa preocupação. Por exemplo: Colocámos uma planta endémica no Fanal e também temos tido essa preocupação noutros locais designadamente, no jardim público. Acredito e penso que podemos estender isso a outros espaços públicos, como por exemplo, o Relvão, sendo certo que temos que adequar o tipo de planta ao espaço, senão, ela não se desenvolve em condições.

Quanto aos caixotes de lixo em todas as ruas, essa tem sido uma temática que temos abordado aqui ultimamente. Como sabem, com a proibição de fumar dentro dos cafés, houve a necessidade de se colocar cigarreiras, (espaços para se apagar os cigarros), em toda a cidade.

Optámos por aquele modelo que vocês conhecem, que é muito sóbrio mas não tem as dimensões adequadas para ser utilizado como caixote do lixo. Nesse sentido, os Serviços Municipalizados avançaram com um processo para aquisição de recipientes maiores para a deposição de lixo de maior dimensão. Esse procedimento já está concluído, a empresa já foi contratada e à partida, os recipientes serão entregues até ao início do mês de Junho. O limite

é o início de Junho para que a Câmara proceda à sua colocação em todo o centro histórico antes do início das Sanjoaninas. Foi uma meta que definimos.

Foi também aqui manifestada uma preocupação com determinados equipamentos do Relvão e a limpeza daquele espaço. Como os meninos e meninas que aqui estão e, de certo, os Srs. professores sabem, porque são pais como eu e frequentam aquele sítio com bastante assiduidade, o Relvão tem sido um espaço onde temos investido nas mais diversas áreas. Como vêm, por terem sido pavimentadas as zonas pedonais, o Relvão hoje, não é só frequentado por crianças e jovens, mas também por idosos para fazerem as suas caminhadas. Já devem ter tido a hipótese de constatar isso.

Criámos um recinto par um jogo parecido com o futebol, que se chama “Pana” que tem tido bastante utilização e neste momento, alguns equipamentos estão em fase de reparação e substituição.

Também se devem ter apercebido que colocámos *flexipiso* nas zonas de queda de alguns dos equipamentos. Como são equipamentos com grande uso, têm também um grande desgaste e por isso é necessário substituí-los frequentemente. Estou a lembrar-me da rede de voleibol que precisa de ser substituída e ao nível do basquete, também é necessário proceder-se à substituição de alguns equipamentos, assim como as redes das mesas de pingue-pongue.

Temos vindo a fazer uma manutenção regular daquele espaço que também já dispõe de casas de banho adequadas e com vigilância, talvez um dos investimentos mais importantes.

Penso que o Relvão é um dos espaços mais bonitos e mais limpos da cidade, apesar de ser natural que, ao final de um sábado ou outro dia de grande frequência, apareçam alguns sinais do uso. Penso que as pessoas dão àquele, um melhor uso do que a outros espaços e nessa medida, penso que estamos de parabéns, o que não quer dizer que não possamos melhorar. Há sempre margem para melhorias.

Mais uma vez, muito obrigado pela vossa participação. Acho que todos desejamos que as crianças e jovens do nosso concelho reconheçam que há espaços próprios para se colocarem as questões. Isto é essencial. Por isso, queria dar os parabéns aos Srs. professores que tomaram todas as diligências para que isto acontecesse e sobretudo para que os alunos saibam que têm um espaço livre para manifestarem as suas opiniões e participarem nas soluções. Acho que isto é essencial.

Acho que um dos maiores problemas a que assistimos hoje no nosso país, na nossa região e também no nosso concelho, é o facto de as pessoas assumirem que as entidades públicas são as únicas responsáveis pela resolução dos problemas que nos afectam a todos. Não é assim. Todos temos o nosso papel. Muito obrigado por exercerem o vosso e por terem estado connosco esta manhã.”

O Sr. Presidente da Mesa – “Obrigado, Sra. presidente. Dou agora aos Srs. líderes parlamentares a oportunidade de se pronunciarem de forma breve, se quiserem.”

O Sr. d.m. Luís Rendeiro – “Muito bom dia, Sr. presidente, Srs. membros da Mesa, Exma. Sra. Presidente da Câmara e vereadores, caros colegas deputados municipais e membros do público.

O grupo municipal do PSD queria manifestar a sua satisfação com esta iniciativa dos alunos da escola Tomás de Borba que vieram dar um contributo muito importante, um acto relevante, em termos de cidadania, nesta casa onde se discutem os temas de maior relevância para o concelho.

Não há nada melhor do que ser a própria sociedade civil, neste caso, através dos seus representantes mais jovens e que serão o futuro da nossa terra, começando desde cedo a manifestarem as suas preocupações e a sua participação nas escolhas que se fazem para a terra onde a gente vive e a tratarem de pôr um pouco as mãos na condução dos destinos do seu lugar, da sua terra. Tudo o que fizerem, acabará por reverter também para vocês, no futuro.

Esta vossa intervenção hoje aqui é muito importante, sobretudo numa altura em que se discute, a vários níveis (e, na minha opinião, de forma às vezes errada), o distanciamento muito grande entre o que é a vontade das pessoas e o interesse individual de cada cidadão e as posturas e as acções dos decisores políticos.

Nada melhor, do que virem vós próprios cá participar, darem o vosso contributo, a vossa opinião e verem que existem locais para que isso aconteça, com pessoas dispostas a trabalhar pelo bem comum e ouvir as propostas e preocupações de quem cá vem fazer chamadas de atenção, às vezes diferentes, com outro âmbito ou com outra preocupação do que aquelas que nós, aqui nesta Casa, muitas vezes achamos prioritárias. É de saudar.

Queria dar-vos os parabéns, aos vossos professores e a quem organizou esta iniciativa, porque é muito útil e muito importante a todos os níveis.

Quanto ao conteúdo das intervenções que aqui fizeram, sobre a importância da localização de plantas endémicas nos espaços públicos, não posso deixar de relevar que, muitas delas, são questões que já foram aqui tratadas.

Quanto à questão do lixo no interior da ilha e nos trilhos pedestres, o grupo municipal do PSD já tinha levantado, abordado e discutido essa questão com os membros da vereação camarária, com a Sra. presidente e com o Sr. vereador Cota Rodrigues, fundamentalmente, no que diz respeito à limpeza e à retirada dos resíduos. Tem sido uma preocupação nossa. É importante que haja também essa insistência por parte do público.

Quanto à questão dos caixotes do lixo na cidade, justiça seja feita, já foi alvo de uma recomendação por parte do grupo municipal do CDS, que aqui também está presente. Acho que só vêm aqui dar força a algumas das preocupações que já foram apresentadas e discutidas nesta casa e queria dar-vos os parabéns por isso. Muito obrigado.”

O Sr. d.m. Francisco Barros – “Sr. presidente da Assembleia, Sras. e Srs. membros da Assembleia, Sra. presidente da Câmara, Sras. e Srs. vereadores, estimado público, professores e alunos da Escola Tomás de Borba.

Acima de tudo, aquilo a que assistimos hoje e que tínhamos assistido na sessão anterior desta assembleia, foi um exercício crítico. Sublinho a palavra, porque esta é, para mim, das mais importantes; um exercício crítico de, como pessoas, como jovens e crianças, interpretam e vêem a realidade que os rodeia e os assuntos que lhes dizem respeito no seu dia-a-dia. Dizem respeito ao seu dia-a-dia no presente, porque sei que, aquilo que fazemos hoje, terá, naturalmente, reflexos no futuro.

Querer atribuir sempre aos jovens e às crianças que o que vos está destinado é o futuro e não o presente, é, muitas vezes, negar a realidade de hoje. Vocês devem preocupar-se com o futuro, é óbvio que sim, mas demonstraram hoje aqui, que se preocupam com o presente e com o que querem no vosso dia-a-dia, de uma forma crítica, descomplexada, de uma forma que, muitas vezes, nós, digamos assim, menos jovens... a Prof. Fátima Cordeiro ri-se, porque ela já está na terceira idade, mas pronto. Nós, menos jovens, muitas vezes não temos a vontade e o espírito crítico de fazer da forma livre e aberta como vocês fazem.

Independentemente das questões que colocaram, que são prementes e que já foram objecto de discussão aqui, vocês revelam que querem participar, que querem actuar, que querem agir hoje e não agir para o futuro, porque o dia de amanhã já não é futuro; é presente. Também por isso, os meus parabéns e força.”

O Sr. presidente da Mesa – “Muito obrigado. Não há mais intervenções. Permitam-me que faça eu uma intervenção final.

Sra. presidente da Câmara, Sras. e Srs. vereadores, Sras. e Srs. deputados municipais, professores, caros alunos.

Numa altura em que é comum ouvir-se que a política é uma coisa feia, que não resulta, que Portugal está mal e estamos todos mal, o que vocês acabaram de fazer é política pura e dura.

Política é, efectivamente, a gestão da *pólis*, da cidade e vocês, como cidadãos que são, podem e devem contribuir para a melhoria das condições de vida da zona, da cidade, do concelho, da ilha onde vivem. É uma actividade nobre e uma obrigação de qualquer cidadão consciente, participar na vida da sua colectividade com coisas simples e, sobretudo, que sejam exequíveis e que não sejam necessariamente para gastar dinheiro.

A limpeza é uma preocupação que deve responsabilizar-nos a todos e uma constante das vidas de todos nós. É, de facto, uma atitude de cidadania, uma atitude que não devemos ter só para connosco, mas também ensinar os outros, o comportamento que devem ter no dia-a-dia.

Preservar a natureza, é, no fundo, fazer com que ela tenha para nós, uma atitude mais passiva. Quando assistimos, muitas vezes, a cataclismos naturais, esquecemo-nos que parte deles são o resultado das agressões que o homem faz à natureza. Por formação profissional, eu acompanho o que se passa a esse nível, não só na região, mas um pouco por todo o lado e muitas das manifestações da natureza são, no fundo, o resultado da agressividade que o ser humano tem para com ela própria. Por isso, essa é uma preocupação política do Homem da *pólis* e também a preocupação de preservar aquilo que é nosso, a nossa História, a nossa cultura e as nossas plantas endémicas.

Permitam-me que, muito rapidamente vos conte uma coisa menos... legal que eu fiz, que tem a ver com as plantas endémicas: Um dia passei por uma estrada que tinha acabado de ser aberta no mato e vi um cedro do mato que estava com um ar muito raquítico. Obviamente, que não se pode retirar.

A gente fala em plantas endémicas, elas têm também o seu habitat natural, o seu espaço próprio, mas eu achei que aquela plantinha não tinha ali, muitas condições e trouxe-a para o meu jardim. Felizmente, hoje é uma planta enorme. Significa que elas também se desenvolvem fora do seu habitat natural de forma diferente e, obviamente, muito mais rápida e, sem ser o cedro de mato que nós conhecemos, de madeira nobre, de madeira que se prestou para mobiliários e não só, hoje têm um valor extraordinário e também fazem parte do nosso património cultural.

Isto para vos dizer que temos que ter em conta, sim senhor, as plantas endémicas, porque isso tem a ver com a nossa História, com as nossas vidas, mas também devemos ter a noção de que elas têm o espaço próprio.

Depois desta lição que nos deram, espero que tenham aprendido também como é que se faz a política do dia-a-dia no nosso concelho.

Voltem sempre e deixo-vos um desafio: Que este trabalho seja o primeiro do resto das vossas vidas.

Muito obrigado, Srs. professores, muito obrigado aos alunos e um bom dia para todos.”

Aplausos.

O Sr. presidente da Mesa – “Muito obrigado. Vamos continuar com os nossos trabalhos entrando no período de Antes da Ordem do Dia.”

C – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr. d.m. Guilherme de Melo – “Sr. presidente da Assembleia, Sras. e Srs. vereadores, Sras. e Srs. deputados, Exmo. público, bom dia a todos.

Em primeiro lugar, queria responder ao pedido de esclarecimento feito na última sessão da Assembleia, pelo Sr. deputado João Maria Mendes, acerca dos símbolos da República. É com imenso gosto que vou tentar fazê-lo.

Posso começar por dizer que consultei os *sites* do Governo da República e também o *site* da Presidência da República que referem quais são os símbolos nacionais, que vêm a ser: A bandeira nacional e o hino nacional.

Em termos mais oficiais, consta na Constituição da República Portuguesa, no artigo 11º, como título e passo a referir, que os símbolos nacionais são: A bandeira nacional e o hino nacional e o nº 3, que a língua oficial é o português. Portanto, o que se pede, é que um dos símbolos da república venha aqui para o nosso salão.

Já agora, a título de curiosidade, pode-se dizer que a actual bandeira é a 11ª que está em uso, porque no tempo da monarquia tivemos 10 bandeiras. Dei-me ao trabalho de consultar e até achei muito interessante, a descrição e a ilustração das bandeiras ao longo do tempo da monarquia, que durou 765 anos e esta é aquela que tem a maior duração, em termos de bandeira da república.

Em segundo lugar, Sr. presidente, queria aproveitar a oportunidade para falar hoje no cais de cruzeiros. Da outra vez, levei um puxão de orelhas ao referir que caminhávamos a passos largos para o fim do primeiro trimestre, que foi o período anunciado para colocação do estudo à discussão pública.

O primeiro trimestre já passou, estamos a passos largos do fim do primeiro mês a seguir ao primeiro trimestre e é só para constatar que, infelizmente, o estudo sobre o referido cais de cruzeiros não foi posto à discussão e à apreciação pública. Lamentamos essa falta do Governo Regional e, sobretudo, do incumprimento de promessas para com os angrenses. Muito obrigado.”

O Sr. d.m. Luís Rendeiro – “Tinha algumas questões a colocar quanto a assuntos correntes. A minha primeira intervenção vem na continuação das Assembleias Municipais anteriores e tem a ver com as águas da escola de S. Sebastião.

Gostaria de saber se a Câmara já tem a informação definitiva sobre a solução final adoptada, se sempre vão ser construídas as tais fossas que o Sr. vereador Cota Rodrigues tinha referido na última Assembleia Municipal, se já há dados oficiais quanto à resolução daquele problema.

A segunda questão tem a ver com aquele troço de ligação entre a via Vitorino Nemésio, e o Cabrito, que passa ali na zona da Furna da Água e está encerrado ao trânsito. Gostaria de saber quais os motivos do fecho desta importante via de ligação, se esse fecho vai ser definitivo, se vão ser propostas alternativas, porque esta via, apesar da sinalização de trânsito

proibido, continua a ser percorrida, quer por agricultores, quer por particulares e por veículos pesados, alguns deles pertencentes a empresas de construção localizadas próximo daquela zona.

Esta situação de movimento de trânsito ali, apesar de alguns obstáculos ali colocados, tenderá a agravar-se com o início da época das touradas à corda e a afluência de munícipes aos tentaderos existentes naquela proximidade. Aquele é um eixo importante de ligação às freguesias do norte da ilha e pela travessia do centro da ilha, liga o principal eixo viário da ilha Terceira, que é a Via Vitorino Nemésio.

Gostaria de algumas informações sobre a segurança daquela via, os motivos pelos quais ela continua encerrada, se não oferece segurança, se o seu encerramento será definitivo e se estão previstas alternativas para a ligar ao Cabrito por um outro traçado.

Ainda em temas correntes, a Câmara Municipal continua sem dizer uma única palavra acerca de um outro compromisso eleitoral, que era a criação do parque de campismo na cidade. Gostaria de saber se já há localizações e o que está em estudo, porque já me parece tempo de começarmos a discutir esta temática.

Outra coisa que gostaria de saber, é se a Câmara dispõe de informação acerca da taxa de desemprego no concelho de Angra, quais as faixas etárias mais abrangidas, índices de desemprego jovem, áreas de actividade com maiores problemas a nível de emprego no concelho, se existem esses dados discriminados ao nível do município de Angra.

Outra preocupação nossa é que, o Concelho Municipal de Educação não reúne há cerca de dois anos. Gostaria de saber porquê e quais as circunstâncias que fazem com que não haja funcionamento deste órgão.

Outra questão tem a ver com a conclusão do Hotel do Canta Galo. A Sra. presidente tinha-nos referido que a conclusão daquela obra estava prevista para Maio. Maio é para a semana e parece-me evidente que o referido hotel está bastante longe de ser concluído. Queríamos saber quais as informações actuais quanto à obra que ali está a ser feita.

A última questão é apenas um breve comentário, que vem na sequência da intervenção da Sra. presidente da Câmara aquando do período de intervenção do público e que tem a ver com as casas de banho do Relvão.

De facto, houve um arranjo das casas de banho da Porta da Prata e confesso que não me agrada que a ela seja reduzida a um mero sanitário público. No entanto, uma vez que existe ali e está ao serviço do parque do Relvão, há uma maior afluência àquele local. Por isso, preocupa-me que a acessibilidade àqueles sanitários seja muito complicada para os cidadãos portadores de deficiência e para os idosos que, cada vez mais, procuram o Relvão como espaço de lazer.

É, de facto, complicado. Devido àqueles lances de escadas, a acessibilidade para pessoas com problemas de locomoção poderá ser complicada, para não dizer impossível. Gostaria de chamar a atenção da necessidade de, eventualmente, se proceder a algumas melhorias na acessibilidade àquele local, para que ele sirva melhor os munícipes. Muito obrigado.”

O Sr. d.m. José Alberto Borges – “Muito bom dia, Sr. presidente da Mesa da Assembleia, Sra. presidente da Câmara e vereação, caros deputados municipais.

Gostaria de fazer as seguintes perguntas e deixar algumas recomendações: Em relação aos desfibriladores, gostaria de lamentar que, até à data, não fosse dada qualquer tipo de formação, porque a época desportiva já vai no fim e continuamos, felizmente, sem qualquer

acidente no Pavilhão Municipal ou nos outros pavilhões, pelo que, sugeriria que se apressasse a formação para técnicos, com vista à utilização desse tipo de material.

Neste momento, no Pavilhão Municipal, as equipas que praticam desporto a nível mais elevado, têm os seus quadros técnicos com formação adequada. Por isso, era bom que se apressasse, pelo menos para a época desportiva que se avizinha, de modo a que não aconteça nada de grave. Felizmente, esperemos que assim seja.

Também gostaria de pedir a colocação de uma maca no referido Pavilhão, porque é obrigatória para certos jogos. A Protecção Civil ou o Serviço de Bombeiros, certamente poderiam disponibilizar alguma maca para lá, porque a Cruz Vermelha não está lá presente em todos os jogos para dar apoio, certamente, porque os clubes não pedem, não é?

Agora que começa a época festiva taurina, também gostaria de recomendar que, se possível, se colocassem sanitários móveis, tal como se faz no concelho da Praia da Vitória, sem custos para as pessoas que promovem a festa e, se calhar, colocar mais alguns contentores junto às tascas, para se fazer um melhor aproveitamento dos vidros, nomeadamente das garrafas e, conseqüentemente, proceder-se a uma melhor limpeza daqueles locais que contaminam as touradas. Sabemos que existem garrafas por todo o lado.

Como vamos entrar em época de festas, nomeadamente, as Sanjoaninas, gostaria de sugerir, se possível, que se desse uma melhor imagem àquela zona e ao campo de jogos municipal, se pintassem os muros e se substituísse a porta da entrada lá existente.

Em relação ao projecto da escola da Santa Bárbara, gostaria também de perguntar se é para manter ou se será alterado. Muito obrigado.”

O Sr. d.m. João Santos – “Sr. presidente, Srs. deputados. É só para perguntar à Sra. presidente da Câmara, aproveitando para a congratular já nesta fase, pelas melhorias que são bem evidentes como, de resto, suspeitei, apesar de todas as críticas que foram feitas logo desde a apresentação.

Era espectável o resultado que hoje já se verifica em relação às obras de recuperação da Praça Velha, nomeadamente à questão das árvores, das grelhas, da calçada, de tudo o que foi reparado e da polémica que está ultrapassada, na minha opinião, não da melhor maneira, mas a possível, nas circunstâncias que se verificaram.

Agora começo a preocupar-me. Estamos a chegar ao fim de Abril, Maio está à porta e as Sanjoaninas também. No fundo, o que eu queria perguntar é: Para quando a conclusão desta obra?

Quando vim, vi que já estão a colocar a calçada aqui no canto superior esquerdo. Parece-me que falta muito pouco, mas queria que me dissesse se, o que falta, é o pouco que está à vista ou se há outros trabalhos de seguida naquele espaço e para quando a colocação do quiosque, uma vez que me parece que a zona onde ele vai ser colocado já se encontra finalizada. Gostaria de saber se é uma questão de faseamento de obra ou algo que esteja a impedir a conclusão deste processo.”

O Sr. d.m. João Maria Mendes – “Sr. presidente, Sra. Câmara, Srs. deputados, muito bom dia a todos.

Gostaria de agradecer a gentileza do deputado Guilherme Melo na investigação que fez, mas confesso aqui publicamente que, quando referi na última sessão, creio, os símbolos da república, estava a fazer um pouco de picardia com o nome.

Eu admito que se fale em símbolos da República Portuguesa. Agora, república é um regime. Por isso é que, em tom de picardia confesso, admirei muito que se quisesse aqui os símbolos

da República. Se tivesse dito que queria os símbolos da República Portuguesa, eu teria percebido.

Eu falo assim porque, toda a gente sabe, é público e não é segredo nenhum, que sou monárquico e defendo a monarquia. Por isso, admirei muito que quisessem ter os símbolos republicanos nesta sala. É verdade que mais parece uma sala monárquica do que republicana. Todavia, é sempre bom, a gente esclarecer estas situações.

Francamente, eu não sabia qual era a ordem de sequência da actual bandeira, mas talvez seja também importante, que todos saibam. Provavelmente sabem. Não quero estar aqui a ensinar, (como se costuma dizer), o Pai-nosso ao padre vigário, mas é curioso que, há precisamente 100 anos, na Assembleia Constituinte ou Assembleia da República (eu não sei como é que se chamava em 1910), se discutiu profundamente, qual seria a bandeira portuguesa.

Curiosamente, muitos republicanos, a começar pela Guerra Junqueiro, apenas queriam tirar a coroa. Se olharem para aquela bandeira, ela manter-se-ia azul e branca, exactamente igual, tiravam-lhe só a coroa e continuava a ser a bandeira da, então, República Portuguesa.

A meu ver, o que, infelizmente prevaleceu, (porque a impuseram ao país), foi uma bandeira que era, nem mais nem menos, a de uma loja maçónica de Lisboa que, creio, se chamava «Pátria e Liberdade» composta por um pano vermelho e verde, que simbolizava a União Ibérica. Uma cor representava a Espanha, não sei se o vermelho ou o verde e a outra representava Portugal.

Foi essa a ideia que prevaleceu na Assembleia Nacional. Claro que, restou o Escudo Nacional, depois a república fascista. É preciso que não se esqueçam que, quando andam a celebrar 100 anos de república, 40 foram de república fascista e ditatorial. Isso, geralmente, esquecem.”

O Sr. d.m. Guilherme Melo – “Na monarquia, não havia.”

O Sr. d.m. João Maria Mendes – “Não, nunca houve fascismo.”

Sr. presidente da Mesa – “Srs. deputados, não entrem em diálogo senão tenho que intervir como historiador.”

O Sr. d.m. João Maria Mendes – “Oh, Sr. deputado Guilherme Melo. Vamos ser sérios com a História que ela não é para rir, nem é brincadeira nenhuma. Houve um período absolutista na monarquia. Houve.”

O Sr. d.m. Guilherme Melo – “767 anos”.

O Sr. d.m. João Maria Mendes – “Isso é falso. Desculpe que lhe diga, isso é, não saber História. Sabe quando é que começou a democracia em Portugal? Se calhar não...”

O Sr. d.m. Guilherme Melo – “1643.”

O Sr. d.m. João Maria Mendes – “Não, não, não foi. Foi em 18...”

O Sr. d.m. Guilherme Melo – “... E 29.”

O Sr. d.m. João Maria Mendes – “...Em 1829 quando foi instaurado pela primeira vez, um regime moderno...”

O Sr. d.m. Guilherme Melo – “... Constitucional, sim senhor”

O Sr. d.m. João Maria Mendes – “... Constitucional, com partidos. Eu admito perfeitamente que os republicanos comemorem os 100 anos da implantação da República, mas que tenham a hombridade e a coragem de assumir que os 40 anos que duraram entre

1926 e 1974, não foram monarquia. Não me consta que o Carmona tenha sido rei; foi presidente da República. O Américo Tomás não foi rei; foi presidente da República, assim como o Craveiro Lopes. Até sei o nome dos três presidentes da República durante esse regime.

Tenham a coragem e a hombridade de reconhecer que a República não é assim o sétimo céu; tem os seus defeitos, tal qual a monarquia que teve um regime absolutista, como toda a Europa também teve. Era o fruto da época, mas apenas a seguir ao Iluminismo, porque dantes, no regime feudal, no regime das cortes, era um regime em que as cidades e os povos, dentro de uma concepção da ciência política da época... Não podemos analisar 1140, 1200, 1300, 1400 e mesmo o século XVI, pelos parâmetros de hoje. Temos que ver na concepção da ciência política dessa altura.

Começou a estabelecer-se o regime absolutista que se implantou em toda a Europa, profundamente negativo, também. Não estou aqui a elogiá-lo, mas foi fruto de uma época e nós assumimos que ele existiu...”

O Sr. presidente da Mesa – “O Sr. deputado José Maria Mendes, desculpe lá. É assim: O artigo 19º diz que este período é para tratar de questões de interesse para o município. É óbvio...”

O Sr. d.m. João Maria Mendes – “... Oh, Sr. presidente, tem toda a razão...”

O Sr. presidente da Mesa – “... É óbvio, que isto é uma brilhante lição de História. Obviamente, interessa a todos os munícipes, conhecerem a História de Portugal, mas só nessa óptica. Queira abreviar...”

O Sr. d.m. João Maria Mendes – “Tem toda a razão, peço desculpa. Só queria terminar, salientando que me parece que anda muito esquecido. O Sr. deputado Guilherme Melo salientou e muito bem, o artigo 11º da Constituição, em que a língua portuguesa é a língua oficial da República Portuguesa. Cada vez há mais estrangeirismos e uma tendência para substituir o português por outra língua. Por isso, creio que, se todos nós tivéssemos presente o artigo 11º da Constituição, seria muito útil.

Peço desculpa por me ter excedido nesta minha explanação, num diálogo ameno com o Sr. deputado Guilherme Melo, mas foi apenas para lhe explicar que foi uma simples picardia e gostaria que, quando se referissem à República, o fizessem à República Portuguesa e não só à República. Muito obrigado, Sr. presidente.”

O Sr. presidente da Mesa – “Muito obrigado pela lição de História.”

O Sr. d.m. José Gabriel P. da Silva – “Bom dia, Sr. presidente da Assembleia, Sra. presidente da Câmara, respectivos vereadores, colegas e amigos deputados municipais.

Quando aqui foi referenciada a situação das Sanjoaninas que se aproximam, fez-me recordar um apelo que já tinha feito no ano passado e que vou voltar a fazer. Num caso específico, não como o nosso deputado municipal do CDS referenciou, não que a Câmara seja proprietária do hotel, mas sugerindo que a própria, solicitasse um embelezamento daquela vedação na Rua João Vaz Côrte-real aquando das Sanjoaninas, uma vez que, já no ano passado, algumas pessoas, no dia das touradas, ficaram presas naqueles ferros, que não estavam devidamente tratados.

Faço este pedido à Câmara, que também solicite à APTG que, (desculpem-me o termo que vou usar), lave a cara daquelas paredes existentes na nossa muralha, circundantes à via e à nossa marina. Muito obrigado.”

O Sr. d.m. Francisco Barros – “Sr. presidente, Sras. e Srs. membros da assembleia, Sra. presidente, Srs. vereadores.

Duas notas muito breves: uma é para manifestar também a preocupação e fazer votos para que o estudo prévio relativo ao cais de cruzeiros de Angra seja colocado à discussão pública. Não é uma obra que se faça numa semana nem num mês, nem pouco mais ou menos. Portanto, a participação e a discussão desse mesmo projecto é algo importante.

A segunda nota é solidária para com o prezado colega Guilherme Melo, para que não se julgue que estamos perante talassas entre republicanos e monárquicos de um lado e do outro e para me solidarizar com os símbolos da República Portuguesa.

Nem por acaso, estamos a discutir um assunto tão premente num dia de um casamento real, para o qual, infelizmente, o pretendente à coroa portuguesa não foi convidado, tendo declarado que, como não foi convidado, não havia presente. Eu questiono: Não tendo sido convidado e não tendo enviado presente, como é que se continua a realizar o casamento?”

A Sra. presidente da Câmara – “Sr. presidente, Srs. deputados municipais, vou tentar responder às questões que me foram colocadas.

Relativamente à questão das águas pluviais da escola de S. Sebastião, o Sr. vereador Cota Rodrigues poderá prestar a informação sobre esta matéria.

Quanto à ligação à Furna da Água, essa decisão foi tomada pelo Governo Regional, pela Secretaria Regional do Ambiente e pela Secretaria Regional da Ciência e Tecnologia e esteve associada às condições de segurança de circulação naquela via. Supostamente, mantendo-se as condições de insegurança, mantém-se o seu encerramento. De qualquer forma, já questionei o Sr. secretário Álamo Meneses no sentido de tentar, ainda hoje, recolher alguma informação para vos prestar.

Quanto à taxa de desemprego, isto não constitui uma novidade. Não existe agora, nem nunca existiu taxa de desemprego municipal. Existem sim, dados dos centros de emprego que não correspondem a taxas de desemprego. Esses dados são recolhidos e não têm a fiabilidade de uma taxa de desemprego, porque resultam das pessoas que se inscrevem como desempregadas nesses centros, ou seja, eventualmente, não correspondem à totalidade. Não há uma correspondência directa.

Quanto ao Conselho Municipal de Educação: Penso que, na última Assembleia Municipal, (se não foi na de Fevereiro, foi na de Dezembro), foram aqui designados os elementos da mesma, para esse efeito.

Também foi solicitada a todas as escolas, a indicação dos seus representantes e algumas atrasaram-se substancialmente na designação dos seus elementos. Finalmente, já os temos e já solicitámos a indicação de disponibilidade para a realização da primeira reunião desse órgão.

Quanto ao Hotel do Canta Galo, penso que já disse isto aqui uma vez. Se me pedirem com precisão, datas de conclusão de obras que são da Câmara Municipal, eu assumo a responsabilidade, quer pelo atraso, quer pelo avanço da obra, quer pelo controlo da sua execução. A respeito do Hotel do Canta Galo, como é óbvio, não. Apenas acompanho com atenção o desenvolvimento da empreitada.

Por aquilo que me é dado ver, penso que está em fase de acabamentos. Nunca visitei a obra. Como os senhores, vejo-a do exterior. Está em fase de acabamentos. Quando estiver concluída, com certeza, todos teremos conhecimento disso.

Quanto à acessibilidade das casas de banho das Portas da Prata, de facto, elas não têm e também não me parece razoável, fazermos-lhes umas rampas de acesso. Estaríamos a destruir um acesso. Portanto, a nossa...”

A Sra. presidente é interrompida.

“... Se me deixar concluir, Sr. deputado. A solução de umas instalações sanitárias acessíveis não passa pelas Portas da Prata.

No Plano que temos, de colocação de uma infra-estrutura de apoio no Relvão propriamente dito, aí sim, haverá casas de banho acessíveis.

Quanto à colocação de desfibrilhadores e à formação técnica: Os desfibrilhadores já foram adquiridos. Estão na nossa posse. Ainda não foram colocados porque não queremos que lhes seja dado uso indevido por pessoal sem formação.

Nesse sentido, solicitámos ao grupo de trabalho que está a implementar esta medida, que seja dada formação a um conjunto de pessoas para a utilização específica deste tipo de equipamentos. Estamos a aguardar que a nossa lista de pessoas indicada, seja chamada para formação.

Já questioneei o coordenador do Serviço Municipal de Protecção Civil, o Dr. André Avelar, sobre a possibilidade de, mesmo assim, se colocarem os desfibrilhadores e ele não considera adequada a sua colocação antes que as pessoas recebam formação.

Quanto à maca, vou averiguar. Não tenho conhecimento de que exista ou não. Se tiver que existir, não é uma situação difícil de resolver.

Quanto ao campo de jogos: Depreendo que se refere ao portão da entrada cuja reparação e a pintura dos muros vai acontecer durante o Verão, que é a altura mais adequada para se cair aquele tipo de infra-estrutura.

Já adquirimos a madeira para o portão, que está em estufa neste momento já que, o que lá está, se degradou porque foi utilizada madeira sem o tempo de estufa adequado. Foi isso que aconteceu. O nosso pessoal tem conhecimento dessa situação. Serão os nossos homens a executar esse trabalho e pretendemos que, no início da próxima época desportiva, o portão já esteja lá colocado. Aquele está em péssimo estado.

Quanto aos sanitários móveis em touradas: Posso colocar essa questão internamente. Realmente, nunca foi hábito nosso, a colocação de sanitários em touradas. Vamos avaliar essa questão.

Penso que falou em alterações ao projecto da escola de Santa Bárbara...?

Folgo e prezo muito que o Sr. deputado municipal José Borges coloque esta questão no sítio próprio, onde as questões devem ser colocadas, o que não é uma normalidade no partido ao qual o senhor pertence. Até hoje, estranhamente, nunca me foi colocada qualquer questão sobre a escola de Santa Bárbara, na CM. Devo dizer que o senhor deve estranhar. Por isso é que lhe estou a dizer que folgo muito que o Sr. a coloque no espaço próprio. Aliás, já tive oportunidade, penso, que na discussão do Plano de Investimentos para 2011, dar exactamente esta mesma resposta.

Consta do descritivo do Plano de Investimentos da autarquia para 2011, que a CM tem projecto concluído, avançou com o procedimento público e neste momento, aguarda a definição de financiamento por parte do Governo Regional. Não recebemos orientações para alterar nem cancelar o projecto. Estamos a aguardar orientações do Governo Regional.

Como sabem, é uma empreitada que não prevê apenas a construção de um equipamento de 1º ciclo porque, se assim fosse, à semelhança da Ribeirinha, já teria avançado. Envolve também o 2º ciclo e, como tal, por ser da responsabilidade directa do Governo Regional, estamos a aguardar essa orientação.

Quanto à questão colocada pelo Sr. presidente da junta de freguesia da Conceição, relativa à necessidade de adequar a vedação do hotel, o que podemos fazer, é mandar lá o fiscal verificar e se a vedação não estiver em condições, daremos orientação para que isso seja corrigido.

Quanto às muralhas em redor da baía, temos conhecimento que a APTG já lançou um procedimento público com vista à sua pintura e alguns melhoramentos e a previsão é de que isso aconteça ainda no decurso deste ano.

Quanto às questões colocadas pelo Sr. deputado municipal João Santos, no que diz respeito à intervenção na Praça Velha, a recolocação da calçada, supostamente terminaria hoje, mas como houve um dia de chuva nesta semana, houve um ligeiro atraso nos trabalhos. Prevemos que até meados da próxima semana, a repavimentação esteja concluída com a colocação das grelhas na base das árvores, na zona lateral direita.

Concluir-se-á a intervenção prevista ao nível da calçada e das árvores. Os bancos serão colocados logo de seguida, à semelhança do que se fez no lado esquerdo. Falta apenas a colocação do quiosque.

Sobre o quiosque, há uma circunstância que ocorreu. Já foi adquirido e está pronto a ser colocado. Já poderia ter sido colocado no local. As ligações estão feitas e o quiosque está em condições. Acontece, que nós propusemos, em reunião de Câmara, um procedimento com vista à concessão da exploração do referido quiosque e da esplanada, que foi rejeitado por maioria, com os votos do PSD e do CDS-PP, o que inviabilizou o seu avanço.

Depois disso, o PSD, o CDS-PP e os Srs. vereadores apresentaram uma proposta de recomendação à CM para que adoptasse o modelo de exploração existente até ao ano passado, ou seja, essa proposta traduz-se em que, o quiosque, o mobiliário antigo da esplanada e o explorador, regressem à Praça Velha nos moldes anteriores. É obvio que isto não resulta de nenhuma diligência que a CM tenha que efectuar.

Essa proposta foi aprovada, também por maioria, pelos Srs. vereadores do PSD e do CDS-PP, implicando, necessariamente, uma iniciativa privada de ocupação do espaço público com quiosque e esplanada, o que até hoje ainda não aconteceu, mas prevejo que venha a acontecer e implicará também, deliberação camarária sobre essa matéria.

Manifestámos isso em reunião de Câmara. Traz-nos um grande desgosto e muita preocupação. Desgosto, porque, antes de se iniciar a intervenção na Praça Velha, houve uma reunião de Câmara em que se decidiu, consensualmente, avançar com essa intervenção, incluindo a colocação do quiosque e o alargamento do passeio em frente à câmara municipal. Depois de isso ter sido consensual entre todos os partidos, tivemos este surpreendente revés: Afinal, não se pretende avançar com a concessão da exploração daquele quiosque.

Não se pretende, porque (e agora tenho que o dizer, porque estou aqui em representação de um órgão que tomou uma decisão), alegadamente, há um processo de consulta pública em curso e só quando esse processo estiver concluído é que se decide se se coloca ou não, o quiosque que já está adquirido, ou o que é que se vai fazer.”

O Sr. presidente da Mesa – “Muito obrigado, Sra. presidente. Sr. deputado João Santos, terminámos o período de Antes da Ordem do Dia.

Desculpe, Sr. deputado Luís Rendeiro. Vamos entrar no período da Ordem do Dia onde os Srs. podem colocar novamente essas questões.

O artigo 19º diz taxativamente que este período tem a duração máxima de 60 minutos, onde se incluem as intervenções dos Srs. deputados e da Sra. presidente da Câmara. Esse período já foi ultrapassado.

Entramos agora no período da Ordem do Dia, onde estas questões podem novamente ser colocadas sem problema nenhum. Nesse sentido, os Srs. deputados farão as intervenções sobre os temas que foram colocados no período anterior.”

O Sr. d.m. Luís Rendeiro – “Só uma questão: Era suposto, o Sr. vereador Cota Rodrigues ter respondido à questão que eu tinha colocado sobre as águas pluviais da escola de S. Sebastião. Queria pedir-lhe que o fizesse neste período ou no período da Actividade Municipal, como entenderem, mas que a questão não ficasse por responder. Muito obrigado.”

O Sr. Vereador Cota Rodrigues – “Os nossos técnicos dos Serviços Municipalizados reuniram-se com os técnicos da Secretaria Regional da Educação e ficou decidido que a actual estrutura de drenagem que lá existe, vai ser melhorada. O leito vai ser afundado, no sentido de facilitar o escoamento das águas.”

D – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1 - DA CÂMARA MUNICIPAL

1.1 – Informação da Senhora Presidente da Câmara Municipal, relativa à actividade municipal desenvolvida durante o período de 26 de Fevereiro a 29 de Abril, bem como informação sobre a situação financeira da Câmara, nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, para apreciação.

A Sra. presidente da Câmara – “Sobre esta matéria, eu queria ressaltar que o período que decorreu de Janeiro até hoje, foi um período de intensa actividade municipal, quer no plano interno, quer no plano de preparação de procedimentos públicos de grande interesse para o nosso município.

No plano interno, porque na sequência da aprovação da alteração orgânica em Dezembro passado, já implementámos um conjunto de intervenções e já há, parcialmente, o início do novo sistema de funcionamento. O Centro de Atendimento Único já se encontra a funcionar. Estão em curso outras intervenções nos espaços da autarquia, no sentido de adequar esses espaços à nova funcionalidade.

Continua em curso, a assessoria que está a ser prestada pela *Smart Vision*, no sentido da implementação desta nova forma de organização, ou seja, deste realinhamento estratégico que está em curso.

Para além disso, no plano dos procedimentos públicos de maior relevo, destaco a abertura do procedimento para a reabilitação da estufa do jardim público, criação de uma casa de chá e galeria, procedimento este que já se encontra em curso e cuja abertura de propostas se prevê para o dia 6 de Junho.

O 3º Pacote de Estradas também já foi lançado. Já procedemos à abertura das propostas. Contamos proceder à adjudicação da obra, não na reunião de Câmara da próxima segunda-feira, mas sim, na reunião do dia 9.

Na próxima reunião de Câmara deliberaremos a abertura do procedimento público com vista à reabilitação das calçadas do centro histórico, 3 iniciativas de grande importância para o nosso concelho, fora todas as outras que estão em curso.

Neste período decorreu também a assinatura pública dos protocolos de Delegação de Competências com as juntas de freguesia, o processamento dos respectivos pagamentos e também a assinatura pública dos contratos-programa com os clubes e colectividades desportivas, mantendo a autarquia, os níveis de financiamento até agora assegurados.

Penso que é importante também referir que participámos, como é habitual, na Bolsa de Turismo de Lisboa. Foi uma participação digna, embora eu tenha dúvidas substanciais sobre o resultado dessa iniciativa.

Teve também início a 2ª Temporada de Teatro em Angra e o «7º Ciclone - Festival Internacional de Tunas».

Falando em tunas, devo aqui também manifestar que foi votado por unanimidade, um voto de louvor à Tuna do Departamento de Ciências Agrárias da Universidade dos Açores, «T.U.S.A», por ter sido considerada a melhor tuna num festival em que participou recentemente, recebendo 3 prémios. Foi apresentado por mim um voto de louvor a essa tuna e votado por unanimidade em reunião de Câmara.

Penso que é também de relevar, a conclusão da intervenção na ligação entre a Canada dos Folhadais e o Pico da Urze, incluindo a pavimentação de um novo estacionamento no largo do Pico da Urze. É uma intervenção de grande importância.

Para além desta, também a ligação entre o Bairro Novo e o Bairro do Bravio em S. Mateus, que é uma importante ligação viária. Tínhamos 2 bairros com má acessibilidade e era importante proceder a esta ligação.

Penso que numa primeira fase, este é um resumo muito resumido, mas o que importa é que coloquem questões.”

O Sr. d.m. João Santos – “Sr. presidente, muito obrigado. Sra. presidente, agora vou começar em jeito de brincadeira para desanuviar, porque este assunto é demasiado sério. Disse-me que a obra era para terminar hoje, mas como choveu um dia, termina em meados da próxima semana. Portanto, por cada dia de chuva, acrescentam-se 3 dias de trabalho...”

A Sra. presidente da Câmara – “A calçada há-de terminar segunda-feira. Depois colocaremos os bancos.”

O Sr. d.m. João Santos – “Bom. Foi mesmo para desanuviar porque, mais para o fim, fiquei com uma preocupação. Ou eu percebi mal ou a Sra. presidente não respondeu ao que eu queria saber. Disse-me qual a posição do PSD e do CDS-PP mas, para mim, o que estes partidos querem para o concelho de Angra, já é sobejamente conhecido.

A senhora e esta casa sabem e a senhora melhor que ninguém, como é obvio. Não é segredo para ninguém, que falámos destas coisas noutros sítios, que não aqui e eu, a devido tempo, disse-lhe e disse-o também aqui nesta casa, que tudo isto era expectável: No dia em que a senhora resolvesse o problema dos bancos, outro problema seria criado pelos seus parceiros em reunião de Câmara, que mais não pretendem, do que bloquear o desenvolvimento do concelho. Isso, para mim, é claro.

O que eu pretendo saber é o que a senhora, enquanto presidente da Câmara, vai fazer, porque a senhora é a presidente da Câmara. Foi eleita pelos angrenses, pelos munícipes. Ao contrário do que o Sr. vereador Artur Lima disse na reunião do Porto Judeu, (que os Srs. presidentes de junta deviam passar a convidar também para as cerimónias, quem manda), aquilo, para mim, caiu em saco roto porque a presidente da Câmara é a senhora. O que eu pretendo saber é o que a Câmara, efectivamente, vai fazer, ou se estamos num impasse.

Sobre a questão do quiosque antigo, eu ouvi, com muita surpresa... nem sequer quero pensar que algum esquema menos claro esteja por detrás dessa proposta, que é absolutamente absurda...

Tenha cuidado a bater na mesa. Olhe que o material pode ser frágil... Como? Vai ter que responder, se a Sra. presidente deixar! O senhor tenha calma, porque os senhores mandam é nos jornais. Isso é que era bom!”

O Sr. presidente da Mesa – “Façam o favor de não entrar em diálogo.”

O Sr. d.m. João Santos – “Essa questão, para mim, é absolutamente absurda. Renovámos a Praça Velha, comprou-se material novo! Sobre a história dos bancos, é público que eu não concordei com ela, mas recuperaram-se. Agora, o quiosque antigo? Um quiosque que é de um privado e não tinha as mínimas condições? Não é, certamente, a minha última intervenção, mas pedia-lhe que me esclarecesse mais neste aspecto: O que é que a Câmara vai fazer? A minha questão é esta. Muito obrigado.”

A Sra. presidente da Câmara – “Sr. deputado municipal João Santos. Penso que fui relativamente clara na minha primeira intervenção. Entendo que, realmente, as circunstâncias se alteraram.

Neste momento a CM é proprietária de um quiosque e tem todas as condições para avançar com um processo de consulta a 3 entidades. Propusemos a 3 proprietários de cafés aqui das imediações, vencendo aquele que apresentar a melhor proposta. Foi o que propusemos em reunião de Câmara.

Após a colocação do quiosque, a sua exploração estaria a cargo de um dos privados das imediações. Na minha opinião, esse é o procedimento correcto a seguir e que resolve os problemas detectados, designadamente, ao nível da higiene, segurança alimentar e requalificação do espaço público. É isso que se pretende.

É evidente que isto tinha sido consensual numa reunião de Câmara antes de se iniciar a intervenção, para seu espanto, mas também para o meu. Ela decorreria exactamente nestes moldes, incluindo a instalação do quiosque.”

O Sr. d.m. João Santos – “Reafirma isso?”

A Sra. presidente da Câmara – “Reafirmo. Na antepenúltima reunião de Câmara, tivemos hipóteses de relembrar aos Srs. vereadores da decisão que havia sido tomada e partilhada por todos. Reproduzimos a gravação, na qual, todos, textualmente, concordámos com a intervenção nestes moldes. Qual não foi a nossa surpresa: Quando se propôs a exploração do quiosque nos moldes de concessão, como tem que ser, ela foi rejeitada.

É evidente que eu tive hipótese de dizer que essa rejeição iria implicar... Só vejo esta via, que é a via de exploração de um quiosque nos moldes em que propusemos. Os Srs. vereadores da oposição resolveram apresentar uma proposta que implica a ocupação do espaço público nos moldes existentes anteriormente.

Para mim, a situação alterou-se, porque a CM, neste momento, é proprietária de um quiosque para ser colocado naquele local e não deve adoptar uma solução da natureza da que foi proposta pelos Srs. vereadores da oposição. Esta é a minha posição.

Estamos numa situação de grande fragilidade, porque podemos ter 3 privados a apresentarem propostas de ocupação do espaço público na Praça Velha. Não sei como é que a CM pretende resolver essa situação, porque qualquer um destes 3 privados ou qualquer outro, pode apresentar uma proposta de colocação de um quiosque na praça.

A CM vai ter que tomar uma decisão com base em quê, eu não sei, porque podemos vir a ter 7 quiosques e 7 esplanadas na Praça Velha. Em bom rigor, é isso que pode acontecer, com a vulnerabilidade que isto implica.

Que solução? Nós temos uma solução que é a que apresentámos: Colocação e concessão do quiosque que está disponível para avançar a qualquer momento. A alternativa fica dependente das iniciativas do, ou dos privados que vierem a apresentar um pedido de ocupação do espaço público.

Foi feito um alerta aos Srs. vereadores da oposição em reunião de Câmara, para a vulnerabilidade da proposta de recomendação que os Srs. apresentaram.”

O Sr. vereador António Ventura – “Penso que não ficou suficientemente clara, a nossa posição.”

O Sr. d.m. António Toledo Alves – “Sr. presidente da Assembleia, Sra. presidente da Câmara, Exmos. vereadores, caros colegas deputados municipais.

Eu venho aqui como coordenador da delegação da ANAFRE, agradecer a prestação dada por esta Câmara e pelo Centro Cultural, à realização do Encontro de Freguesias, porque julgo que foi uma mais-valia para o nosso concelho. Agradeço toda a disponibilidade e todo o apoio prestado.

Gostaria também de agradecer aos colegas de junta, toda a colaboração no transporte dos colegas que vieram das outras ilhas e do continente, já que não tive hipótese de o fazer a todos, pessoalmente.

Agradeço também a intervenção das outras entidades, porque todas se dispuseram a colaborar com este evento. Julgo que foi proveitoso e enquadrado na situação actual. Muito obrigado.”

O Sr. d.m. Francisco Barros – “Sr. presidente, Srs. membros da Assembleia, Sra. presidente e Srs. vereadores.

Duas notas sobre este relatório de actividade municipal, para destacar e relevar o impacto da 17ª Edição do Torneio Internacional de Ténis, uma iniciativa com a colaboração da CM e o Lawn Ténis Club.

Da mesma forma, o destaque já foi feito, mas que fique registado o início da 2ª Temporada de Teatro de Angra.

Para além disso, que fique também registado, pelo que se percebeu dos esclarecimentos dados pela Sr. presidente, que o efeito e a consequência prática da tomada de posição por parte de alguns vereadores da Câmara Municipal de Angra relativamente ao quiosque da Praça Velha se pode traduzir numa de duas coisas: Ou volta àquela praça, um quiosque ladeado de caixotes de lixo e depósitos de garrafas ou pura e simplesmente, podemos chegar à altura das Sanjoaninas e não termos ali, um quiosque que seja.

Uma destas, poderá ser a consequência possível e plausível de uma atitude que não vamos aqui classificar, mas que é, no mínimo, reprovável e revela uma completa e total falta de coerência por parte de quem, pelos vistos, nos jornais, diz que se preocupa muito com os interesses do concelho, mas que, aqui dentro, se preocupa mais em fazer a vida, o mais negra possível, à Sra. presidente da Câmara. Muito obrigado.”

O Sr. d.m. João Maria Mendes – “Sr. presidente, Sra. Câmara, Srs. deputados.

Eu gostaria de lamentar, a título pessoal e não a título partidário, algo que me deixa desgostoso que é a discussão sobre a cidade de Angra, comparando com o que se passa em S. Miguel.

Neste momento, em S. Miguel, discute-se a construção de dois museus de arte contemporânea e a requalificação da cidade da Ribeira Grande. Por cá, o grande problema do nosso concelho é um quiosque na Praça Velha. É lamentável que a nossa política camarária se tenha reduzido a um quiosque na Praça Velha, seja ele redondo, quadrado, cúbico, tenha um ou dois metros, não sei o que mais.

Já chegámos a esta situação, Srs. deputados! É lamentável para a nossa terra! Não quero estar aqui a acusar ninguém, mas acho que é uma falta de imaginação tremenda. Há tantas outras situações de requalificação desta nossa cidade, que são prementes e urgentes e estamos a ocupar jornais, Assembleias Municipais e não sei que mais, por causa de um quiosque na Praça Velha, se é redondo, quadrado ou cúbico. Acho que isto é de uma pobreza extrema. É, não ter ideias e, como disse o Sr. deputado João Santos e muito bem, é estar para aqui a empatar a vida do nosso município.

Em vez de nos preocuparmos com o desenvolvimento e a requalificação programada da nossa cidade de Angra, estamos aqui simplesmente a discutir bizantinices e coisas sem grande ou nenhum interesse, porque não têm mais ideias ou querem, pura e simplesmente, boicotar a actividade da Câmara. Nada melhor do que arranjar ninharias, coisas menores, para boicotar a acção de uma câmara.

Com a minha consciência tranquila, gostaria que isto ficasse aqui registado publicamente. Não podemos continuar com esta situação, se queremos que o nosso concelho progrida e avance.

Volto a referir: Enquanto em S. Miguel, se discute a construção de dois museus (que, se me permitem, acho um disparate muito grande construir-se dois museus de arte contemporânea), nós temos cá a Boa Nova que continua ali parada e não sabemos se vai continuar.

Temos a Rua da Sé num estado lamentável. É evidente que são privados, os donos daquelas casas, mas se houvesse um esforço do Governo Regional, da Câmara e de todos os partidos, quer da governação, quer da oposição, para que esta nossa cidade tivesse um ar diferente, seria muito mais importante do que estarmos a discutir um simples quiosque na Praça Velha.

Vendo pelas fotografias existentes, de facto, o quiosque que ali estava, estava a apodrecer e, como disse o deputado Francisco Barros, rodeado de caixotes de lixo e de uma planta que não era endémica, que estava a morrer. Estava mais do que endémica, estava morta, causando uma nojeira aqui no canto da Praça Velha. Se é isso, que querem repor, francamente, querem repor um gosto muito esquisito à nossa Praça Velha.

Isto foi um desabafo, Sr. presidente. Desculpe se fui, talvez, um bocado expressivo, mas é isto que sinto neste momento. Tenho pena que o nosso concelho esteja aqui apenas a discutir bizantinices em vez de discutir coisas fundamentais.

Bem, o tema da questão é a apresentação da informação da actividade municipal por parte da Sra. presidente.

Já que estamos próximos da feira tauromáquica, que mais uma vez vem enaltecer o nosso concelho, gostaria de destacar que, creio que foi muito importante este protocolo que a Câmara estabeleceu com a Tertúlia Tauromáquica Terceirense para a promoção dos festivais taurinos, tanto as chamadas touradas de praça, como as touradas de corda, ou a largada de touros no dia de S. João na Rua de S. Pedro.

Estamos perante um cartaz que muito nos honra e que projecta esta cidade como cidade taurina, até no contexto da península ibérica.

Temos cá quatro corridas de toiros que gostaria de salientar: Temos uma novidade, que é uma corrida *Goyesca* ou à Antiga Espanhola, que é a primeira vez que se realiza na nossa praça toiros, temos 3 figuras de cartaz, dois toureiros a pé, El Juli e o Talavante, que toda a gente que gosta de toiros, conhece e temos, a cavalo, o João Moura filho, filho de outra grande figura que se destacou durante muitos anos.

Também gostaria de realçar, porque me parece uma ideia muito interessante, este concurso de ganadarias, não só com ganadarias locais, mas também do continente. Creio que este intercâmbio se torna muito útil.

Não sei de onde é que partiu esta iniciativa, não estou muito dentro do assunto, mas gostaria de louvar a participação, pela primeira vez, de uma ganadaria terceirense, a ganadaria de Rego Botelho no próximo mês de Maio, numa tourada no Campo Pequeno, considerada a catedral da tauromaquia nacional. Creio que vai projectar a nossa ilha e o nosso concelho em Lisboa, um cartaz turístico que me parece de louvar, apoiar e salientar aqui nesta Assembleia.

Também refiro a participação de grupos de forcados que vêm da América. Creio que vai ser um pouco difícil trazer toiros da Califórnia para serem lidados aqui porque é muito longe. É pena que as ganadarias que se estão a desenvolver na Califórnia não possam correr toiros aqui na ilha Terceira ou até mesmo no Canadá. Creio que há 1 ou 2 ganadarias no Canadá. Não sei bem quantas...”

O Sr. d.m. Luís Rendeiro – “Os ganaderos de cá iam ficar muito contentes!”

O Sr. d.m. João Maria Mendes – “Como? Bem, eu estou a falar num intercâmbio, que é importante. O Sr. Dr. Luís Rendeiro, que até é veterinário, sabe muito bem disto. Já agora, se me permite a imodéstia, foi precisamente, a freguesia dos Altares que deu uma reviravolta na tauromaquia terceirense.

Quando, durante muitos anos, se andaram aqui a correr bezerrinhos que metiam dó, pela primeira vez em 1984 (o senhor era muito pequenino nessa altura), a comissão de festas dos Altares resolveu comprar 6 toiros a uma ganadaria do continente, aos Oliveiras e Irmãos, e foi a partir daí que as nossas ganadarias se renovaram...”

O Sr. presidente da Mesa – “Sr. deputado, tem mais 20 segundos.”

O Sr. d.m. João Maria Mendes – “ Já termino, Sr. presidente. É só para responder ali ao Sr. deputado Luís Rendeiro, que estes intercâmbios são importantes para os toureiros, para os ganaderos e para a *afición*, dado que é através deste intercâmbio que nos conhecemos.

Se nos fecharmos aqui dentro, podemos correr o risco de voltarmos outra vez ao que foi há muito tempo: Correr os bezerrinhos. Estava bem bom dessa maneira, porque não havia melhor. Por isso, creio que esta iniciativa da Câmara, da Tertúlia Tauromáquica da Terceirense...”

O Sr. presidente da Mesa – “Queira terminar, Sr. deputado.”

O Sr. d.m. João Maria Mendes – “ ...e todos aqueles que promovem a festa brava, é de louvar. Muito obrigado.”

O Sr. d.m. Luís Rendeiro – “Srs. deputados: O que eu queria dizer é que, é de lamentar que os Srs. deputados do Partido Socialista não queiram discutir a actividade municipal, porque, de facto, ela não existe.

Se a Sra. presidente da Câmara percebeu que a democracia se faz valer pelos partidos do poder e os partidos da oposição e se percebeu que tem que respeitar uma decisão democrática da vereação camarária quanto à requalificação da Praça Velha, julgo que os senhores também deveriam ter percebido que a solução proposta é transitória, para evitar que se ponha naquele espaço, um outro caixote, mamarracho, exactamente do mesmo estilo daquele que foi colocado no Alto das Covas, tipo posto de turismo e, ao que suspeito, será parecido com aquele que vai ser colocado no jardim público, a substituir a antiga estufa.

O que se vê aqui é uma tentativa dos Srs. deputados municipais do Partido Socialista de condicionarem a discussão da actividade municipal, que é pouca. Muito pouca. Não há obras com a questão da Praça Velha. O que se passa é que a manutenção... vai-me desculpar, Sr. deputado, agora é a minha vez de falar.

O que se passa aqui, é que a situação proposta pelos vereadores da oposição, foi uma situação de manutenção do que os senhores defenderam como «excelente» até agora, porque defenderam que o antigo quiosque, o que existia e o anterior regime de exploração, que foi uma boa medida de anteriores executivos municipais do Partido Socialista e deu vida à Praça Velha, até então, era bom, o que não querem é que se discutam alternativas, a não ser a vossa imposição do caixote metálico, moderno, tipo contentor de obras. É isso que os senhores não querem.

Se tivessem percebido a vontade e a movimentação popular em torno deste processo da Praça Velha, por pequeno e irrelevante que até possa ser face à discussão dos museus de arte contemporânea em S. Miguel, ele mexeu com o sentimento popular.

Os senhores terão que ter paciência, esperar que a democracia se exerça e que as decisões sejam tomadas nos locais próprios porque a solução proposta é transitória. A esplanada anterior era boa, porque foi uma medida dos executivos socialistas até ao momento em que os mesmos passaram a querer outra coisa.

O que a oposição quer é discutir publicamente e colher os resultados dessa discussão para implementar uma postura que não seja absolutista, fruto de uma discussão pública, o que os senhores não aceitam. É isto que me apraz dizer quanto à questão da Praça Velha.

Quanto ao Hotel do Canta Galo, tudo o que acontece naquele lugar, embora seja obra de um privado, é também da responsabilidade de executivos municipais socialistas, porque decidiram construir o hotel ali e foram responsáveis por aquela decisão, por aquelas opções e por tudo o que aconteceu ao longo destes intermináveis anos em que a aquela obra se tem arrastado sem um fim à vista.

Quanto à escola de Santa Bárbara e tudo o que foi aqui dito, a realidade dos factos é tão simples quanto isto: É que, não há dinheiro! Os projectos e a obra da escola de Santa Bárbara estão muito difíceis de fazer, porque não há verba.

Relembro que na discussão orçamental, não havia previsão de financiamento para aquela obra, não estava definida a forma de financiamento e neste momento parece que se está a ver que não há dinheiro. Isso foi bandeira eleitoral do Partido Socialista e da junta de freguesia

de Santa Bárbara. Agora é preciso que expliquem aos moradores da freguesia, porque é que, mais uma vez, prometeram uma coisa que não podem cumprir.

Também não me foi respondido nada acerca do parque de campismo na cidade de Angra.

Quanto à actividade municipal, devo dizer que, de facto, há um gosto peculiar da CM pelas actividades sociais e culturais que não trazem mais-valias de futuro para o concelho, na maioria, aqueles pequenos eventos que se vão fazendo e que preenchem largamente estas páginas da actividade municipal.

Tendo em conta esta afinidade pela cultura, gostaria de saber porque é que a CM decidiu não participar nas actividades do Dia Mundial da Cultura que decorreram na Câmara Municipal de Ponta Delgada.

Perante este documento aqui apresentado, ficámos também a saber que no dia 16 de Março de 2011 houve reunião da Comissão Municipal de Trânsito. Gostaria de saber quais as conclusões dessa reunião, quais as alterações propostas ao trânsito do concelho e sugerir que essa informação, no futuro, passasse a constar deste caderno da actividade municipal da Câmara que é fornecido aos deputados municipais.”

A Sra. presidente da Câmara – “... Foi tão rápido!”

O Sr. d.m. Luís Rendeiro – “É rápido. Isto é um partido que trabalha depressa e bem.”

A Sra. presidente da Câmara – “É. Muito!”

O Sr. d.m. Luís Rendeiro – “Eu queria dizer que gostaríamos de saber as conclusões da reunião da Comissão Municipal de Trânsito que decorreu no dia 16 de Março de 2011 e que essa informação passasse a ser disponibilizada aos deputados municipais na documentação que nos é fornecida aquando da actividade municipal.

Quanto à BOLSANGRA, gostaria de ter informação acerca das licenciaturas que estão neste momento a ser apoiadas pela Câmara Municipal e, como tal, consideradas prioritárias.

Mais uma questão, desta vez relativa ao piso sintético que foi retirado do campo de jogos municipal e continua nos terrenos adjacentes ao aterro sanitário. O piso apresenta sinais de degradação cada vez maior. Gostaria de saber se ainda vai ser reutilizado, se está em condições, se já há locais para a recolocação. Se os há, que essa recolocação seja feita o mais rapidamente possível para que não se perca um recurso que saiu caro ao concelho.

Nadadores-salvadores: Foi celebrado um protocolo com os militares de modo a preencher as vagas de nadador-salvador nas zonas balneares. Gostaria de saber se se tratou de uma opção da CM ou se teve que ser um recurso devido à falta de candidatos às vagas em questão. Gostaria que me explicasse como decorreu este procedimento, porque se aproxima a época balnear e é muito importante que todas as nossas zonas balneares estejam dotadas de nadadores salvadores.

Quanto a uma recomendação nossa, aprovada nesta AM, sobre a limpeza do campo de jogos de S. Sebastião, essa limpeza ainda não foi efectuada. Gostaria de saber o que é que falta.”

A Sra. presidente da Câmara – “Sr. deputado municipal Luís Rendeiro: Talvez a diferença de 1 ano de idade que nos separa me faz ter outra calma e serenidade até na velocidade com que falo, mas não tenho nada contra o facto de o senhor falar depressa. Pode falar depressa. Desde que eu consiga apanhar só o assunto, a gente chega lá.

Quanto à Comissão de Trânsito e à BOLSANGRA, isso são decisões camarárias. Os resultados da Comissão de Trânsito vão à reunião de Câmara, portanto, os Srs. vereadores do PSD têm acesso a essa informação. Não é necessário que o Sr. deputado aguarde pelas

reuniões da AM que acontecem esporadicamente; pode ter acesso à informação da decisão relativa a todas as alterações de trânsito levadas a essa Comissão de Trânsito, porque ela resulta das actas disponíveis no *site* da Câmara Municipal.”

O Sr. d.m. Luís Rendeiro – “... Posso colocar as questões e vê-las respondidas.”

A Sra. presidente da Câmara – “Sim, mas não está à espera que lhe diga hoje aqui de repente, quais foram as 30 alterações de trânsito efectuadas há um mês, ou está à espera dessa informação? Não! Faça o seu trabalho, que eu faço o meu! O seu trabalho é vir para aqui devidamente informado e apenas pedir esclarecimentos, tipo: «Eu li o que foi decidido, concordei ou não e porque é que tomaram esta ou aquela decisão»! Isso é que é o seu trabalho...”

O Sr. d.m. Luís Rendeiro – “... Tal como deve vir informada.”

A Sra. presidente da Câmara – “Não! Eu não tenho que vir informada de uma decisão que foi tomada na CM e está disponível para todos os Srs. deputados municipais ouvirem, lerem e verem e, para mais, tendo o seu partido, assento nesta... se fosse o Bloco de Esquerda a pedir-me essa informação eu até percebia perfeitamente, mas a esses até vocês a dão. Não precisam que eu a dê porque chegam lá por outras vias.

Quanto à informação que está disponível por «N» vias, faça o senhor, o seu trabalho! Peço imensa desculpa, é para isso que o povo o elegeu. Para que o senhor faça o seu trabalho de consulta e preparação para estas Assembleias Municipais e não venha para aqui pedir que eu leia as actas das Comissões de Trânsito, nem as decisões tomadas na CM. Peço imensa desculpa...”

O Sr. d.m. Luís Rendeiro – “Peça as desculpas que quiser. Tenha decoro. Não foi isso que lhe foi pedido.”

A Sra. presidente da Câmara – “Decoro é o que lhe peço a si! Moralista, que escreve sobre moral, vem pedir-me decoro!?”

Sr. deputado Luís Rendeiro, vou-lhe dizer uma coisa: No dia em que alguém da família Rendeiro tiver lições de moral ou de decoro para me dar... lá chegaremos...”

O Sr. d.m. Luís Rendeiro – “Não lhe admito, Sra. presidente! Não lhe admito!”

A Sra. presidente da Câmara – “Havemos de chegar a este dia!”

O Sr. d.m. Luís Rendeiro – “Não admito que a Sra. presidente da Câmara se dirija...”

A Sra. presidente da Câmara – “Havemos de chegar a este dia!”

O Sr. presidente da Mesa – “Sr. deputado, se faz favor!”

O Sr. d.m. Luís Rendeiro – “Não lhe admito!”

A Sra. presidente da Câmara – “Desculpe? Desculpe? Como?”

O Sr. d.m. Luís Rendeiro – “Dirija-se a mim!”

A Sra. presidente da Câmara – “Isto agora é para defesa da minha honra! É! Da minha honra! Hoje vai ser para defesa da minha honra! Não me admite, o quê?”

O Sr. d.m. Luís Rendeiro – “Que tenha considerações de moral a respeito de...”

A Sra. presidente da Câmara – “Não foi isso que o senhor disse!”

O Sr. d.m. Luís Rendeiro – “Foi, foi!”

A Sra. presidente da Câmara – “«Não admito que a senhora fale da minha família!?»”

O Sr. d.m. Luís Rendeiro – “Oh Sra. presidente, tenha dó!”

A Sra. presidente da Câmara – “Isso deve ser uma graça! A gente vai tomar isso como uma graça! Podem todos, tomar isso como uma graça!”

O Sr. presidente da Mesa – “Sr. deputado, o senhor depois fala.”

A Sra. presidente da Câmara – “Eu vou tomar isso como um assunto seríssimo! O senhor não me permite o quê? Que eu fale sobre a sua família? Pelos vistos, eu hei-de falar da sua família quantas vezes quiser e bem entender porque o senhor fala da minha! Fala da minha quantas vezes quer e bem entende...”

Aplausos e vozes da bancada do PS – “Muito bem!”

A Sra. presidente da Câmara – “... escreve artigos de jornal, esses sim, imorais e indecorosos sobre a minha família! Não, Sr. deputado Luís Rendeiro. Não!”

O Sr. presidente da Mesa – “Srs. deputados, façam favor...”

A Sra. presidente da Câmara – “Se a política que o senhor joga é essa!? De facto, eu nunca falei até hoje sobre a sua família. Disse-lhe apenas que não recebo lições de decoro de ninguém da família Rendeiro. É só isso que eu tenho para dizer. Nem de moral, nem de princípios! E disse-lhe: «Está para nascer o Rendeiro que me vai dar lições de moral!» Quero que isso fique escrito em acta! Eu exijo que isto fique escrito em acta! Que fique escrito em acta!”

O Sr. d.m. Luís Rendeiro – “Isto é muito grave. É gravíssimo!”

Vozes – “Muito bem!”

A Sra. vereadora Raquel Silva – “E o que o senhor diz não é grave?”

A Sra. presidente da Câmara – “Sr. deputado Luís Rendeiro: Depois de defendida a minha honra e a da minha família...”

O Sr. presidente da Mesa – “Façam favor de deixar a Sra. presidente concluir.”

A Sra. presidente da Câmara – “... O que tenho para lhe dizer, é que vou retomar os assuntos e os esclarecimentos.

Quanto ao BOLSANGRA, é exactamente a mesma coisa: Faça o seu trabalho! Eu não vou fazê-lo por si. Trabalhos de casa, acompanho os do meu filho. Não tenho obrigação de acompanhar os seus! Faça-o, que até tem fontes privilegiadas! Peça aqui aos seus colegas, que eles dizem-lhe já isso!

BOLSANGRA: Essa decisão foi tomada em Agosto! Veja lá o seu atraso na preparação para estas reuniões! Falta de actividade, tem o senhor! Prepare-se, trabalhe, faça o que tem a fazer!

Nadadores-salvadores: Aí, sim senhor, tem toda a legitimidade para fazer a pergunta porque, realmente, o senhor não conhece este assunto. Como tal, vou dar-lhe todos os esclarecimentos.

A CULTURANGRA propôs um protocolo ao Regimento. Até acho que já falei nisto aqui. Propôs um protocolo ao Regimento, no sentido de, os homens que estivessem interessados, fazerem o curso de nadadores-salvadores e haver um protocolo entre a CULTURANGRA e o Regimento, no sentido de disponibilizar esses homens, mediante um pagamento e é isso que aqui vai acontecer.

Quanto à limpeza do campo de jogos, os SM avançaram com todo o procedimento relacionado com esta matéria e estão prontos para avançar. Há uma questão legal... eu penso que era importante os senhores ouvirem, ou então eu sento-me e quando estiverem disponíveis para ouvir a resposta..."

O Sr. d.m. Luís Rendeiro – “Estou a ouvi-la, Sra. presidente.”

A Sra. presidente da Câmara – “Oh Sr. presidente, é assim: Isto é, no mínimo, a segunda falta de respeito! Eu estou a responder ao senhor e o senhor nem sequer me está a ouvir! Vou-me sentar. Quando ele estiver disponível...”

Aplausos

Vozes da bancada do PS – “É assim mesmo. Muito bem!”

O Sr. d.m. Luís Rendeiro – “Sr. presidente, eu gostaria de falar em defesa da honra.”

O Sr. presidente da Mesa – “Se o Sr. deputado pede a palavra nesse sentido, faça favor.”

O Sr. d.m. Luís Rendeiro – “Julgo que o que se passou aqui nesta Assembleia foi gravíssimo a todos os níveis. Eu nunca fiz nenhuma consideração de teor pessoal acerca de quem quer que fosse da família da Sra. presidente da Câmara.

O que é facto é que, as considerações que eu, em representação do meu partido e o meu grupo municipal temos feito, têm a ver com actos públicos, comerciais e ilegais de uma empresa que pertence a um elemento da sua família, que é o seu pai, para com a Câmara. Sim. Sim. Lá chegaremos no momento próprio. Como tal, esses actos são públicos e transparentes e as considerações que sempre tivemos, têm a ver com isso.

A minha família, Sra. presidente, não tem nenhum tipo de actividade pública com qualquer instituição pública! Não tem! E como tal, nem sequer é comparável! Se quiser falar de assuntos pessoais, fale comigo. Agora, de questões públicas...

Agradeço que fique em acta o que se passou, para a gente poder tirar daqui as devidas consequências. Não lhe admito que volte a ter este tipo de comportamento e este tipo de considerações aqui. Não admito, porque as situações não são, de todo, comparáveis!

Gostava que o Sr. presidente da Assembleia também fizesse o favor de evitar que estas discussões extravasassem neste sentido. Muito obrigado.”

O Sr. presidente da Mesa – “É verdade, Sr. deputado! É verdade que, se eu tenho chegado à Conferência de Líderes a horas, a proposta que o senhor apresentou, não tinha dado entrada nesta mesa. O senhor perceberá, com esta minha resposta, o que é que eu quero dizer em relação à sua intervenção e à intervenção da Sra. presidente da Câmara.

Vamos passar à segunda ronda com a intervenção do Sr. deputado João Santos. Peço desculpa. Não falaste porque não te inscreveste. Desculpa lá, João. Podes inscrever-te agora outra vez.”

O Sr. d.m. João Santos – “Sr. deputado Luís Rendeiro: Nós conhecemo-nos há uns tempos, eu tenho um grande apreço por si e digo-lhe aqui em público, como lhe digo em privado. Eu reconheço o seu modernismo, as suas ideias de inovação e reconheço-lhe até (e não é nenhum elogio gratuito), a sua inteligência.

Percebo-o a si e percebo o seu papel. Estar na liderança de um grupo municipal que tem que defender as posturas dos vereadores do PSD na Câmara de Angra, não é fácil. Não é fácil,

principalmente para si. Pessoa inteligente, esclarecida, com ideias de inovação. Não será nada fácil fazer esse trabalho e percebo que tenha que o fazer.

Agora, dizer que a Câmara não respeita a vontade popular! Qual vontade popular? Esta é uma pergunta que, se o Sr. presidente me autorizar, lhe faço directamente. Qual é a vontade popular...”

O Sr. d.m. Luís Rendeiro – “Reflecte-se nos resultados eleitorais que elegeram os representantes na vereação camarária.”

O Sr. d.m. João Santos – “E que elegeram um presidente de Câmara, certo?”

O Sr. d.m. Luís Rendeiro – “Está bem. Que elegeram uma vereação com a composição que ela tem actualmente.”

O Sr. d.m. João Santos – “Ah, é isso.”

O Sr. d.m. Luís Rendeiro – “Está salvaguardado em lei.”

O Sr. d.m. João Santos – “Pronto, pronto. Eu perguntei-lhe isto para me esclarecer. Podia estar a falar...”

O Sr. d.m. Luís Rendeiro – “Está esclarecido?”

O Sr. d.m. João Santos – “Sim. Na célebre petição, nas petições, nas assinaturas, nas vontades populares...”

O Sr. d.m. Luís Rendeiro – “Não, não, não, não, não. Não tem nada a ver com o Rato Mickey.”

O Sr. d.m. João Santos – “Então, falamos do mesmo assunto e falamos da vontade popular que elegeu a Dra. Andreia Cardoso como presidente de Câmara. Depois, o quiosque antigo, soluções transitórias... eu continuo sem perceber. Falo também para si, Sra. presidente: Porque é que vamos ter uma solução transitória, quando podemos ter uma definitiva?”

O Sr. d.m. Luís Rendeiro – “Deixe os vereadores da oposição falar.”

A Sra. d.m. Alódia Silva – “Deixe os vereadores da oposição falar. Que expliquem.”

O Sr. d.m. Francisco Barros – “Deixa. Eles falam no sítio certo.”

O Sr. d.m. João Santos – “Se eu deixo falar? Ou eu não conheço o regimento desta casa, ou eu não tenho poder para os autorizar a falar.”

A Sra. d.m. Alódia Silva – “Não, não é isso. Não está esclarecido. Se a Sra. presidente não esclarece, peça para os Srs. vereadores esclarecerem.”

O Sr. d.m. João Santos – “Era o que faltava!”

A Sra. d.m. Alódia Silva – “Então está esclarecido!”

O Sr. d.m. Guilherme Melo – “Então, não querem ouvir. Os senhores não querem ouvir!”

O Sr. d.m. João Santos – “Tudo bem...”

O Sr. presidente da Mesa – “Sr. deputado, faça o favor de continuar a sua intervenção.”

O Sr. d.m. João Santos – “Então, Sr. presidente, eu peço... posso continuar, Sr. presidente?”

Interrupção pouco perceptível do Sr. d.m. António Toste.

O Sr. d.m. Luís Rendeiro – “Inscreva-se, Sr. deputado. Inscreva-se.”

O Sr. presidente da Mesa – “Srs. deputados, façam favor de deixar ouvir o Sr. deputado João Santos para ele concluir a sua intervenção. Sr. deputado António Toste, faça favor de deixar o Sr. deputado João Santos, concluir.”

O Sr. d.m. António Toste – “... É para empatar só, mais nada. O povo é que avalia. Não são vocês que avaliam... Peço desculpa. Vou me calar já, mas tinha que dizer isto.”

O Sr. d.m. João Santos – “Sr. deputado Luís Rendeiro, a minha questão é: Porquê, ter uma solução transitória, quando podemos ter uma solução definitiva?”

Quanto à iniciativa do Partido Socialista e a defesa do anterior quiosque na altura que se pôs, estamos a falar de uma situação de há 10 anos, Sr. deputado. As coisas são boas no tempo em que ocorrem. Chega uma altura em que é necessário renovar, modernizar, recuperar, reconstruir, construir. Logo, muda-se. Recuperava-se tudo e deixava-se o quiosque antigo, porquê? Porque era bom? Era bom naquela altura, tal como muitas outras coisas, que há 20 anos eram boas.

Sabe o que isso revela, Sr. deputado? É nisto que eu imagino que o senhor tenha dificuldade porque eu sei e o senhor sabe que eu sei, quais são as suas ideias para este concelho, para esta cidade, para esta ilha, até para esta Região. Eu sei! Agora, ter que defender o bloqueamento e a paragem de desenvolvimento do concelho, para si, imagino que seja complicado! O quiosque era bom. Agora há outro melhor, substitui-se. Há uma solução melhor, substitui-se. Eu próprio dizia que era bom, mas agora digo que o outro é melhor.

Sr. deputado: Mudaram, porquê? Eu avisei a Sra. presidente disto e a Sra. presidente da Câmara sabe que é verdade e sabe que eu a avisei! Esta discussão não existiu enquanto existiu a discussão dos bancos.

Enquanto existiu a discussão dos bancos, os senhores vereadores do PSD eram a favor da intervenção restante na Praça Velha, incluindo o quiosque. Sabe quando é que mudaram de posição? Quando se resolveu o problema dos bancos. Volto a dizer: Na minha opinião, mal. Resolveu mal, mas resolveu. Então, foi-se à procura de outra coisa. Deu-se o dito por não dito... eu espero que isso seja um tique da cabeça! Espero que isso seja um tique da cabeça!

Isto é para ficar registado. Deu-se o dito por não dito! Concordava-se com o quiosque, pôs-se a hipótese de que, o quiosque antigo, nunca. Seria para pôr o quiosque novo. Entretanto, depois dos bancos, era necessário arranjar outro problema. Então, qual era o problema? Não seria arrancar as árvores, porque as pessoas até já gostavam delas. Era, não pôr o quiosque, que era a única coisa que faltava fazer.

Se se tivesse posto logo o quiosque e apenas faltasse calcetar um canto da Praça Velha, com certeza iam defender que aquela pedra não era bem igual à outra e aquele canto deveria ficar assim. Muito obrigado.”

O Sr. d.m. Fábio Vieira – “Sr. presidente da Mesa, Sra. presidente da Câmara e restantes vereadores, Sras. e Srs. deputados.

Em primeiro lugar, bom dia a todos. Ainda bem que as crianças que aqui estavam, já se foram embora. Acho, a todos os níveis, lamentável, o que se viu até agora. Não façam essa cara, porque também vem daí.

O que tem acontecido nos jornais, tem sido lamentável. É verdade, Sr. deputado Luís Rendeiro. Sabe que é verdade. Tenho a ver com isso como cidadão, como membro deste grupo parlamentar, como socialista, como angrense. Ponto final, parágrafo. Lamentável, o que tem acontecido a todos os níveis. Hoje vamos ter uma discussão nesta casa que, eventualmente, vai ser muito dura.

Não é um colocar de problemas. É uma condenação em praça pública. Com isto não podemos compactuar, como também não se poderá compactuar com outras coisas que se ouviram aqui hoje. Está a ser feito um linchamento público da presidente da Câmara. Ponto final, parágrafo. É isso que se tem feito.

Há um assunto que já foi falado hoje. A memória é curta, mas deixem-me recordar, Srs. deputados: Em 2009, andava o, então, candidato a presidente da Câmara Municipal de Angra, Eng. António Ventura, a dizer: «Escola de Santa Bárbara, nunca», porque era desertificar, era fechar escolas e hoje, vocês estão a batalhar por uma escola que não é inaugurada e o projecto não começa.

Se há coisa que tem que se reconhecer ao PSD, é a sua inconsistência. Isto é que é verdade. Há 2 anos estavam contra a escola e agora estão contra o facto de ela ainda não ter começado.

Sobre a execução financeira do ano passado e sobre as obras que são feitas no concelho, eu acredito que o Sr. deputado Luís Rendeiro, por não ver obras à frente de casa ou não as ver na Praça Velha, diga que o concelho não se mexe.

Quantas centenas ou milhares de angrenses têm hoje melhores canalizações, melhor saneamento básico, melhores estradas, melhor acesso a água? Isso são coisas que se fazem com dinheiro e que, apesar dos milhões de euros... sobre a execução orçamental, já vamos falar mais à frente. Vocês têm uma ideia genial sobre a execução orçamental. Vocês pegam em metade da execução orçamental e só falam daquela metade.

Hoje, provavelmente, vou ouvir, como ouvi aqui há dias, que a execução orçamental é de 40 ou de 40 e poucos por cento. Estou para ouvir isso aqui hoje. Estou para ouvir quem é que tem coragem, quem é que fez até à 4ª classe e sabe o mínimo de números, para dizer que a execução orçamental é de 40%. Eu quero ouvir isso aqui hoje.

Eu não vou deturpar números nenhuns, eles estão aqui para todos nós consultarmos. Se for necessário para alguns economistas que estão aqui, uma muito breve aula de um aluno de estudos europeus sobre como é que se lê um relatório de contas, eu explico-vos. Agora, dizer que é de 40%, isso é que é grave!

Acima de tudo, Sr. deputado, por mais que a gente fale aqui e discuta o concelho, é importante que todos nos contenhemos em algumas coisas. Não pode acontecer, porque teria sido vergonhoso, aquelas crianças ouvirem e verem o que se passa lá fora todos os dias.

A razão tem sido dada com os terrenos da Ribeirinha, porque, na altura era o CDS que tinha dúvidas e o PSD não se meteu muito no assunto, que está completamente esclarecido.

Depois era a questão da Praça Velha. Toda a gente tinha dúvidas. Agora as dúvidas já são outras. Como o deputado João Santos explicou, o problema era do quiosque, depois já não era do quiosque. O Sr. deputado António Ventura diz que era contra. Ah! Se for necessário, vai-se solicitar à Mesa, gravações da reunião da CM para se ouvir o que foi dito sobre aquele assunto.

Ainda hoje aqui se vai falar da questão das adjudicações da presidente da Câmara à empresa José Freitas Cardoso. Também o tempo se irá encarregar de explicar tudo.

Independentemente das observações pertinentes que o PSD e o CDS possam fazer (porque são e sempre serão pertinentes em democracia), devem ter cuidado para não apresentar as vossas questões e julgar imediatamente em praça pública. Isso, sim, é grave. Isso, sim, é um mau exemplo que se dá a quem já esteve aqui hoje, às pessoas que estão lá fora, porque,

mais uma vez, esta Assembleia Municipal sujeita-se a passar uma mensagem de que, o que se passa aqui dentro é uma guerrilha, é uma clubite.

A política não é clubite. Não é, ver quem defende mais o CDS, o PS ou o PSD. Não pode ser a minha opinião! A política não pode ser feita nessa base, porque a gente serve as pessoas. Nós estamos aqui para servir as pessoas e vocês terão que ter uma consciência política muito maior que a que têm actualmente.”

O Sr. d.m. Luís Rendeiro – “O que eu queria dizer, é que isto é, de facto, lamentável, mas o contributo para que isto seja lamentável, não pode ser a escola José Sócrates, que é deturpar a informação, deturpar a realidade e deturpar aquilo que as pessoas dizem. Não é isso.

Aquele exercício que os Srs. deputados Fábio Vieira e João Santos, fizeram, foi deturpar aquilo que foi aqui dito e afirmado. Não é nada disso que está em jogo. Em tempo próprio, passaremos a discutir os assuntos da Ordem do Dia que aqui estão e foram agora aflorados, porque, quanto à actividade municipal, o grupo parlamentar do Partido Socialista não quis intervir no debate. Muito obrigado.”

Sr. deputado José Alberto Borges – “Sr. presidente da Assembleia, Sra. presidente da Câmara, vereação, Srs. deputados.

Em relação ao problema da discussão da Praça Velha, do quiosque e esplanada, eu gostaria de dizer que existem muitas outras esplanadas que, se calhar, deveriam merecer a atenção dessa assembleia.

Concordo plenamente com o Sr. deputado João Maria Mendes quando diz que se quer embelezar Angra. Por isso, eu convidava o Sr. deputado e amigo João Santos a ir comigo, um dia qualquer, dar uma volta pelas esplanadas que aí existem, fazer um levantamento e demonstrar que a qualidade e o desleixo existente nessas esplanadas, se calhar, é muito pior que a Praça Velha e que o quiosque. Isso já foi alvo de discussão pública. Seria com todo o gosto, fora de quaisquer opções partidárias e políticas. Daríamos uma volta e traríamos aqui à Câmara ou a essa Assembleia, o que existe por aí, que é vergonhoso.

O que se passou aqui hoje, se fosse o deputado José Alberto Borges a ter essas discussões e essas intervenções, caía o Carmo e a Trindade, mas hoje estou muito calmo.

O Sr. deputado João Maria Mendes falou muito bem nas touradas e tal. O que se passou aqui foi uma tourada. Se calhar é o começo. Não é dia 1, mas começou aqui a grande tourada. Por isso, Sr. deputado, está de parabéns.”

O Sr. Vereador Cota Rodrigues (dirigindo-se ao Sr. d.m. José Alberto Borges) – “O Sr. devia ter, é vergonha, para não difamar nem caluniar os outros. Tem que ter é vergonha! Falsificar documentos!”

O Sr. presidente da Mesa – “Sr. vereador...”

O Sr. Vereador Cota Rodrigues – “Vai responder por isso. Esteja descansado. A seu devido tempo, vai responder!”

O Sr. d.m. João Santos – “Peço desculpa, só em jeito de «à parte», para aceitar aqui publicamente, o desafio do Sr. deputado e com ele, visitar, com toda a certeza, as esplanadas do centro de Angra. Não precisa, é ser de mão dada...”

O Sr. presidente da Mesa – “Sr. deputado João Santos, deixe o Sr. deputado Francisco Barros fazer a sua intervenção.”

O Sr. d.m. Francisco Barros – “Sr. presidente, Sras. e Srs. membros da assembleia, Sra. presidente, Sras. e Srs. vereadores.

Não vale a pena fazer muitos mais comentários; só adjectivar algumas das coisas que se passaram aqui. Que também fique registado, que foi este grupo municipal que levantou, questionou e fez referências a aspectos específicos e concretos do relatório da actividade municipal durante o período que compreende as duas Assembleias.

Que fique registado que, ao contrário do que aqui foi afirmado, falámos das diversas iniciativas por parte de vários membros deste grupo municipal sobre aspectos referenciados da actividade municipal. Ao contrário do que aqui também foi dito, não peca por escassa, nem é apenas, usando um estrangeirismo (peço desculpa ao meu colega João Maria Mendes), um *fâit d'iver*. Este é o primeiro ponto.

Segundo ponto: Que fique aqui também registada a postura do grupo municipal do PSD, em querer, muitas vezes, ao abrigo de uma putativa discussão pública que, pelos vistos, já não é a do Rato Mickey, é outra ideia pública qualquer, de bloquear, impedir e evitar que a Praça Velha veja o seu processo de requalificação concluído, pelo simples facto de uma estética, no mínimo, discutível: Se é um caixote, se é um cubo, se é um hexágono, se é um paralelepípedo. Se nos fossemos basear numa estética do gosto pessoal de cada um dos membros desta assembleia, nunca chegaríamos rigorosamente a lado nenhum.

Há uma legitimidade democrática por parte da Sra. presidente da Câmara em exercer as suas competências, em desenvolver o seu trabalho e implementar na Praça Velha, uma solução que não seja transitória, em vez de se proceder a uma discussão metafísica sobre qual vai ser o modelo a colocar aqui na Praça.

Aquilo que querem criar, são factos políticos artificiais, bizantinos, mesquinhos, de quem, muitas vezes, não vê mais do que o horizonte da parede que tem em frente. Não consegue imaginar que, para lá da parede, pode haver muito mais espaço. É essa postura que muitas vezes se verifica por parte da oposição.

Uma última nota e não é para defender a honra da presidente da Câmara. Recordo-me de uma Assembleia passada, quando se discutiu aqui a questão dos piolhos; que havia um epidemia de piolhos.

Houve um aparte, no mínimo deselegante, por parte do Sr. deputado Luís Rendeiro: «A Sra. presidente não está preocupada com isso, porque, a escola onde isso se verifica, não é onde o seu filho anda, porque ele anda num colégio privado». Se isso não era algo, no mínimo, deselegante, quanto à família da Sra. presidente da Câmara, estamos conversados. Muito obrigado.”

O Sr. presidente da Mesa – “Não há mais inscrições. Vamos passar ao ponto seguinte. Diga, diga, Sr. deputado. Sim, sim. Não há mais inscrições, passamos ao ponto seguinte. Não há votação.”

O Sr. d.m. João Santos – “Peço desculpa. Então, pedia uma interpelação porque há aqui coisas que não ficaram claras e o grupo municipal do Partido Socialista não pretende deixar passar esta discussão do dia de hoje. Foram aqui feitas afirmações graves. Houve coisas que foram aqui ditas.

O Partido Socialista quer perguntar à Sra. presidente da Câmara, se há possibilidade de disponibilizar a gravação da reunião de Câmara em que estão gravadas as afirmações que proferiu e pedir ao Sr. presidente, se concede 10 minutos, se for esse o tempo necessário, para que aqui sejam ouvidas as gravações de câmara, em que foram proferidas as declarações que hoje são aqui contrariadas.”

O Sr. presidente da Mesa – “Sr. deputado João Santos, vai-me permitir que veja aqui no regimento. Em relação aos 10 minutos, não há qualquer tipo de problema. Em relação à história da audição de uma gravação da Câmara, presumo que não haverá nenhum impedimento, mas terei que ver aqui no regimento se isso é possível.”

O Sr. d.m. João Santos – “Peço desculpa por interrompê-lo, Sr. presidente, fazendo a analogia, à semelhança das apresentações de *PowerPoint* que, às vezes, são feitas...”

O Sr. presidente da Mesa – “Sr. deputado, estou apenas a dizer que...”

O Sr. d.m. João Santos – “Certo, certo, só estava a avivar...”

O Sr. presidente da Mesa – “Faremos essa interrupção e nessa altura, veremos como é. Os trabalhos estão interrompidos.”

A Sra. d.m. Alódia Silva – “Isso não podia ser visto à hora de almoço e a gente prosseguia, ou temos mesmo que parar agora?”

O Sr. d.m. João Santos – “Nós solicitamos a interrupção, agora!”

O Sr. presidente da Mesa – “Vamos então interromper os trabalhos por 10 minutos.”

Interrupção dos trabalhos.

O Sr. presidente da Mesa – “Vamos recomeçar os trabalhos. Estive a consultar o regimento e não vejo qualquer impedimento legal para que seja ouvida uma acta da Câmara Municipal. Se algum dos Srs. deputados tiver outra interpretação faça o favor de se pronunciar. Não havendo pronúncia em sentido contrário, vamos então ouvir a gravação da acta que foi solicitada pelo grupo parlamentar do Partido Socialista.”

Audição da gravação da acta da Câmara Municipal, ficheiro áudio também disponível no site da Câmara Municipal: “Ordem do Dia Parte 2 (21297265164) correspondente à acta de 07-02-2011”, parcela compreendida entre as 02h03m48s e as 02h05m23s.

O Sr. presidente da Mesa – “Penso que foi ouvida a parte que os Srs. deputados tinham solicitado. Algum Sr. deputado quer intervir sobre essa matéria? Estamos perante uma situação nova e eu gostaria de colocar aos líderes parlamentares, o seguinte: Vamos abrir um período de 10 ou 15 minutos para discutir esta matéria e fechamos? Estão de acordo? Muito bem! Vamos iniciar com uma intervenção do Sr. deputado João Santos.”

O Sr. d.m. João Santos – “Vamos cingir-nos à questão da gravação. Queria interpelar directamente o Sr. deputado Luís Rendeiro e o Sr. deputado José Alberto Borges sobre o seguinte: Ficou ou não claro para vocês, que o Sr. vereador Artur Lima diz: «Colocar o quiosque antigo, não»? Para mim ficou.

Posso solicitar outra vez a reprodução da gravação e manda-se parar naquele sítio para se ouvir até se perceber. «Colocar o quiosque antigo, não. Não vale a pena. Está todo podre». Ficou claro para o Sr. deputado Luís Rendeiro em representação do grupo municipal do PSD que a Sra. presidente falou e foi concordado pelo Sr. vereador do PSD? O Sr. vereador diz: «Sim».”

Palavras imperceptíveis do Sr. vereador António Ventura.

O Sr. d.m. João Santos – “Sr. deputado! Primeiro, não pode falar! Depois, não queira passar... a honra? Mas qual honra?”

Sr. deputado Luís Rendeiro, foi dito pela Sra. presidente em jeito de resumo: «...*Substituição da calçada e o seu alargamento em frente à Câmara, substituição das árvores, dos passeios, etc. ...*» e depois diz-se: «... *A colocação do quiosque, se é uma situação transitória, temporária, o novo e não o antigo, é uma peça de mobiliário, vamos ver ...*» Isto não está ali gravado? «*Uma peça de mobiliário, manter este quiosque, fica para as Sanjoaninas para não inviabilizar a dinamização da Praça Velha durante o verão e depois, mediante a opinião das pessoas e as manifestações, logo se vê*».

Até se põe a hipótese de ser trocado depois e toda a gente concorda. Foi esta a minha interpretação. Confesso que a gravação não tem uma qualidade excepcional e por isso é que vos perguntei directamente se também ficou claro para vós.

Sr. presidente, não intervenho mais porque é uma pergunta directa, se foi isto que todos ouvimos.”

O Sr. d.m. Luís Rendeiro – “Quanto aos esclarecimentos que esta gravação possa ou não fornecer, acho que este é um excerto descontextualizado de uma reunião de Câmara e uma intervenção conveniente na óptica do Sr. João Santos.

Também lhe vou dizer que não é conveniente que os Srs. façam as perguntas, que são pertinentes e ao mesmo tempo, se impeça nesta casa, que os participantes na reunião, nomeadamente, os vereadores da oposição, se possam pronunciar.

Para um melhor esclarecimento desta questão eu sugeria que fosse dada a palavra aos vereadores da oposição, que o plenário assim o pedisse, por autorização da Sra. presidente da Câmara ou de outro qualquer modo.

Se o plenário assim o votar e o grupo municipal do Partido Socialista não se opuser, por pedido do plenário, é o que diz o regimento, os vereadores da oposição podem usar da palavra.

Acho que o esclarecimento desta situação passa pela intervenção de quem esteve presente na reunião e não pela auscultação de um excerto descontextualizado da mesma. É só isto que o grupo municipal do PSD tem para dizer neste momento.”

O Sr. presidente da Mesa – “Eu pedia ao Sr. deputado Luís Rendeiro que evocasse o artigo do regimento que diz o que acabou de referir.”

O Sr. d.m. Luís Rendeiro – “É a 4ª secção, artigo 21º, nº3, página 16: «*Os vereadores devem assistir às sessões da Assembleia Municipal, sendo-lhes facultado intervir nos debates sem direito a voto, a solicitação do plenário, com a anuência da presidente da Câmara ou do seu substituto legal*».”

O Sr. presidente da Mesa – “Muito bem, mas isso não altera nada do que até agora foi feito e dito.”

O Sr. d.m. Luís Rendeiro – “Permitir a palavra aos vereadores para se pronunciarem.”

O Sr. presidente da Mesa – “Desculpe. O que está dito aqui de forma clara é: «*Desde que seja por decisão do plenário ou por decisão da Sra. presidente da Câmara*». Até agora não houve qualquer decisão em sentido contrário.

Segunda questão: «... *Poderão intervir em defesa da honra*». Isso é diferente. Não me foi pedida essa situação, que seria facultada se considerasse que havia esse perigo.”

A Sra. d.m. Alódia Silva – “Oh Sr. presidente: Parece que o plenário continua com dúvidas em relação a esta questão e o que estamos a sugerir é que, (uma vez que a Sra. presidente não anuiu os vereadores da oposição a intervirem), o plenário, que tem competência para tal,

solicite a intervenção, caso ainda residam algumas dúvidas. Se o plenário assim quiser, muito bem.

Pela nossa parte, bancada do PSD, formalizamos desde já a proposta, que se permita que os vereadores da oposição intervenham neste debate porque eles são os intervenientes nesta questão e ainda há dúvidas no plenário sobre este assunto. A questão prende-se com palavras que foram ditas pela oposição na reunião de Câmara. Se os outros quiserem intervir, tudo bem.”

O Sr. presidente da Mesa – “Vamos lá ver uma coisa: Foi pedido que se ouvisse a acta da reunião. É a única questão que está em causa. Ninguém vai fazer aqui conjecturas do que disse ou não disse. É o que está exclusivamente transcrito na acta. Quanto muito, ouviremos novamente o que está ali dito.

Não tem nada a ver com as interpretações que cada um dos Srs. vereadores irá dar sobre o que disse ou não disse. O que está aqui em causa é o que está na gravação. Vamos ouvir as vezes que forem necessárias para não subsistirem dúvidas. Não se trata de explicações *a posteriori*, porque isso não é corresponder àquilo que se passou.”

O Sr. d.m. Luís Rendeiro – “Só para esclarecer: Então, o Sr. presidente não permite que haja uma pronúncia do plenário acerca da intervenção do restante elenco da vereação a propósito deste tema?”

O Sr. presidente da Mesa – “Absolutamente, não. Eu permito que os Srs. vereadores da oposição, todos eles, possam falar em defesa da honra, se sentirem que a mesma foi ofendida. Até agora não foi feito nenhum pedido à Mesa, nesse sentido.

Segunda questão: A defesa da honra não significa, ter interpretações diversas do que está dito em acta, porque isso, não admito. O que está em causa é a audição da acta e o que foi dito naquele preciso dia, porque as pessoas têm direito de mudar de opinião, mas não podem renegar o que fizeram a determinada altura.”

O Sr. d.m. Francisco Barros – “A gravação fala por si. Não precisamos de interpretações ou de estados de alma ou do espírito da altura. A gravação fala por si e ouve-se explicitamente o vereador Artur Lima, que nem está aqui presente, dizendo que não vale a pena colocar aquele quiosque e intervir de seguida, em consonância com o que o Sr. deputado José Alberto Borges há pouco referiu que era, verificar também a situação de outras esplanadas e outros quiosques existentes na cidade. Ouve-se explicitamente ele a falar da questão do Largo Prior do Crato e de outros. Isso é claro.

Ouve-se a Sra. presidente da Câmara a fazer um resumo sobre o que devem ser as diferentes etapas de intervenção na requalificação da Praça Velha e ouve-se também a anuência do Sr. vereador António Ventura. Estamos esclarecidos.

Da mesma forma que os membros desta assembleia não participam nem intervêm e têm um fórum próprio nas reuniões de Câmara, eu sinto-me esclarecido sobre o teor da gravação. Há múltiplos e variados espaços e nisso, eu tiro-lhe o chapéu porque o Sr. vereador António Ventura é useiro e vezeiro a usar múltiplos e variados fóruns para exprimir os seus pontos de vista de forma perfeitamente legítima e legal.

Isto é um órgão com autonomia própria, eleito directamente e da nossa parte não temos qualquer tipo de dúvidas. Não existindo dúvidas e outras interpretações, continuamos a dizer que não vamos aqui interpretar estados de alma, se na altura estava bem ou mal disposto quando disse o que disse. Não necessitamos de mais esclarecimentos nem queremos ouvir o Sr. vereador António Ventura. Muito obrigado.”

O Sr. presidente da Mesa – “Para que efeito é que o Sr. vereador pede a palavra?”

O Sr. vereador António Ventura – “Para defesa da honra, Sr. presidente.”

O Sr. presidente da Mesa – “Desculpe, diga-me em que é que foi ofendido. Em relação à gravação, quem se pronunciou de forma clara foi o Sr. vereador Artur Lima que não está presente. Ouve-se na gravação, o Sr. a dizer «sim». O Sr. não vai contestar o que está na gravação. A partir daí, cada um dará a interpretação que quiser. Se o Sr. vem dizer que afinal, o «sim» era por outra razão qualquer, não interessa a este plenário. Não me interessa. Isso não é defesa da honra. O Sr. não foi ofendido do ponto de vista pessoal. Ninguém o atacou. Se é para dizer isso, ouve-se novamente a gravação. É esta a minha interpretação. Se alguém quer recorrer ao plenário, faça favor. Tem todo o direito de o fazer.

Querem recorrer ao plenário, põe-se à votação do plenário. É uma questão de o plenário se pronunciar sobre a cedência da palavra ao Sr. vereador António Ventura para defesa da honra.”

A Sra. d.m. Alódia Silva – “Vamos votar. Isto tem que ficar em acta...”

Vozes imperceptíveis.

O Sr. presidente da Mesa – “Não, não, não! Desculpe lá, não é que vai dizer como é que foi ofendido! Peço desculpa, mas não ando nisto há 2 dias! O que foi dito exclusivamente aqui, relativamente à gravação e ao Sr. vereador António Ventura, foi que se ouviu ele a dizer «sim». Não há aqui possível defesa da honra sobre isto porque está na gravação. Podemos ouvi-la novamente e confirmar se está lá o «sim». Não há mais do que isto. Acha que se deve dar-lhe a palavra porque, afinal, o «sim» era «não»? Desculpe, isso não é defesa da honra. Isso é uma interpretação *a posteriori* de uma coisa que está gravada. Não há dúvida absolutamente nenhuma sobre isso.

Se houvesse uma referência explícita ao Sr. deputado António Ventura, que ele tinha feito ou dito e mais não sei quantos, sim senhor, teria direito à cedência da palavra mas não é o caso. Ninguém atacou o Sr. deputado António Ventura. Apenas se disse que o Sr. deputado tinha dito ali um «sim». Há dúvidas, vamos ouvir novamente a gravação. Não concordam com a minha decisão, muito bem. Vou pôr à votação do plenário, se concordam ou não, com a minha decisão.

Quem concordar com a minha decisão de não deixar falar o Sr. deputado António Ventura para a defesa da honra... Sr. deputado faça favor. Quero que isto fique tudo esclarecido antes de passarmos à votação.”

O Sr. d.m. Luís Rendeiro – “O que gostaríamos era que o plenário se pronunciasse se autoriza ou não, o deputado António Ventura a falar sobre o tema que está em análise e foi discutido em reunião de Câmara e não, sobre a questão da honra.

A questão que o grupo municipal do PSD levanta é a da necessidade de ouvir os restantes elementos da vereação a respeito deste assunto. Não estamos a levantar a questão da defesa da honra.

No cumprimento do regimento, queríamos que a Assembleia se pronunciasse, votando a favor ou contra a possibilidade de o Sr. vereador António Ventura e os outros vereadores que o entendam fazer, usarem da palavra.”

A Sra. presidente da Câmara – “Em defesa do Sr. vereador António Ventura, eu tenho que dizer que ele, como me transmitiu agora mesmo, pediu a palavra para defesa da honra e não

para outro efeito; portanto, o Sr. presidente agiu em conformidade com o pedido do Sr. deputado. Quero chamar a atenção para isso; o pedido foi para defesa da honra.”

O Sr. presidente da Mesa – “Foi exactamente isso que eu interpretei, todavia o grupo parlamentar do PSD põe a questão de outra maneira, se o plenário aceita que os Srs. vereadores falem nesta sessão sobre este tema e não do que vai acontecer a seguir. É isso que vai ser posto à votação para que não subsistam dúvidas.

Quem concorda que os Srs. vereadores devam falar, faça o favor de levantar o braço. Quem se abstém? Quem vota contra?

A proposta **foi rejeitada** com 21 votos contra, 15 a favor e 1 abstenção.”

O Sr. d.m. Luís Rendeiro – “Uma declaração muito breve para que fique em acta: Respeitando a decisão democrática desta casa, o grupo municipal do PSD lamenta que não tenha sido dada a oportunidade aos Srs. vereadores em questão, de se pronunciarem e esclarecerem todas as dúvidas aqui levantadas, num acto de silenciar a oposição na Assembleia Municipal e na vereação camarária. Muito obrigado.”

Vozes do grupo municipal do PSD – “Muito bem!”

O Sr. presidente da Mesa – “Muito mal, porque ninguém está a silenciar a oposição. A oposição está a falar porque o Sr. deputado acabou de o fazer. É preciso medir as palavras porque, sendo ditas num determinado contexto, podem ser mal interpretadas, se calhar, como na gravação.”

O Sr. d.m. Francisco Barros – “Apenas para dar conta da posição do grupo municipal do Partido Socialista, que não aprovou esta solicitação, porque tenha medo, receio ou vontade de silenciar a oposição. A prova disso é que, ao longo desta manhã e ao longo de todo o historial destas Assembleias, nunca ninguém, nesta casa, foi inibido de falar e de expressar a sua opinião e quando não o faz, é porque, simplesmente não se inscreve e prefere mandar «à partes» e isso é um problema de cada um de nós.

A matéria em causa foi objecto de uma solicitação da nossa parte para esclarecimento, através da transcrição da acta de uma reunião de Câmara. Foi explícito o que cada um dos Srs. vereadores disse e, como tal, nós considerámos a gravação mais do que suficiente, porque as palavras são reveladoras do que se passou.

Se pretendem fazer mais um «númerozinho» e o papel de virgens ofendidas que são silenciadas, recordo apenas o que há pouco foi dito, que na vereação decorrente da vontade popular, há determinada composição do órgão autárquico que implica determinada tomada de decisões, exactamente com a mesma legitimidade e o mesmo argumento com que esta Assembleia, também decorrente da vontade dos eleitores, tomou esta decisão.”

O Sr. presidente da Mesa – “Vou dar a palavra à Sra. deputada Andreia e vou encerrar esta discussão sem mais intervenções. Não, não. Peço desculpa, Sr. deputado João Maria Mendes, se quer justificar o seu voto, faça-o por escrito. Os grupos parlamentares, através dos seus líderes, já se pronunciaram e não vamos prolongar este tipo de discussão. Não vamos, de todo! De todo!”

A Sra. presidente da Câmara – “Queria fazer uma declaração que tem a ver com o seguinte: Tem sido hábito em todas as reuniões da Assembleia Municipal, os esclarecimentos serem prestados pelo presidente da Câmara, quando os Srs. deputados municipais, assim o solicitam e nesta circunstância, isto também aconteceu.

Aconteceu com cautelas excepcionais porque, não sendo uma questão unânime, havia posturas diferentes dos diferentes vereadores da Câmara Municipal e eu, quando apresentei a decisão tomada, apresentei também a postura e argumentação de cada um dos elementos da vereação. Fi-lo, colocando a minha posição e a dos vereadores do Partido Socialista, do vereador do CDS-PP e do vereador do PSD. Coloquei, não só a decisão, como a fundamentação apresentada pelos Srs. vereadores para essa tomada de decisão.

Também devo dizer que tomei exactamente a mesma postura em relação aos Srs. vereadores do PS que pediram a palavra e, em relação ao Sr. vereador do PSD que também me pediu a palavra, entendi que, tendo eu prestado os esclarecimentos, os mesmos, sobre esta matéria, estavam prestados.

Também não autorizei, tanto a Sra. vereadora Raquel como o Sr. vereador Cota Rodrigues a usarem da palavra sobre esta matéria, porque os esclarecimentos já tinha sido por mim prestados e, pelos vistos, a única dúvida que restava, relacionava-se com a audição de uma gravação, que foi ouvida e está ouvida. Pronto. Foi este o entendimento que tive sobre esta matéria. Obrigada.”

O Sr. presidente da Mesa – “Oh Sr. deputado! Peço desculpa, mas sobre esta matéria, não há mais nenhuma intervenção... É consigo e com todos. Vamos lá ver uma coisa: Nós, com a intervenção da Sra. presidente da Câmara... não há mais 2 minutos nem mais 1 minuto. Isto tem que ter regras.

Oh Sr. deputado! Agradeço as suas sugestões, tem todo o tempo para as dar, mas isto tem que ter regras de funcionamento e as regras são assim, senão ninguém se entende nesta casa. Cada um, pronuncia a sua opinião no momento próprio, na altura certa. Há distribuição de tempos para a discussão e há a assumpção da responsabilidade para discutir essa matéria, nas lideranças dos grupos parlamentares. Peço desculpa, senão, de outra maneira, não chegamos a lado nenhum.

Esta questão está encerrada. Vamos fazer uma interrupção nos nossos trabalhos e entraremos no Ponto 1.2, às 2 horas da tarde.”

Interrupção dos trabalhos para almoço.

O Sr. presidente da Mesa – “Há quem seja mais e quem seja menos cumpridor de horários. Eu não contei. Se temos quórum, vamos começar. Vamos dar início aos nossos trabalhos. O Sr. vice-presidente pode apresentar o documento da prestação de contas? Sra. Fernanda, faça favor de chamar a Sra. presidente da Câmara.”

O Sr. d.m. Guilherme Melo – “Não se pode fazer a eleição do presidente de junta?”

O Sr. presidente da Mesa – “Não. Temos 2 votações. Quando votarmos o voto de pesar pelo falecimento do Cónego José Garcia. Como se trata de uma personalidade, temos que votar. Nessa altura, faremos a votação em simultâneo. Eu percebo. É pertinente. Estamos com um quarto de hora de atraso.

No lugar de algumas picardias pós almoço, enquanto não chega a Sra. presidente da Câmara para apresentar o documento, eu aproveitaria para me dirigir à Assembleia, relativamente à forma como os trabalhos decorreram esta manhã.

Devo confessar-vos que o faço, não por sentir que tenha que me justificar devido à minha actuação, mas porque entendo que, sempre que possível, devemos fazer pedagogia sobre a condução dos trabalhos.

Penso que, sobre essa matéria, os Srs. e Sras. deputadas municipais têm que ter, em cada momento, a noção de que uma pequena faísca pode provocar um grande incêndio. Não conheço nenhum incêndio que seja justificável. Estamos obviamente a falar do ponto de vista da comparação como se o incêndio decorresse num edifício com nobreza e dignidade. Não falo dos incêndios que não têm essa dimensão.

Para a boa condução dos trabalhos, peço-vos compreensão e sobretudo, contenção nas palavras, porque uma palavra pode ter diversas interpretações e muitas vezes, não é a que, no nosso íntimo, desejaríamos.

Dou-vos um exemplo que aconteceu comigo quando jovem: Fui até Lisboa para a universidade e o meu actual amigo Dr. Mota que vocês conhecem porque foi Secretário de Estado e homem do *Eurojust*, que foi também objecto dessas críticas, dirigiu-se a mim com um termo que eu achei extremamente ofensivo e andámos à pancada. Ele simplesmente me chamou garoto e para um terceirense que se preze, o termo «garoto» tem um contexto muito complicado; é depreciativo. No fundo, o que ele queria dizer era que eu era um puto. Se tivesse dito que eu era um puto, tudo bem. Nas calmas. Se calhar eu até tinha gostado.

Andámos à pancada. Não foi nada de grave mas andámos aos empurrões por causa de uma situação dessas.

Isto, para voz dizer que cada palavra não pode ser retirada de determinado tipo de contexto e é preciso termos a noção que, às vezes, mesmo sem querermos, com o calor da discussão, podemos levar a que as coisas entrem por um campo, que não aquele que queríamos no início.

Peço-vos contenção e compreensão. Como digo, isto não tem nada a ver com justificações de atitudes, nem tem a ver com esta parte final em que o Dr. João Maria Mendes, desagradado, dizia que eu não lhe dei a palavra porque tinha direito para justificar o seu voto. A questão não é essa; a questão, é que isto tem que ter regras, porque sem regras, não chegamos a lado nenhum, independentemente de estarmos mais ou menos de acordo com algumas posições, mas a vida é assim.

O que é certo é que temos que partir de alguns princípios basilares sob pena de não nos entendermos e transformarmos isto numa Assembleia ingovernável.”

1.2 - Documentos de prestação de contas da Câmara Municipal relativos ao ano de 2010, para apreciação e votação, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, organizados de acordo com as instruções do Tribunal de Contas que constam da resolução n.º 4/2001, de 18 de Agosto, os quais se encontram elencados no anexo I e integralmente elaborados, com excepção do número 23 “Subsídios Obtidos” – não aplicável; 24 “Activos de Rendimento Fixo” – não aplicável; 25 “Activos de Rendimento Variável” – não aplicável e 35 “Relação de Emolumentos Notariais e Custas de Execuções Fiscais” – não aplicável.

Os documentos acima referidos apresentam os seguintes resultados:

- Fluxos financeiros:

- Saldo da gerência anterior – 452 395,81 euros (quatrocentos e cinquenta e dois mil trezentos e noventa e cinco euros e oitenta e um cêntimos).

- Receitas orçamentais – 21 528 415,60 euros (vinte e um milhões quinhentos e vinte e oito mil quatrocentos e quinze euros e sessenta cêntimos).
- Despesas orçamentais – 20 725 247,41 euros (vinte milhões setecentos e vinte e cinco mil duzentos e quarenta e sete euros e quarenta e um cêntimo).
- Saldo para a gerência seguinte – 1 255 564,00 euros (um milhão duzentos e cinquenta e cinco mil quinhentos e sessenta e quatro euros).

- Demonstração dos resultados do exercício:

- Custos e perdas – 18 171 918,63 euros (dezoito milhões cento e setenta e um mil novecentos e dezoito euros e sessenta e três cêntimos).
- Proveitos e ganhos – 18 386 704,19 euros (dezoito milhões trezentos e oitenta e seis mil setecentos e quatro euros e dezanove cêntimos).
- Resultado líquido do exercício – 214 785,56 euros (duzentos e catorze euros setecentos e oitenta e cinco euros e cinquenta e seis cêntimos).

Nos termos do ponto 2.7.3 do Plano Oficial de Contas das Autarquias Locais, propõe-se à Assembleia Municipal que o mencionado resultado do exercício seja aplicado nos seguintes termos:

59 – Resultados transitados: – 214 785,56 euros (duzentos e catorze mil euros setecentos e oitenta e cinco euros e cinquenta e seis cêntimos).

Propõe-se ainda que sejam utilizadas as reservas livres para fazer face ao remanescente de resultados transitados negativos, existentes na conta 59.

A Sra. presidente da Câmara – “Sr. presidente, Srs. deputados municipais, Srs. vereadores. O exercício de 2010 foi assinalado pela concretização de uma política autárquica marcadamente orientada para a melhoria das condições de vida da população, tendo sido eleitas áreas de investimentos privilegiados, como: A melhoria das condições de captação e abastecimento de água, a concretização de investimentos estratégicos na área da educação e o reforço de apoio social às famílias.

Nesta medida, através dos SM, concretizámos e concluímos um conjunto de investimentos bastante relevantes como a obra de remodelação e execução das redes de águas no Pico da Urze, a conclusão dos 4 furos de pesquisa para a captação de água subterrânea incluindo a instalação de equipamento no furo de S. Mateus e também a realização de parte da intervenção da empreitada de remodelação e execução de redes em diversos arruamentos, designadamente na Canada da Parreira e em outros espaços, estando agora em fase de conclusão, esta intervenção entre a igreja da Terra Chã e a Boa Hora.

Para além disso, nesta área das águas, temos também preocupação no sistema de telegestão que está implementado numa primeira fase.

Importa dizer que este investimento realizado nos Serviços Municipalizados ao nível da água, águas residuais e resíduos sólidos, já totalizou candidaturas na ordem dos 4,6 milhões de euros correspondendo a uma comparticipação comunitária de 3,9 milhões de euros.

Na área da educação, concluímos a intervenção de ampliação e remodelação da escola de S. Mateus, obra já ansiada e ambicionada pela população daquela freguesia há algumas décadas e iniciou-se também a obra de construção da escola da Ribeirinha. Financeiramente, também foi concluída a intervenção na escola do Alto das Covas.

Todas estas intervenções a que fiz referência, já totalizam aprovações no PROCONVERGÊNCIA na ordem dos 6,1 milhões de euros, correspondendo a uma participação comunitária de 5,2 milhões.

É também notório, o reforço e o esforço do investimento no parque escolar em 2010, que reflecte um acréscimo de 67,5% em relação ao período homólogo de 2009.

Ao nível do apoio social, uma área à qual dedicámos muita atenção, houve um reforço de investimento na ordem dos 70% por vida da implementação de novos programas como o BOLSANGRA, o reforço do apoio à reabilitação de habitação degradada e um conjunto de actividades no âmbito do Plano de Combate às Dependências e Comportamentos de Risco.

As contas apresentadas reflectem assim, uma redução significativa do prazo médio de pagamentos a fornecedores, bem como uma melhoria generalizada dos indicadores, designadamente do indicador de liquidez que é representativo da boa saúde financeira desta autarquia.

Podemos, assim, concluir, fazendo uma avaliação globalmente positiva, merecendo referência a contenção ao nível da despesa corrente e o crescimento superior a 20% na despesa de capital.

Indo ligeiramente mais a detalhe, no que especificamente diz respeito à prestação de contas, importa dizer que a execução da receita foi na ordem dos 77,1% com relevância para a despesa corrente que teve uma execução de 104,7% e que traduz um aumento da receita face ao período homólogo, da ordem dos 15,3%.

Importa também dizer que, ao nível da despesa tivemos uma execução de 72,7%, da despesa corrente, na ordem dos 101%, ou seja, há uma boa execução da despesa corrente e ao nível da despesa de capital também, registando-se um acréscimo face ao ano anterior, da execução da despesa de capital, da ordem dos 21%.

Em relação aos indicadores e aos níveis de endividamento, importa dizer que durante o ano de 2010 não houve recurso a qualquer empréstimo bancário. É claro que os Srs. deputados municipais têm conhecimento desse facto, porque isso requereria a autorização da Assembleia Municipal. De qualquer forma, os níveis de endividamento, basicamente, mantêm-se em relação aos do ano anterior. Houve apenas a execução do empréstimo que já havia sido autorizado no início de 2009. A título genérico, é isso que acontece.

Para que compreendamos melhor a execução do PPI que é um dos mapas cuja interpretação tem suscitado alguma polémica nas duas últimas semanas, o PPI representa uma parte importante e não a totalidade da despesa de capital. A sua execução é fortemente influenciada pela despesa associada à aquisição de habitação social que, como sabem, é um processo que decorre há 10 anos e nesta fase não está dependente da autarquia como já foi aqui dito, mas sim, da capacidade da empresa construtora, registar os prédios que vai vender.

Nessa medida, há um investimento já executado com a sua execução financeira dividida por estes últimos 10 anos. Assim, condiciona a taxa de execução financeira que não é uma taxa de execução efectiva do PPI, porque a componente substancial de mais de 2 milhões de euros já está fisicamente executada, embora não o esteja financeiramente.”

O Sr. d.m. Luís Rendeiro – “As contas que estamos a apreciar merecem as seguintes notas por parte do PSD: Verifica-se um forte aumento nos subsídios atribuídos à CULTURANGRA, (2 milhões de euros), como forma de compensar os prejuízos crónicos que aquela empresa registou nos anos anteriores.

Verifica-se também uma forte redução nas transferências para as juntas de freguesia, que obriga a que as mesmas, tenham cada vez menos meios para a sua actividade. Se fizermos uma comparação simples, podemos ver que em 2008, foram transferidos 1,078 milhões de euros para as freguesias, enquanto, em 2010, foram transferidos 602 216 (seiscentos e dois mil, duzentos e dezasseis euros). Há uma redução quase para metade nas verbas para as juntas de freguesia.

Continuam a existir montantes demasiado elevados referentes a compromissos assumidos e não pagos, 3,6 milhões de euros em 2010, apesar de ter havido uma redução, já que esses mesmos valores eram de 4 milhões de euros em 2009.

O saldo positivo da conta de gerência que é apresentado neste documento é de 1,2 milhões de euros e esse saldo positivo é inferior, quer ao valor da dívida a fornecedores, (1,4 milhões de euros), quer em relação aos 3,6 milhões de euros de compromissos assumidos em não pagos.

O rácio de liquidez apresentado este ano permite detectar que o grau de cobertura dos passivos circulantes pelas disponibilidades e pelas dívidas a terceiros é insuficiente, o que significa a existência de problemas de tesouraria.

O prazo médio de pagamentos foi de 77 dias. Apesar de ser inferior ao do ano passado, continua a não cumprir o que legalmente está estabelecido, que são os 60 dias.

Não há uma avaliação ou comparação entre os objectivos iniciais traçados pela autarquia, as suas grandes metas, os meios e os métodos utilizados para atingir esses objectivos e os resultados alcançados. Será que esses resultados alcançados estão adequados aos objectivos iniciais e aos meios e métodos utilizados? Achamos que não e que o grau de eficácia e eficiência atingidos pela actividade autárquica não nos satisfazem.

Há obras ou actividades enunciadas no orçamento, como prioridades da autarquia, que não são objecto de qualquer referência no relatório de gestão no que diz respeito à sua execução física, financeira ou nos resultados alcançados ou não alcançados. São exemplos: A escola de Santa Bárbara, o Centro Interpretativo de Angra, o Plano Municipal das Toxicodependências, as obras no teatro Angrense, entre outros.

A análise das Grandes Opções do Plano permite-nos concluir que os objectivos inicialmente propostos estiveram francamente longe do que foi executado. Na execução das mesmas Grandes Opções do Plano, dos 12 milhões de euros disponíveis, cerca de 4 milhões foram gastos com cultura, como já disse. A cultura é importante mas parece-me que neste momento está com um peso excessivo nas despesas da Câmara Municipal.

Estavam orçamentados cerca de 19 milhões de euros e foram executados apenas 12 milhões, o que significa uma execução global das Grandes Opções do Plano, de apenas 63%, o que é demasiado baixo para que possamos aceitar.

Face ao inicialmente orçamentado, as prioridades da autarquia eram: Habitação, educação, sector cultural recreativo e de lazer, por esta ordem. Face ao executado, verifica-se uma alteração da ordem de prioridades da autarquia, vindo agora em primeiro lugar, a cultura, em segundo, a habitação e em terceiro, a educação, seguida de muito perto pelos transportes e comunicações. Baralharam-se e alteraram-se as prioridades inicialmente definidas no orçamento.

Quanto ao Plano de Investimentos de 2010, a taxa de execução que se verifica é de uns ridículos 48,7%. O município executou apenas 5 milhões de euros, dos 10,3 que pretendia investir inicialmente.

Os baixos valores de investimento na habitação, educação, transportes e na rubrica de comércio e turismo, face ao orçamentado, foram responsáveis por uma taxa de execução tão pequena.

Também na execução do Plano de Investimentos não se respeitou a ordem de prioridades apresentada no orçamento, o qual previa, por esta ordem, transportes com estradas e arruamentos incluídos, educação e habitação.

No executado, as prioridades passaram a ser: Educação, transportes e habitação com diferenças muito significativas de valores percentuais em relação ao que estava inicialmente previsto. Mudaram-se as prioridades e as proporções do investimento face ao orçamentado, tudo em valores absolutos bastante diferentes do que estava inicialmente previsto.

Face à análise que fazemos destes documentos, concluímos que a execução orçamental do município de Angra foi extremamente baixa, não se cumprindo os objectivos e prioridades anunciados em sede orçamental, quer em termos de Grandes Opções do Plano, quer em termos do Plano de Investimentos para 2010.

Estes valores não são aceitáveis nem admissíveis. Revelam uma gestão autárquica ineficiente, inactiva e, como já muitas vezes referimos, incompetente.”

O Sr. d.m. Francisco Barros – “Sr. presidente, Srs. membros da Assembleia, Sra. presidente, Sras. e Srs. vereadores.

Angra foi considerada a autarquia mais familiarmente responsável pelo segundo ano consecutivo. Não é mensurável nem quantificável mas é um indicador precioso do que tem sido uma política de apoio social, assente, fundamentalmente nas áreas da educação, apoio social às famílias, acessibilidades e reabilitação da rede viária e da área cultural que, pelos vistos, tanto incomoda alguns membros desta casa.

Mais importante do que isto, é percebermos o que têm sido as estratégias e as opções deste executivo camarário, que têm vindo a dar resposta aos objectivos e estratégias definidas aquando da apresentação dos seus compromissos eleitorais.

A questão da reabilitação urbana continua a ter um papel importante, nomeadamente, com a aprovação da conclusão do Plano de Pormenor e Salvaguarda da zona classificada, também não referenciada aqui e com a aposta no que, muitas vezes não é visível, mas que se sente no dia-a-dia, quer no investimento, quer na rede de saneamento, quer no abastecimento eficaz de água de qualidade a toda a população do concelho e, acima de tudo, numa política integrada em que não haja questões de exclusão, na qual, a aposta na educação e no ensino continua a ser forte, nomeadamente através da reabilitação do parque escolar com a construção de novas infra-estruturas escolares.

Não vale a pena discutirmos aqui números porque é uma questão de consultarmos as actas; ano após ano, verificamos que, entre a execução material e a execução financeira, há sempre um hiato muito grande.

No mínimo, é pouco sério, não se perceber que algo não pode ser concretizado financeiramente mas está concluído no terreno, como é o caso da habitação social, das escolas ou outros investimentos em que, por morosidades burocráticas de registo de habitações, as mesmas, para todos os efeitos, não estão executadas financeiramente, mas as pessoas já lá estão a viver há anos. Pegando no exemplo da habitação é, no mínimo, «querer tapar o sol com a peneira».

Temos perfeita consciência de que ainda há um caminho muito longo para percorrer. Há sempre mais e mais solicitações, mais e mais exigências, mais e maiores desafios.

Não querendo retomar a discussão da manhã, quando nos agarramos a um quiosque ou a números que não correspondem à realidade efectiva e material das obras que são feitas, é porque buscamos tábuas de salvação rotas, por não termos argumentos de peso para contrariar o que tem sido o trabalho da Câmara Municipal.”

O Sr. d.m. José Alberto Borges – “Boa tarde Sr. presidente da Mesa da Assembleia, Sra. presidente da Câmara, Srs. vereadores, Srs. depurados. Vou ser muito breve na análise à discussão do documento em causa.

A execução da despesa de capital ficou-se pelos 57% da execução do Plano Plurianual. Em 2010 ficou-se pelos 48%. Como temos vindo a defender nestas sessões, os orçamentos apresentados têm sido empolados, pois verifica-se que a sua execução acaba por ficar muito aquém do desejado.

Se, em relação aos documentos provisionais de 2010, demos o benefício da dúvida, a baixa execução dos investimentos previstos nestes documentos vem confirmar a nossa razão em não voltar a dar esse benefício da dúvida em relação aos documentos provisionais de 2011.

Não sei se é por estratégia, à espera do último ano de eleições ou por incapacidade, mas nós não vamos votar a favor do documento.”

O Sr. d.m. Fábio Vieira – “Sr. presidente, Srs. membros da Mesa, Sra. presidente da Câmara, Sras. e Srs. vereadores, Srs. deputados.

Em relação à análise da despesa que estamos a fazer hoje aqui, acho importante ressaltar diversos aspectos.

Em primeiro lugar, tal como o Sr. deputado Francisco Barros já referiu, parece-me haver alguma confusão entre a diferença da execução financeira e a execução física. Como os Srs. deputados sabem, há investimentos que podem começar num ano e terminar no ano seguinte ou prolongar-se por mais que um ano. Há sempre uma diferença.

Em relação às contas que nos são aqui apresentadas hoje, do ponto de vista económico, elas são bastante equilibradas. Os Srs. deputados também devem ter em atenção que, num orçamento de 20 e tal milhões de euros, não se pode prever com um ano de antecedência, exactamente todas as rubricas, todos os aspectos ou qual será a execução ao longo do ano todo. É feito um orçamento, que é um documento preliminar de orientação e é assim mesmo que deve ser interpretado.

Parece-me um pouco desonesto estar a fazer-se agora uma comparação, como a que foi feita pelo Sr. deputado Luís Rendeiro, entre o que era o orçamento e a posterior execução. O que vemos na execução, são contas equilibradas do ponto de vista contabilístico, contas com um impacto directo na economia local e a prova disso é o prazo de pagamentos que tem vindo a diminuir. Imagino que o PSD gostaria de ver obras mais vistosas ou de outro carácter, mas a verdade é que, esta Câmara, literalmente, tem enterrado milhares de euros no chão.

Houve uma crítica, um reparo vosso há 2 anos atrás, em relação à questão da água que foi um problema grande neste concelho e foi resolvido com muitos milhões de euros.

Há a questão da educação. Quer os Srs. deputados tenham uma ou outra visão do que tem sido a aposta na rede educativa no concelho de Angra, é uma rede que nos orgulha a todos e orgulha um dos concelhos dos Açores onde há uma maior aposta nessa área.

Chamaria a atenção para uma autarquia que poderá servir de comparação, embora em termos relativos, que é a de Ponta Delgada. Por ser uma autarquia maior, tem obviamente, outras características, mas em termos percentuais, os rácios daquela autarquia são bem piores do que os de Angra. Há aqui questões que também deve ser ressaltadas.

Parece-me que, havendo ou não, algumas críticas a fazer, deve ter-se sempre em atenção, o muito que foi feito. Foi feito um investimento, não para os próximos 2 ou 3 anos, mas sim, a longo prazo de 20 ou 30 anos, quer na educação, quer nas redes viárias, quer nas redes de abastecimento de água. O que vemos a ser feito em Angra é algo que se manterá por muitos anos.

Se calhar, o que se pede cada vez mais aos decisores políticos, é que as suas decisões e os seus projectos, sejam sustentáveis ao longo dos anos. Muito sincera e pessoalmente, parece-me que em 2010 tivemos uma aposta em áreas que eram fundamentais e precisávamos de investir nelas porque beneficiarão e aumentarão a qualidade de vida dos angrenses, por muitos e muitos anos.”

A Sra. presidente da Câmara – “Como foi aqui afluída a questão da Acção Social, foi referido o Plano de Combate às Dependências e a questão da habitação foi referida como sendo uma área de baixa execução, lembro que referi no início da minha intervenção e volto a dizê-lo, que estamos perante um daqueles factos fisicamente consumados há 10 anos, mas cuja execução financeira se vem arrastando ao longo de todo esse tempo.

Vem-se arrastando por razões alheias à vontade da autarquia porque todo o financiamento para essa actividade está garantido desde há 10 anos e tem a ver com dificuldades de registo por parte da própria empresa que construiu essas habitações. Assim sendo, é fictícia, a taxa que aqui é referenciada como sendo baixa.

Isso é comprovado pelo facto de a Câmara Municipal já se encontrar numa fase diferente ao nível da Habitação Social. Já estamos numa fase de reabilitação e manutenção desses fogos de Habitação Social e é para aí que estamos a canalizar os nossos esforços. Já procedemos a essas obras de manutenção dos 2 bairros da freguesia de S. Mateus e estamos, neste momento, a intervir no bairro de Santa Luzia. Seguir-se-ão já este ano, intervenções no bairro da Terra Chã e em todas as outras habitações sociais dispersas pelo concelho.

Queria também dizer que ao nível do Plano Municipal de Combate às Dependências e Comportamentos de Risco, desenvolvemos pela primeira vez, um conjunto de actividades já consolidadas e consertadas no início do ano passado com as entidades que participaram na elaboração do Plano e que são nossas parceiras, designadamente, com a aquisição de serviços à PSP destinados à zona do Porto das Pipas, no sentido de melhorar as condições de segurança, dissuadir o consumo de drogas e álcool e controlar os horários de encerramento dos bares e emissão de ruído.

Desenvolvemos uma campanha de prevenção de dependências em parceria com a Direcção Regional da Prevenção e Combate às Dependências, durante as Sanjoaninas de 2010, promovemos acções de sensibilização em meio escolar na área da gravidez na adolescência e elaborámos um guia sobre esta temática, um guia sobre tabagismo e um outro sobre a temática «Mundo sem Droga».

Para além disto, promovemos também acções de sensibilização que se designaram de «Absentismo Escolar, *Bullying* e Violência nas Relações Íntimas Juvenis» com a colaboração dos psicólogos Filipe Fernandes e Leticia Leal e elaborámos também um regulamento do concurso escolar «Drogas Para Quê?».

Estamos talvez a falar de algumas das actividades mais relevantes desenvolvidas ao abrigo deste Plano e que os senhores deputados municipais foram tomando conhecimento ao longo do ano, nos relatórios da actividade municipal.

Mantivemos este ano as «4^{as} Férias Desportivas e Culturais do Município» que contam com a participação de 30 crianças em risco de exclusão social, uma semana de actividades culturais, lúdicas e de lazer.

Ainda no que diz respeito à Acção Social, demos um enfoque muito especial às áreas que dizem respeito aos mais idosos. Não queria deixar aqui passar, toda a actividade que desenvolvemos ao longo deste ano.

Foi aprovado aqui em Assembleia Municipal, o Regulamento Municipal de Tele-Assistência e em 2010 atribuímos os primeiros 5 aparelhos. Já contamos com 17 aparelhos distribuídos com grande satisfação dos idosos pela eficácia deste sistema.

Continuamos a destinar um conjunto de actividades à população portadora do cartão do idoso. Vou dar alguns exemplos: Um mini torneio de bowling, uma peça de teatro, a Feira de Sabores e Tradições, a Gala Internacional Sénior no âmbito do COFIT, passeios de barco pela costa de Angra, a comemoração do Dia Internacional do Idoso e ainda a festa de Natal dos idosos.

Destinado especificamente aos idosos do nosso concelho, foi desenvolvido no passado ano, o projecto «Por favor, não caia» em conjunto com o INATEL, Governo Regional e todas as juntas de freguesia do concelho. É um projecto destinado a cerca de 1000 idosos com objectivos muito concretos na melhoria da sua qualidade de vida, já com resultados bastante interessantes que teremos muito gosto em apresentar durante este ano.

Falo também da Oficina Domiciliária que é composta por colaboradores desta autarquia que prestam serviços aos idosos portadores do Cartão do Idoso, em coisas aparentemente simples, mas que, para os idosos, representam alguma dificuldade como: Mudar um vidro, substituir uma lâmpada, etc. Foram beneficiárias destas intervenções, 192 pessoas durante o ano de 2010.

Queria ainda dizer que a iniciativa «Cartão 4 +» que teve início em 2009, conta já com quase 50 beneficiários, ou seja, famílias numerosas que beneficiam de regimes especiais, uma discriminação positiva por parte de um conjunto de empresas locais.

Foi também o primeiro ano em que beneficiaram do BOLSANGRA, 10 jovens do nosso concelho, o que representou um investimento desta autarquia no valor de 18 000 euros.

Este ano desenvolvemos também um conjunto de iniciativas importantes, designadamente: A actualização da Carta Escolar, a elaboração da Carta Social e o regulamento do Banco de Voluntariado «Angra Solidária» que vamos discutir já daqui a pouco.

Demos um especial enfoque à área da Acção Social e continuamos a ter, talvez como a maior das prioridades da nossa intervenção, a área da Educação, como já referi.

Devo dizer-vos que os nossos objectivos na área da Educação estão perfeitamente alcançados ao nível da construção ou reabilitação de estruturas. Tudo o que tínhamos planeado, foi concretizado, sendo que, a escola da Ribeirinha que é o maior investimento do município em curso neste momento, ascende a 4,2 milhões de euros em empreitada específica, fora todas as outras questões associadas, como a aquisição dos terrenos e as vias de acesso que vão melhorar, não só a condição do equipamento escolar em si, na freguesia da Ribeirinha, como também as acessibilidades entre a zona antiga e a zona nova daquela freguesia.

Devo ainda dizer que, durante o ano de 2010, a autarquia deu continuidade aos programas «Ciência Divertida» e «Matemática a Brincar» como elementos essenciais e complementares à actividade curricular das escolas do primeiro ciclo.

Uma outra área que foi aqui referenciada e à qual temos dado enorme atenção, é a área dos transportes e comunicações. Destaco 4 intervenções, uma delas, a conclusão do contrato AARAL com a Secretaria da Ciência e Tecnologia de reabilitação do Caminho do Meio de S. Carlos num investimento superior a 600 000 (seiscentos mil euros) e ainda 3 arruamentos: A ligação da Canada dos Carneiros à Canada do Casado em S. Bartolomeu, a criação da rua Dr. José Eduardo Martins Ormonde na freguesia de S. Mateus e a reabilitação de um conjunto de vias entre a Canada do Selis, a Canada dos Cinco Reis e a Canada Nova em S. Pedro.

Uma das áreas em que tínhamos prevista a execução física e financeira em 2010, foi o Pacote 3 de estradas. Convém dizer que tínhamos todo o procedimento concluído e em condições de avançar, mas tivemos que aguardar pelo entendimento com o Seminário de Angra quanto ao alargamento das Figueiras Pretas, condição que já conseguimos estabelecer no início deste ano. O procedimento já foi lançado, foram abertas as propostas e estimamos iniciar esta intervenção no segundo semestre.

Penso que já foi aqui dito, quais as intervenções contempladas neste Pacote 3, mas não será demais realçar que estão incluídos: O novo arruamento da variante ER N° 1 Primeira, com uma extensão de 83 m² no Raminho, a repavimentação da Canada João Borges na freguesia dos Altares, a pavimentação da Canada da Boticária na Ribeirinha, o alargamento das Figueiras Pretas em S. Pedro, a Canada do Morgado em Santa Bárbara, a Canada do Hospital nas Cinco Ribeiras, um conjunto de arruamentos no Porto Judeu, para além de intervenções junto ao centro histórico, designadamente, a Avenida Tenente Coronel José Agostinho, a repavimentação do Caminho Novo, a repavimentação total da Guarita e Largo dos Bombeiros até à rotunda da Carreirinha, a Praça Almeida Garrett, a rua Dr. Jacinto Cândido, a repavimentação da Avenida Infante D. Henrique e a Avenida Álvaro Martins Homem.

Será deliberada na próxima reunião de Câmara, a abertura do procedimento para reabilitação das calçadas no centro histórico que envolve a reabilitação de todos os eixos viários compreendidos, ou seja, a rua da Sé e todos aqueles que estão abaixo da igreja da Sé. O processo de preparação decorreu em 2010 e vai até à Guarita.

Só para terminar, Sr. presidente. Uma outra área estratégica e muito importante que é a área do Ordenamento do Território e Urbanismo, à qual eu não fiz qualquer referência no início, mas devo fazê-la agora. O Plano de Pormenor já foi entregue na autarquia, no mês de Março e está neste momento a ser objecto de revisão técnica para que a sua aprovação decorra durante este ano. Obrigada.”

Postos à votação, **os documentos de prestação de contas da Câmara Municipal relativos ao ano de 2010 constantes do Ponto 1.2, foram aprovados por maioria**, com 24 votos a favor, (19 do Partido Socialista, 4 do Partido Social Democrata e 1 do deputado municipal independente) e 10 votos contra, (7 do Partido Social Democrata e 3 do CDS-PP).

1.3 - Informação da Câmara Municipal, na qual dá conta da necessidade de se proceder ao adiamento da consolidação das contas dos vários organismos do Município, no decurso do próximo mês de Junho, de modo a permitir a respectiva apreciação pela Assembleia Municipal, na sua sessão do mesmo mês, para conhecimento do órgão deliberativo.

A Sra. presidente da Câmara – “Srs. deputados, é de simples explicação. Pela primeira vez, os municípios são obrigados a proceder à conciliação de contas e nesta medida, este é o primeiro ano em que essa consolidação vai ocorrer.

No fundo, o que estamos aqui a solicitar é que se proceda ao adiamento desta consolidação de contas para Junho, atendendo a que é o primeiro ano que os Serviços Municipalizados têm revisão de contas.

Em conjunto com o nosso revisor oficial de contas, entendemos que seria essencial proceder, numa primeira fase, ao encerramento das contas da CM, dos SM e da CULTURANGRA e então, já numa fase posterior e com outra serenidade, procedermos à consolidação das contas que serão presentes a esta Assembleia no mês de Junho.”

O Sr. presidente da Mesa considerou dado ao conhecimento da Assembleia, o constante do Ponto 1.3.

1.4 - Documentos de Prestação de Contas referentes ao exercício de 2010, dos Serviços Municipalizados, para apreciação e votação, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, apresentando os seguintes resultados:

Demonstração dos Resultados do Exercício:

- **Custos e Perdas:** € 7.602.037,94 (sete milhões seiscentos e dois mil trinta e sete euros e noventa e quatro cêntimos)
- **Proveitos e Ganhos:** € 8.177.085,07 (oito milhões cento e setenta e sete mil oitenta e cinco euros e sete cêntimos)
- **Resultado Líquido do Exercício:** € 575.047,13 (quinhentos e setenta e cinco mil quarenta e sete euros e treze cêntimos)

Fluxos Financeiros:

- **Saldo inicial:** € 208.391,39 (duzentos e oito mil trezentos e noventa e um euros e trinta e nove cêntimos)
- **Receitas Arrecadadas:** € 8.558.538,54 (oito milhões quinhentos e cinquenta e oito mil quinhentos e trinta e oito euros e cinquenta e quatro cêntimos)
- **Despesas Efectuadas:** € 8.582.226,85 (oito milhões quinhentos e oitenta e dois mil duzentos e vinte e seis euros e oitenta e cinco cêntimos)
- **Saldo Final:** € 184.703,08 (cento e oitenta e quatro mil setecentos e três euros e oito cêntimos)

No Relatório de Gestão, o Conselho de Administração analisa os factos mais relevantes dos diferentes sectores de actividade em que actuou e propõe, de acordo com o disposto no ponto 2.7.3 do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, que o resultado líquido do exercício de 2010, no valor de quinhentos e setenta e cinco mil, quarenta e sete euros e treze cêntimos seja transferido para reforço do património na sua totalidade.

O Sr. vereador Cota Rodrigues – “No que respeita aos Serviços Municipalizados, durante o ano transacto, a nossa actuação centrou-se em 4 aspectos fundamentais: Primeiro, no reforço da capacidade de exploração de água, nomeadamente, nos 4 furos de exploração e no equipamento do furo de S. Mateus que foi o único que foi necessário equipar. Este, o reforço no processo de captação de água.

O outro aspecto, foi o reforço do processo de redução das perdas de água, o que implicou a remodelação das redes em vários pontos do concelho, nomeadamente a do Pico da Urze e a que decorre actualmente na Terra Chã, na Canada da Ribeirinha e na Canada do Parreira.

O processo da telegestão é fundamental porque nos permitirá detectar zonas da rede onde se está a perder água, já que actualmente, essa monitorização é feita de uma forma muito deficiente e baseia-se em grande parte na facturação. O processo da telegestão vai permitir controlar os caudais que entram e saem do sistema, onde se registam as fugas e as zonas onde será necessário actuar.

Globalmente, queria referir-me às contas e destacar 2 aspectos fundamentais: Primeiro, verificou-se durante o ano transacto, uma acentuada redução nas despesas de electricidade, nas despesas correntes, nas despesas relacionadas com combustíveis, nas horas extraordinárias e verificou-se um aumento de receitas e uma taxa de execução superior a 70%, o que considero muito positivo, quando comparado com o que se tem verificado actualmente. Estes são os pontos marcantes.

A redução de despesas deveu-se também a alguns factores aos quais eu sou alheio. Por exemplo, o caso da redução da despesa da electricidade deveu-se à não utilização de furos porque não foi necessário. Houve caudais suficientes nas nascentes e a água chegou à rede quase por gravidade, mas a redução dos combustíveis e das horas extraordinárias deveu-se fundamentalmente a um sistema de controlo que implementámos com GPS acoplado, um sistema de controlo de circulação de viaturas e os resultados estão à vista.

Isto foi objecto de artigos de jornal jocosos de quem não percebe nada de gestão e os resultados estão à vista. Permitiram-nos poupanças na ordem dos 2 800 euros por mês só em combustíveis. Os resultados estão à vista na apresentação do relatório de contas.”

O Sr. d.m. Luís Rendeiro – “Quanto à prestação de contas dos SM, temos aqui em análise que, a grande bandeira do Partido Socialista e dos SM, foi a realização de furos para complementar as lacunas de abastecimento de água ao concelho. No entanto, talvez com esta explicação do Sr. vereador Cota Rodrigues, de não ter havido a necessidade de recorrer a eles por ter chovido mais abundantemente no ano passado e este ano também, se tenha verificado uma muito baixa taxa de execução num sector essencial, como por exemplo, os equipamentos electromecânicos de apoio a esses mesmos furos.

Não devíamos andar ao sabor do clima, mas sim, estar preparados, porque podemos ter um verão seco a qualquer momento e esses equipamentos virem a ser necessários.

Por estes documentos que nos são apresentados, poderemos verificar um atraso na obra de remodelação nas redes de diversos arruamentos, segundo pacote.

O Sr. vereador também falou aqui em redução de despesas, no entanto, houve um aumento das dívidas a fornecedores, que passou de 1,7 para 1,9 milhões de euros, nos quais se inclui uma dívida à GLOBALEDA de 387 000 euros (trezentos e oitenta e sete mil euros) que não se sabe a que diz respeito e convinha que fosse esclarecida.

O prazo de pagamentos, apesar de ter sido reduzido, de 133 para 101 dias, continua muito longe do limite legal de 60 dias.

Apesar de o resultado líquido do exercício ter sido positivo, o resultado económico ou operacional mantém-se negativo na ordem dos 380 000 euros (trezentos e oitenta mil euros).

Tendo em conta que, em face ao orçamentado, a prioridade seria para as águas e respectivas redes, quando vemos o executado, temos muito melhores taxas na gestão de resíduos do que na parte de águas e respectivas redes.

A execução do Plano de Investimentos foi de 65%, valor que não podemos considerar satisfatório face à importância da acção destinada aos Serviços Municipalizados, bem como os compromissos assumidos perante as necessidades da população.

Neste capítulo, queria só dar uma breve resposta ao Sr. deputado Fábio Vieira, que referiu que se enterram hoje milhões de euros no chão. O Sr. deputado está perdoado porque não se lembra do que aqui foi dito pela bancada do Partido Socialista acerca dos milhões que se gastaram nas obras de saneamento básico da cidade.

Talvez por, após essas obras de saneamento básico, a opção municipal ter sido para os pisos sintéticos em vez das redes de água, no início do ciclo socialista, temos hoje os problemas que temos, os imperativos que temos e a necessidade obrigatória de proceder a essas remodelações todas de uma só vez que condicionam muito a acção da autarquia, as despesas que a Câmara tem com esta mesma temática das redes de água e saneamento e os tais milhões enterrados no chão. Se as prioridades tivessem sido outras, talvez isso não acontecesse agora.

Por tudo isto, por esta temática e os pontos que referi, o grupo municipal do PSD vai votar contra o relatório de execução dos SM.”

O Sr. d.m. José Alberto Borges – “Em relação ao orçamento e à execução da despesa, ficou-se pelos 59,91% e a execução do Plano Plurianual de 2010 ficou-se pelos 64,67%. Como era previsível, pelo acompanhamento ao longo das sessões, estes são baixos valores de execução que confirmam as nossas razões para não termos aprovado os Orçamentos e Planos de 2011, por termos considerado que estariam empolados.

Verifica-se que os SMAH fizeram uma previsão orçamental empolada para 2010 através das baixas taxas de execução.

Já agora, gostaria de saber se o relatório sobre as conclusões técnicas da deslocação feita à Europa pelo Sr. deputado Cota Rodrigues já está pronto porque, de acordo com a informação prestada pela Sra. presidente da Câmara, logo que estivesse pronto, esse relatório seria submetido à Assembleia Municipal com vista à tomada de uma decisão definitiva.”

O Sr. d.m. José Guilherme Brasil – “Sr. presidente, Exma. Câmara, Srs. deputados. A minha intervenção vai no sentido de felicitar o presidente dos SM, Dr. Cota Rodrigues, pela gestão que tem exercido naqueles Serviços.

Vou dar um pequeno exemplo sobre a gestão de pessoal. Antigamente, nós, junta, ligávamos para qualquer encarregado e havia problemas. Neste momento, todos os encarregados têm uma função específica e isso para nós é, de facto, muito bom.

É unânime que a limpeza da freguesia melhorou bastante com a colocação de bolsas nos contentores. Basta ver a rua da Queimada, a rua da Boavista, a rua Padre Máximo, a Ladeira Branca e por aí fora. Os residentes de Santa Luzia agradecem.

Queria fazer uma pergunta relativamente ao saneamento da Ladeira Branca, se está previsto para este ano porque, segundo me parece, o ano passado houve um Sr. vereador que garantiu que este valor estava incluído no orçamento e a obra estaria pronta em Dezembro de 2010.”

A Sra. presidente da Câmara – “Apenas para esclarecer uma questão que foi aqui referenciada, que me parece importante e tem a ver com a taxa de execução dos SM ao nível do investimento.

Queria lembrar que, penso que, em Setembro do ano passado, o Conselho de Administração dos SM terá apresentado uma proposta de revisão ao seu orçamento, atendendo a algumas circunstâncias que se haviam alterado, designadamente, o facto de a administração do aterro passar a ser da responsabilidade da TERAMB. Como tal, a intervenção da 8ª bolsa deixaria de ser da responsabilidade dos SM e passaria a estar integrada no investimento a realizar por essa empresa municipal.

Cá temos mais um facto; não tendo sido aprovada essa revisão orçamental, esta execução que hoje se apresenta está claramente penalizada por essa razão, ou seja, esse investimento continuou previsto como sendo um investimento dos SM, quando já era do conhecimento dos Srs. vereadores, que não se realizaria por via desses Serviços. Esta é uma das questões.

Quanto ao valor de dívidas a fornecedores, devo dizer que essa questão já foi esclarecida em reunião de Câmara e tem a ver com o seguinte: Como sabem, a prestação de contas é o reflexo de uma fotografia que se tira às contas de uma determinada instituição a 31-12, neste caso, de 2010. Nesta fotografia não estão em conta todos os factos que se sucedem mesmo que seja a 1 de Janeiro.

Durante o mês de Janeiro os SM receberam uma receita importante relacionada com as candidaturas efectuadas aos Fundos Comunitários no valor de 1,2 milhões de euros que, como se percebe, é bastante substancial e que levou à regularização da dívida que estava essencialmente associada a este facto.

A situação que aqui se retrata já é mais favorável do que a de 2009, mas neste momento, os SM até têm um depósito a prazo e a dívida perfeitamente regularizada com os seus fornecedores. Isto deve ser salientado.

O que o Sr. presidente dos SM nos transmitiu aqui hoje e que está perfeitamente reflectido na conta dos Serviços, traduz uma reestruturação muito importante ao nível do seu funcionamento com verdadeiros reflexos na sua despesa corrente.

Estamos a falar de contenção que vai desde a despesa com pessoal que, quem teve a oportunidade de ler o que aqui está dito, verá que reduz numa área muito importante que é a das horas extraordinárias, resultado de reestruturações feitas na organização interna do pessoal.

Reduz também nas despesas com combustíveis como foi aqui relatado. Embora o preço do combustível tenha aumentado, foi possível conter a quantidade de combustível adquirido e obter daí, resultados financeiros favoráveis.

Poderia ainda elencar uma série de outras questões, mas queria dizer algo ao qual não me referi, mas vou fazê-lo agora sobre as duas contas que estamos a analisar: Foi este o primeiro ano que os SM tiveram Certificação Legal de Contas. A CM já tem certificação legal há 2 anos, mas é este o primeiro ano que tem certificação sem que seja feito qualquer ênfase por parte do Revisor Oficial de Contas.

Penso que o Dr. Carlos Góis, até há bem pouco tempo, esteve presente na apreciação das contas e queria agradecer mais uma vez a sua presença cá. Com certeza que isso lhe será transmitido.

Sendo o primeiro ano que isto acontece, os SM também não tiveram qualquer repreensão por parte do Revisor Oficial de Contas, ou seja, total rigor na apresentação e contabilização deste exercício por parte da CM e dos SM, o que vai para além de qualquer tentativa de referir dificuldades de tesouraria que, felizmente, não existem.

Temos a situação regularizada perante os fornecedores e digo com orgulho, que temos uma das situações financeiras mais estáveis, talvez a mais estável das autarquias da região e uma das melhores do país, o que foi salientado há um mês pelo Sr. secretário de Estado da Administração Local.

Fomos uma das autarquias que mais reduziu o prazo médio de pagamentos a fornecedores. Portanto, se há dificuldades nas nossas empresas, elas não advêm de atrasos de pagamentos por parte desta autarquia. Temos feito esse esforço e penso que isso é de realçar.”

O Sr. vereador Cota Rodrigues – “Gostaria de responder ao Sr. deputado Luís Rendeiro. Grande parte dos esclarecimentos já foram prestados pela Sra. presidente, mas no que diz respeito aos furos e à falta de equipamento, optou-se por equipar o furo da Canada do Capitão-mor em S. Mateus porque era o único que poderia causar alguns problemas no caso de baixa precipitação.

A partir de Fevereiro ou Março consegue fazer-se uma previsão para o Verão e previmos claramente que não haveria problemas. Não andamos aqui ao sabor das alterações climáticas nem da meteorologia. Quando trabalhamos, fazemo-lo com certezas e dados em cima da mesa. Tínhamos valores da precipitação de Janeiro, Fevereiro e Março e sabíamos que não havia necessidade de equipar furos desnecessariamente, já que não se poria o problema de falta de precipitação. Optou-se por um dos furos para satisfazer as necessidades de água na zona oeste da ilha que é a mais problemática e os outros 3, uma vez que não havia necessidade, este ano é que vão ser feitos.

Quanto às remodelações das redes, elas não estão a ser feitas de uma só vez e vou dar-lhe um exemplo muito claro: A remodelação da rede a decorrer actualmente na freguesia da Terra Chã deveria ter sido feita há 20 anos atrás! Quando se liga a água, aquilo rebenta por tudo o que é lado! Devia ter sido feita há 20 anos atrás e não foi! Agora é que está a ser feita! Na altura, a Câmara devia tê-lo feito e não fez! Agora é que estamos a fazê-lo...”

O Sr. d.m. Luís Rendeiro – “... Há 15 e há 10...”

O Sr. vereador Cota Rodrigues – “Pronto. Mas agora é que foi possível fazer e está-se a fazer. Parece-me ser claro. A responsabilidade para trás é de todos, não é só de um. Estou a responder-lhe a respeito de agora. Eu entrei há 1 ano e 4 meses e estou a dizer-lhe que a remodelação está a ser feita. Está a ser feita esta e vai ser feita outra.

Quando se liga a água, aquilo escaqueira-se tudo. Está tudo partido. Significa que já estava em circunstâncias parecidas há 20 anos atrás e se houvesse alguma destreza na altura, tinha sido feito logo.

Sobre o relatório das deslocações, em resposta ao Sr. deputado José Borges: Não fui só eu que fiz deslocações. Foram técnicos da «Praia Ambiente» e técnicos dos SM e eu acompanhei algumas delas, as que entendi que eram necessárias.

Quando compro um par de sapatos, costumo prová-los antes. Não costumo comprar coisas por catálogo porque depois dão mau resultado. Meto-os nos pés para ver se magoam e depois é que os compro. Não sei como é que o Sr. faz. Deslocámo-nos, porque entendemos que era necessário conhecer a tecnologia mais adequada para a ilha Terceira.

O relatório das deslocações já foi apresentado, quer aos Srs. vereadores da Câmara Municipal, quer publicamente. Se o Sr. não o conhece, eu não sei. De que é que o informaram?”

O Sr. d.m. José Alberto Borges – “Que seria submetido à apreciação de ambas as Câmaras e Assembleias Municipais. Foi o que a Sra. presidente da Câmara disse...”

O Sr. vereador Cota Rodrigues – “A apresentação já foi pública e foi um relatório excelente. Foi um excelente trabalho técnico.

Fica também a saber o seguinte: Para fazer aquele trabalho pediram-nos 300 000 (trezentos mil euros). Uma empresa internacional pediu-nos 300 000 euros para fazer aquele trabalho que ali está. Com o trabalho excelente dos nossos técnicos, fez-se a coisa por menos de 10 000 (dez mil euros), para o Sr. ficar a saber.

A partir do momento em que o relatório se tornou público, um colega meu da Universidade dos Açores passou a utilizá-lo para dar as suas aulas. É para o Sr. ficar a saber a qualidade que ali está...”

O Sr. d.m. José Alberto Borges – “Não estou a pôr em causa a qualidade. Estou a pôr em causa...”

O Sr. vereador Cota Rodrigues – “Pois, puseram em causa na imprensa. Estou a esclarecê-lo a si e a todos os Srs. deputados, que o relatório tem estas características. Não foi dinheiro mal gasto. O dinheiro dos munícipes e o interesse público foi acautelado e eu agi sempre nesse sentido. A tecnologia já está mais ou menos definida mas ainda não o está com exactidão. Fez-se o relatório para tomarmos as devidas precauções. E quanto a isto, é o que lhe tenho a dizer.

Quanto à pergunta sobre o saneamento básico da Ladeira Branca, aquela zona tem problemas de impermeabilização do terreno que é pouco permeável, as fossas das casas ali existentes, enchem e constituem um problema para as pessoas que têm a necessidade de pagar constantemente para as esvaziar.

Decidiu-se avançar com o processo de saneamento básico naquela zona que, neste momento se encontra na fase de projecto. Logo que esse projecto esteja concluído, daremos início à sua execução. À partida, será ligado à zona de Santa Luzia e vamos ver se resolvemos alguns problemas que por lá existem que não são agora chamados ao caso.

Interessa perceber que todas as águas residuais de Santa Luzia se dirigem ao Alto das Covas e não, por gravidade até ao Pátio da Alfândega; vão até ao Fanal, daí são bombeadas para o Pátio da Alfândega e depois bombeadas para... Isto é uma situação obsoleta que tem que ser resolvida.

A par desse problema do saneamento básico, vamos tentar resolver também esta situação que consideramos obsoleta, mas na altura, decidiu-se que seria assim.”

Não se tendo registado mais intervenções e postos à votação, **os documentos de Prestação de Contas dos SMAH constantes do Ponto 1.4 foram aprovados por maioria**, com 23 votos a favor, (18 do Partido Socialista, 4 do Partido Social Democrata e 1 do deputado municipal independente) e 9 votos contra, (6 do Partido Social Democrata e 3 do CDS-PP).

1.5 - Primeira revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano de 2011, para aprovação, de acordo com a alínea b) n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, nos termos do ponto 8.3 do POCAL, publicado através do DL n.º 54 – A/ 99 de 22 de Fevereiro, conjugado com a alínea d) do n.º 2 do art.º 64º da Lei n.º5-A / 2002 de 11 de Janeiro, com um aumento do valor global do orçamento de € 948.586,00. As despesas correntes aumentam, em termos líquidos, € 686.005,50 e as de capital € 262.580,50. As Grandes Opções do Plano têm um aumento de € 792.206,94.

A Sra. presidente da Câmara – “Uma rápida explicação. Para além dos ajustamentos que têm a ver com a alteração da orgânica da autarquia e a reafectação de pessoal entre orgânicas que levam a reforços e anulações, como podem ver ao longo de toda a proposta e falando primeiro ao nível da despesa, há também aqui a introdução de algumas acções que importa ressaltar, designadamente, a necessidade de proceder a uma grande intervenção ao nível do sistema eléctrico no parque de campismo da Salga.

Na sequência da não execução por parte de algumas juntas de freguesia, na sua Delegação de Competências no ano de 2010, nomeadamente, as juntas de freguesia da Feteira e

Conceição e também um acerto ao nível da junta de freguesia de S. Bartolomeu, dotámos aqui, exactamente para proceder a esse reforço.

Procedemos ao reforço das intervenções na Habitação Social para permitir o avanço das intervenções nas outras freguesias, para além da intervenção na Terra Chã.

Reforçámos também a dotação destinada ao apoio a extractos sociais desfavorecidos no âmbito da recuperação da habitação.

Há aqui uma questão que eu gostaria também de explicar ao nível da despesa e que tem a ver com o Programa de Combate às Térmitas. Este é um projecto já executado, mas que mereceu, no âmbito do contrato, um adiantamento no ano de 2010. Para regularização desse adiantamento em 2012, é necessário que a empresa, no caso, a Fundação, apresente uma nota de crédito, a qual implica este reforço que depois será utilizado para outros efeitos e não será executado financeiramente, este ano.

Para além disso, está aqui um reforço importante que se destina à continuidade dos serviços de assessoria, designadamente do modelo multi-canal e também à aquisição de uma série de serviços respeitantes ao processo de reorganização e realinhamento estratégico da CM.

Na sequência da recomendação do Revisor Oficial de Contas da CULTURANGRA, está aqui previsto também um reforço das transferências para aquela empresa, referente a 2010, que tem a ver com 2 aspectos específicos: Em primeira instância, como sabem, a CULTURANGRA levou a efeito a substituição do sintético do Campo Municipal, estando previsto no seu orçamento para 2010, que uma parcela da receita destinada a essa despesa, proviria do PROCONVERGÊNCIA.

Como esse investimento não atinge os 400 000 (quatrocentos mil euros), não pode ser candidatável. Nessa medida, a CM vai proceder à transferência correspondente aos 85%, cuja receita não aconteceu em 2010.

Importa também explicar as movimentações ao nível da receita. Para além da inclusão do saldo de gerência de 1 255 000 (um milhão duzentos e cinquenta e cinco mil euros), há a inclusão de 55 440 (cinquenta e cinco mil quatrocentos e quarenta euros) resultantes da venda de um terreno no Parque Industrial e também, (não prevista inicialmente), uma redução de 362 418 (trezentos e sessenta e dois mil quatrocentos e dezoito euros) porque, por uma questão de prudência, como não recebemos a receita de IRS prevista no Orçamento de Estado de Janeiro a Abril, entendemos que devíamos proceder desde já à sua redução. Depois, se a viermos a receber, há-de reforçar-se essa verba mediante as transferências que forem executadas.”

Não se registando mais intervenções e tendo sido posta à votação, **a Primeira Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano de 2011 constante do Ponto 1.5, foi aprovada por maioria**, com 23 votos a favor, (17 do Partido Socialista, 5 do Partido Social Democrata e 1 do deputado municipal independente) e 9 abstenções, (6 do Partido Social Democrata e 3 do CDS-PP).

1.6 - Inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais desta Câmara Municipal referente ao ano de 2010, cujo total é de € 83.735.216,17 (oitenta e três milhões setecentos e trinta e cinco mil duzentos e dezasseis euros e dezassete cêntimos), para apreciação, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

O Sr. presidente da Mesa, constatando a ausência de inscrições, considerou o Inventário constante do Ponto 1.4, apreciado.

1.7 - Segunda alteração ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal para 2011, para aprovação do órgão deliberativo, nos termos do artigo 64.º, n.º 6, alínea a) e do artigo 53º, n.º 2, alínea o) da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

A Sra. presidente da Câmara – “Esta alteração ao mapa do pessoal visa essencialmente, dar cobertura a alguns pedidos de reforma que tivemos já no início deste ano, designadamente de um colaborador na área da topografia, outro assistente administrativo e também a um pedido de mobilidade dos SM para a CM, uma vez que o canil vai passar a estar sob a responsabilidade directa da CM.

Associando aqui o facto de os funcionários municipais estarem directamente dependentes da CM, o que nos trazia algumas dificuldades de funcionamento no canil, entendemos que seria proveitoso que este funcionário fosse transferido para a CM. É essencialmente a cobertura destas situações de reforma, que está em causa.”

O Sr. d.m. Luís Rendeiro – “Um breve comentário só para realçar que esta não é apenas, «uma normal alteração ao mapa de pessoal da CMAH». É uma alteração em que, abandona a Câmara, a super estrela do ano passado, ao fim de apenas um ano.

Faz apenas um ano, que se discutiu aqui a questão da Técnica Financeira recrutada à Câmara de Lisboa que, pelos vistos, deixou de ter vontade de regressar à sua terra, apesar da facilidade com que todas as portas lhe foram abertas, dos vencimentos que veio a auferir e da incondicional defesa que a Sra. presidente da Câmara fez, da sua personalidade e das suas competências.

Relembro e tenho aqui o extracto da acta, que «A Sra. presidente afirmou que era um reforço da divisão financeira da autarquia, aliviando a carga de trabalho desenvolvido naquele departamento, correspondendo o respectivo vencimento, ao de um técnico superior com mais de 20 anos de carreira na função pública e não podendo, a autarquia, deixar de aproveitar a experiência e os conhecimentos de uma angrense que, por sua opção, regressava à sua terra».

Valeu mesmo a pena! Esteve cá 1 ano. Pelos vistos não gostou de cá estar. Talvez as condições que auferia, não fossem suficientes ou os resultados do seu trabalho não tenham sido os melhores, pelas execuções orçamentais que aqui vemos.

Ficámos a saber que a autarquia poupa aproximadamente 41 595 (quarenta e um mil quinhentos e noventa e cinco euros) com a sua partida. É só isso que nos apraz dizer neste momento.”

A Sra. presidente da Câmara – “Realmente, há um oceano que nos divide, Sr. deputado municipal Luís Rendeiro. Vou dizer-lhe uma coisa: É o desrespeito com que você trata... Por acaso, sabe de quem está a falar, para falar de uma pessoa com essa falta de respeito? Está a falar de uma pessoa e não de um cão nem de um gato! É de uma pessoa! Cresça e apareça, Sr. deputado!

Peço imensa desculpa, mas sinto-me obrigada a defender a honra de uma pessoa que foi aqui ofendida!”

O Sr. presidente da Mesa – “Oh, Sr. deputado. Vamos lá ver uma coisa. Sra. presidente da Câmara, peço-lhe desculpa, só para esclarecer aqui uma coisa: Na minha intervenção, disse que devíamos medir todas as palavras e quem começou por dizer que era uma estrela, como se fosse uma coisa...”

Desculpe, desculpe, desculpe! Quem depreciou a Técnica em causa, foi o Sr. deputado Luís Rendeiro! Peço desculpa, mas foi o Sr. deputado Luís Rendeiro que lhe chamou uma estrela, como se não fosse relevante e não tivesse um nome! Eu estou à vontade porque não conheço a senhora, nunca a vi e nem faço tenções de a ver.

Quem começou por tratar a questão de forma menos correcta, foi o Sr. deputado. Agora, qual é o problema em que a Sra. presidente da Câmara se venha defender?”

O Sr. d.m. Luís Rendeiro – “A ironia e o sarcasmo são argumentos do debate político; o insulto, não! O insulto, não!”

A Sra. presidente da Câmara – “Em nome do pai, do filho e do Espírito Santo!”

O Sr. presidente da Mesa – “Oh, Sr. deputado! Peço desculpa! O Sr. utiliza o sarcasmo como entender e a senhora presidente também o utiliza como entender, como é óbvio! Por um lado, não podemos exigir que as coisas sejam feitas «como eu quero» e por outro, também tem que ser «como eu quero!»”

O Sr. d.m. Luís Rendeiro – “O Sr. presidente vai-me desculpar, mas vamos discordar frontalmente. Não são coisas comparáveis.”

O Sr. presidente da Mesa – “Bem, tem todo o direito de discordar.”

A Sra. presidente da Câmara – “Vou-lhe dizer que, todas as minhas expectativas sobre o desempenho da referida colaboradora, tiveram plenitude durante o tempo em que a senhora cá esteve. Foi-se embora, não por sua vontade mas, temendo que a adopção de determinadas medidas por parte do Governo Central, pudessem afectar as autarquias, receou pelo seu posto de trabalho na autarquia de Lisboa e pediu para regressar. Foi somente isto.

A senhora continua a construir uma casa em Angra do Heroísmo e deseja voltar para cá. Todos nós, eu, a Sra. directora do departamento, o Sr. chefe de divisão, estávamos muito satisfeitos com a sua prestação e temos muita pena que, por sua própria decisão, ela tenha regressado.

Lamento a forma como o Sr., mais uma vez, se dirige a pessoas que nem estão presentes para se defenderem e que deram o seu melhor no tempo em que cá estiveram.”

O Sr. d.m. Carlos Pinheiro – “Muito boa tarde Sr. presidente, Sra. presidente da Câmara, Srs. vereadores e restantes deputados. Aproveitando o que se está agora a falar sobre o quadro de pessoal, não sei se me é permitido, mas propunha um voto de louvor à equipa de calceteiros da CM, que está a executar um excelente trabalho na Praça Velha.

Como já disse várias vezes, sou continental de nascença, mas feteirense por opção e é com bastante orgulho que vejo que temos, na nossa região, qualidades mais que suficientes para, muitas vezes, não termos que recorrer a equipas que, não vou dizer o nome para não ofender ninguém.

Aproveito o que o Sr. Dr. Francisco Cota Rodrigues disse, que conseguiu fazer com os elementos dos SM, um trabalho igual ou talvez melhor do que o que os outros vinham cá fazer, levando muito mais dinheiro.

Sem querer estar aqui a levantar polémicas, é aí que eu defendo que o trabalho local é muito melhor e somos reconhecidos lá fora. É pena que, às vezes, não sejamos reconhecidos aqui. Costuma dizer-se que, «santos da casa não fazem milagres».

Sou muito apologista e tenho uma opinião muito própria: Para mim, as firmas que contam nesta terra, são as que têm rosto porque eu sei quem é o patrão, o que ele fez e o que faz. As que cá vêm, que não conheço, nem sei quem são, para mim não têm valor nenhum.”

Posta à votação, **a proposta de alteração ao mapa de pessoal constante do Ponto 1.7 foi aprovada por maioria**, com 24 votos a favor, (19 do Partido Socialista, 4 do Partido Social Democrata e 1 deputado municipal independente) e 9 abstenções, (6 do Partido Social Democrata e 3 do CDS-PP).

1.8 - Proposta de Regulamento do Banco Local de Voluntariado Angra Solidária, para aprovação do órgão deliberativo, nos termos da alínea a), do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

A Sra. presidente da Câmara – “Uma apresentação muito breve porque, penso que estão bem expressas as intenções da constituição deste «Banco de Voluntariado Angra Solidária». Esta intenção da criação de um banco de voluntários já havia sido manifestada por nós e pretendemos essencialmente, promover a oferta e procura de voluntariado e sensibilizar os cidadãos e organizações para a prática do voluntariado.

A CM funciona como entidade promotora e responsável por este encontro entre a oferta e a procura no sentido de formar as pessoas para uma prática responsável de voluntariado.”

O Sr. d.m. Francisco Barros – “Sr. presidente, Srs. membros da Assembleia, Sra. presidente, Sras. e Srs. vereadores. Dou conta da satisfação pela apresentação desta proposta. Se recuarmos uns pontos e se mais não fosse, vale pelo simbolismo que representa em termos do que deve ser a participação e o papel de uma autarquia na promoção de uma cidadania activa, não mensurável, não quantificável, não constante em termos orçamentais de qualquer Plano, Orçamento, ou prestação de contas, mas que revela uma sensibilidade e uma aposta no que devem ser novas formas de participação por parte dos cidadãos e deve orgulhar todos os membros desta casa.”

Não se registando mais intervenções, posta à votação, **a proposta constante do Ponto 1.8 foi aprovada por maioria**, com 24 votos a favor, (19 do Partido Socialista, 4 do Partido Social Democrata e 1 do deputado municipal independente) e 9 abstenções, (6 do Partido Social Democrata e 3 do CDS-PP).

1.9 - Proposta para realização de um Acordo de Geminção entre a Cidade de Angra do Heroísmo e a Cidade de Porto Novo na Ilha de Santo Antão – República de Cabo Verde, para autorização do órgão deliberativo, nos termos da alínea d), do n.º 4 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

A Sra. presidente da Câmara – “Penso que o trabalho técnico feito pelo nosso gabinete de apoio em empreendedorismo, promoção turística e património é bem representativo do que vem sendo o relacionamento mantido com esta CM no âmbito de um acordo de amizade existente entre estas autarquias há bastantes anos.

Por vontade manifestada pelo presidente da Câmara de Porto Novo ao Sr. vice-presidente da CM há uns meses atrás, vimos assim propor que este acordo de amizade se transforme num protocolo efectivo de geminação nos termos do que a legislação prevê.”

O Sr. d.m. Luís Rendeiro – “O grupo municipal do PSD, à partida, não tem nada a opor a esta geminação. Queríamos, era aproveitar a ocasião para que a Sra. presidente da Câmara nos fizesse um ponto da situação quanto às outras geminações que a cidade de Angra realizou porque, suponho que o objectivo das geminações seja uma troca recíproca de

benefícios entre os municípios que se geminam e, não apenas, mais um diploma ou mais um documento para emoldurar e colocar nas paredes dos Paços do Concelho.

Gostaríamos que nos fossem enumeradas as vantagens que a cidade tem obtido e possa obter desta ou de outras geminações, os benefícios e contributos que também demos às outras populações com quem nos geminamos, quais os investimentos feitos e o seu retorno e que fossem avaliados para o concelho, os benefícios de todas as geminações, devendo transcender o simples gesto de amizade, boa vontade ou bom entendimento entre os órgãos directivos dos respectivos municípios. Era só esse tipo de reflexão que gostaria que pudesse ser feito neste momento.”

O Sr. d.m. Francisco Barros – “Não pretendia intervir neste ponto, mas gostaria de saudar esta proposta de geminação entre a cidade de Angra e a cidade de Porto Novo porque, se outros motivos não houvesse, qualquer processo de geminação ou intercâmbio, transporta consigo factores de diversidade, de tolerância, de compreensão e diversidade cultural.

Infelizmente, pelo que percebemos, para muitos, o processo de geminação não passa de uma simples conta de merceeiro de «deve e haver». Infelizmente, há quem pense assim.”

A Sra. presidente da Câmara – “Penso que é histórica, clara e bastante estreita a colaboração com este município. É claro que, como compreenderão, isto é um processo de amizade, sendo que, em muitos circuitos de amizade, por vezes damos mais fisicamente do que recebemos.

O que recebemos, é a gratidão destas pessoas pelo empenho que a autarquia tem tido no seu desenvolvimento. Estamos a falar, por exemplo, da colaboração que mereceram na elaboração do projecto para os Paços do Concelho daquela cidade entre tantas outras colaborações.

O que se prevê daqui em diante, não é uma simples ligação com o município, (organização), mas também a sua extensão à Universidade dos Açores, às escolas, designadamente ao Governo Regional e à formação de professores. Ao nível municipal, espera-se uma troca de conhecimentos no que diz respeito ao tratamento da água e resíduos sólidos urbanos.

Neste domínio, esperamos naturalmente, dar mais do que receber, sendo certo que temos recebido muito de Cabo Verde com a colaboração de muitos homens e mulheres que, diariamente, se dedicam ao desenvolvimento do nosso concelho. Isso não é mensurável, mas é desejável.”

O Sr. d.m. João Maria Mendes – “Muito obrigado, Sr. presidente, por me ter concedido a palavra desta vez.

Gracejos na sala.

Sem querer dar outra lição de história, estranhei muito quando vi, no elenco da agenda de trabalhos, uma geminação com Porto Novo em Cabo Verde. Francamente, fiquei um pouco surpreso com esta geminação e tentei perceber o que se passava.

Curiosamente, a génese desta geminação demorou algum tempo porque, segundo parece pelo regulamento internacional de geminações, que eu não conheço, só se podem geminar cidades com cidades e vilas com vilas.

Até há bem poucos anos, Porto Novo era uma vila. Não era cidade. Parece que tudo começou, não por interesse nosso, mas, curiosamente, por um natural de Porto Novo que se estabeleceu aqui na cidade de Angra. Provavelmente todos se lembram. Era um pastor

evangelista, um auto didacta e rapaz com grande valor, que abriu uma igreja na rua de Jesus. Creio que hoje é advogado em Lisboa. Estudou, licenciou-se em Direito.

Foi esse senhor que começou a desenvolver projectos de relacionamento entre a cidade de Angra onde se tinha estabelecido e a, então, vila de Porto Novo.

Creio que agora existem razões para eu poder votar conscientemente a favor desta geminação, não por iniciativa de ninguém de Angra, mas sim, por um natural de Porto Novo que cá se estabeleceu. Isto é interessante por não se tratar de uma questão meramente lunática e de estrelato, mas sim, de relações concretas de cooperação.

Ao longo destes anos, as várias Câmaras têm participado em eventos em Porto Novo que, hoje em dia, segundo o que me apercebi, é a principal cidade da ilha de Santo Antão na república de Cabo Verde.

Creio que seria vantajoso, que pudéssemos estabelecer esta geminação definitiva, dado que ela existe de facto, como acordo de cooperação porque não poderia haver a geminação, dado que Porto Novo não era cidade; simplesmente vila.

Era apenas para dar esta pequena explicação porque também me intrigou a proposta desta geminação. Creio que se justifica plenamente com estes dados que me forneceram.

Concordo com o Sr. deputado Luís Rendeiro. As geminações têm que servir para alguma coisa. Creio que isso tem acontecido com as cidades portuguesas com quem temos alguma relação. Talvez menos com o Brasil. Não sei.

Não sei se, ultimamente, também tem havido alguma coisa com a primeira cidade, com a qual se iniciou este processo de geminações, que é Tulare, mas de qualquer maneira é sempre bom termos estes laços de amizade com diversos pontos do mundo. Muito obrigado, Sr. presidente.”

O Sr. presidente da Mesa – “Muito obrigado, Sr. deputado João Maria Mendes. Já agora devo dizer-lhe que fui educado para dar a quem precisa, de maneira que, foi com todo o prazer e gosto que lhe dei a palavra, sobretudo para receber uma brilhante lição de história.”

Não se registando mais intervenções e tendo sido posta à votação, **a Proposta constante do Ponto 1.9 foi aprovada por unanimidade.**

1.10 – Proposta de atribuição de senhas de presença aos elementos do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo, para autorização do órgão deliberativo, nos termos da alínea j), n.º 2, do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

O Sr. vereador Cota Rodrigues – “Como sabem, houve um novo conselho de administração nos SM, uma vez que o Sr. Anselmo decidiu demitir-se das suas funções. Estes 2 elementos novos que entraram não foram eleitos, ao contrário do anterior; não fizeram parte de listas. Por isso, entendemos que devem ter senhas de presença. Uma vez que assumem responsabilidades, têm que ser minimamente ressarcidos por elas.

O segundo ponto é uma questão de equidade, uma vez que a empresa municipal TERAMB possui um conselho de administração que auferir senhas de presença por cada reunião realizada. Entendemos que deve existir uma situação de igualdade, daí a apresentação desta proposta.”

O Sr. d.m. José Alberto Borges – “Não concordamos com a proposta em causa porque, até aqui, nunca houve ninguém pago com senhas de presença, muito menos o Sr. Anselmo, eleito ou não.

Atendendo ao momento de crise, atendendo a que os SM até se congratulem e muito bem, por terem reduzido despesas e atendendo a que os membros deste conselho de administração, terão menos que fazer porque muitos serviços passarão para a TERAMB, nós vamos votar contra a proposta.”

O Sr. d.m. Luís Rendeiro – “A nossa interpretação desta proposta é um pouco diferente e também tem a ver com uma questão de equidade. Entendemos que nesta fase, a meio do mandato, deve haver equidade e igualdade de tratamento entre quem assumirá funções a partir de agora e quem as desempenhou anteriormente.

O facto de o Sr. Anselmo Barcelos ter vindo na lista do PSD que se candidatou à CM, portanto, ter feito parte de uma lista votada e eleita, não tem nada a ver com o seu desempenho de funções nos SM. Para isso, foi indicado pelo Partido Social Democrata. Nem se coloca a questão de uns membros serem eleitos e os outros não. O que entendemos é que, se até agora, quem desempenhou as funções, o fez de modo gratuito, não há razão para que, mudando o elenco, passe a haver uma situação de benefício de uns membros do conselho de administração em relação a outros.

Se me disserem que esta proposta faz sentido para o próximo mandato ou se o exercício de funções dos actuais membros tiver a mesma duração de trabalho gratuito que os anteriores, aí não nos choca. Neste momento, nestes moldes e nestas circunstâncias, somos contra esta proposta.”

O Sr. d.m. João Santos – “Sr. deputado José Alberto Borges: Consigo, vou perder pouco tempo. Não me venha falar em momentos de crise. O Sr. sabe quanto custa cada reunião da Câmara Municipal? A conversa fica por aqui. É que nem lhe adianto mais. Se perceber o que lhe quero dizer, está tudo dito.

Oh, Sr. deputado Luís Rendeiro: Eu percebo o que está a tentar dizer, mas está a misturar as coisas. Ninguém pode impedir o Sr. Anselmo Barcelos de fazer trabalho voluntário. Por sua iniciativa, abdicou do pagamento a que tinha direito. Não? Desculpe? Ele próprio o disse no jornal: «*Tendo isto feito, em regime de voluntariado, apesar de haver legislação que permitisse usufruir da compensação pecuniária*». Disse ou não disse?”

A Sra. d.m. Alódia Silva – “Pode ter dito...”

O Sr. d.m. João Santos – “Ah! Pode ter dito! Pode ter dito mas não conta!?”

Grande alarido na sala.

A Sra. d.m. Alódia Silva – “Oh! Não é nada disso!”

O Sr. d.m. João Santos – “Um disparate! Um disparate! Um disparate! A senha era para ele mas ele abdica dela, assume o regime de voluntariado que fez e... «pode ter dito»!

A questão é a seguinte: Não o vou acusar mais uma vez de ter preparado mal os trabalhos para hoje, mas se tivesse lido as actas, perceberia porque é que o Sr. Anselmo entrou no conselho de administração, quando e em que condições o fez e que foi assumido pelo Sr. vereador do PSD, que o cargo não seria remunerado, etc. Ou seja, os Serviços não iam impor uma coisa que um membro do conselho de administração não queria receber, se a lei lhe dá essa hipótese.

Como o Sr. sabe, não pode abdicar das suas senhas de presença aqui, mas lá, ele quis abdicar; quis fazer voluntariado e fê-lo.

Eu percebo que isto seja dúbio, mas é assim: Até à data todos os membros do conselho de administração tinham outras funções. Eram vereadores eleitos, recebiam de um lado, não recebiam do outro.

Eu lembro-o que, durante o tempo em que o Sr. Anselmo Barcelos esteve no conselho de administração dos SM também recebeu do outro lado... Qual outro lado? Senhas de presença de reuniões de Câmara em que esteve presente!

Apesar de não ser efectivo e em permanência, como até à data, os vereadores constituíam o conselho de administração e ele, como suplente eleito nas listas do PSD, esteve presente em várias reuniões de Câmara, das quais, recebeu senhas de presença. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11... já vou quase em 1 000 euros. Também recebeu as senhas de presença.

Você pode dizer: «São coisas diferentes...». Eu até poderia concordar consigo mas ele entendeu que não deveria receber e entendeu também, num direito que lhe assiste, no fim do seu mandato, dizer ao Sr. presidente dos SM, que abdicava do seu lugar por motivos de saúde. Depois veio repor no jornal que, para além dos motivos de saúde, os senhores não o deixavam continuar. Está aqui. «Ah, ele escreveu, disse isto, mas não interessa!». Os senhores não o deixaram continuar.

Ele diz: «*A minha passagem breve...*», (um ano apenas, foi o que os senhores deixaram), «*...pelos Serviços Municipalizados, foi um serviço que muito me satisfez.*»

Ele viu-se obrigado a sair mas também se viu obrigado a dizer: «*Fiz no regime de voluntariado, apesar de haver uma legislação que permitisse usufruir da compensação pecuniária.*» Penso que, com isto, temos tudo dito. Muito obrigado.”

O Sr. d.m. Luís Rendeiro – “Estão a ser comparadas, coisas que não são comparáveis. O Sr. Anselmo Barcelos desempenhou e bem, as competências que lhe eram atribuídas, com sentido de serviço público. Estes senhores ainda não aqueceram o lugar e o sentido do serviço público já é imediatamente remunerado. É a diferença entre as pessoas e as atitudes.

Como lhe disse, por princípio não haveria nada a opor se houvesse uma situação de equidade. Estes senhores trabalhavam um ano nas mesmas condições dos anteriores. Por exemplo: Chegam agora, não há trabalho comunitário para ninguém e são logo remunerados. É a postura diferente, que têm os diversos partidos políticos.”

O Sr. d.m. João Santos – “Sr. deputado: Já todos nós o conhecemos. Por esta sua intervenção, acabámos todos de perceber que o seu argumento, para além de ser frágil, neste momento, tinha terminado. O Sr. sabe tão bem como eu que tem que manter essa imagem mas o seu argumento caiu por terra.

O Sr. concorda com o pagamento. Vamos por partes. O Sr. concorda com o pagamento. Por princípio, está na lei, é justo, deve receber. Agora, como o Sr. Anselmo decidiu, em nome do serviço público, praticar um acto de voluntariado, todos nós somos obrigados a ser voluntários sempre que desempenharmos o mesmo cargo!

Sr. deputado: É, no mínimo, absurdo! Imagine 2 pessoas: Uma diz que não quer receber, mas a outra diz que quer receber e não quer fazer voluntariado. Os Srs. concordam com ambos. Concordaram que o Sr. Anselmo Barcelos não recebesse... então, daqui a 1 ano já seria justo receberem?

A questão é: É pago ou não é pago? É pago. Há um elemento do conselho de administração que quis fazer voluntariado, fê-lo. E porquê, 1 ano? Porque ele só lá esteve 1 ano? E se

tivesse decidido ficar apenas 1 mês? Ou melhor, (peço desculpa pelo equívoco), se os Srs. tivessem decidido que ele só lá estaria 1 mês? Sim, foram os Srs. que decidiram por ele. Imaginemos que ele só lá ficava 1 mês! Afinal, já se podia pagar porque já passou 1 mês e eles já lá estão há mais que isso. Agora já podíamos pagar.

Imaginemos que estivessem nomeados há 3 meses. Se o Sr. Anselmo tivesse estado sem receber durante 3 meses, nada disto se punha. Votávamos todos a favor porque eles já estiveram lá 3 meses sem receber. O Sr. sabe tão bem como eu que isto não faz sentido, Sr. deputado. À partida, o argumento é muito fraco e neste momento já é absolutamente inexistente.”

O Sr. d.m. José Alberto Borges – “Sr. deputado João Santos: Se está instituído que é pago, não há razão nenhuma para se vir aqui pedir autorização para se pagar. Se estava instituído que é pago aos Srs. que exercem funções no conselho de administração dos SM, acho desnecessário vir aqui pedir-se autorização para se continuar a pagar.”

Posta à votação, **a Proposta constante do Ponto 1.10 foi aprovada por maioria**, com 20 votos a favor, (19 do Partido Socialista e 1 do deputado municipal independente) e 9 votos contra, (6 do Partido Social Democrata e 3 do CDS-PP).

O Sr. presidente da Mesa – “Sras. e Srs. deputados, numa deslocação que fez aos Estados Unidos, faz hoje 8 dias, o Sr. presidente da Assembleia Municipal da Praia da Vitória, Francisco Oliveira, sofreu um acidente que o deixou num estado crítico. Além de ter partido 3 costelas, também fracturou a cervical em 3 sítios.

Queria pedir às Sras. e Srs. deputados para, em nome da Assembleia, lhe desejarmos as melhorias o mais rápido possível e dizer-lhe também que o acompanhamos nesta situação.

Se algum dos Srs. deputados tiver alguma objecção, faça favor de o dizer. Se não houver, eu transmitirei essa opinião ao Sr. Francisco Oliveira.”

O Sr. d.m. Francisco Barros – “Pela relação de amizade pessoal que me liga ao Sr. presidente da Assembleia Municipal da Praia da Vitória, subscrevo na íntegra, a sua preocupação, mas o motivo que me leva a intervir não é esse.

Pergunto se, ao abrigo regimental, a Mesa autoriza mais uma proposta de recomendação por parte do grupo municipal do Partido Socialista que tem a ver com a forma como o debate decorreu da parte da manhã e no início da tarde, referente às obras de requalificação da Praça velha.

Que este Órgão tome uma posição relativamente à instalação do novo quiosque naquela Praça e que, ao mesmo tempo, se proceda ao lançamento do procedimento para a exploração daquele espaço.

Isto é apresentado fora da Conferência de Líderes, atendendo à circunstância do assunto ter sido debatido hoje. Colocaria à consideração, a sua admissibilidade na Mesa e a sua posterior votação.”

O Sr. presidente da Mesa – “Como o Sr. deputado sabe, tem sido política da Mesa, receber de forma pontual, recomendações ou votos durante o funcionamento do próprio plenário.

Regra geral, trata-se de situações inadiáveis e julgo que, pela questão em apreço, será nessa base que o grupo municipal do Partido Socialista faz essa proposta. Não tenho nenhum problema em admiti-la, todavia o plenário pode sempre recusar ou não, essa admissibilidade. Gostaria de perguntar ao plenário se tem alguma objecção.”

O Sr. d.m. Luís Rendeiro – “O grupo municipal do PSD considera que esta não é uma situação inadiável, podendo ser tratada no próximo plenário de Junho.”

O Sr. d.m. Francisco Barros – “Sr. presidente: A questão é que, em Junho será tarde demais para um dos principais objectivos de animação da Praça Velha, que é, a mesma dispor de um espaço de esplanada em funcionamento durante o período das Sanjoaninas.”

O Sr. presidente da Mesa – “Vou pôr à votação, a admissibilidade da proposta.”

Posta à votação, a proposta de recomendação do Partido Socialista foi admitida para discussão no final dos trabalhos, com 20 votos a favor, 9 votos contra e 2 abstenções.”

2 – DO GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA

2.1 - Recomendação do Partido Socialista, à Câmara Municipal e ao grupo EDA para que seja iniciado o processo com vista à musealização da Central Hidroelétrica do Jardim Duque da Terceira com a possibilidade de ser visitada. O documento recomenda ainda que sejam estabelecidos os contactos e as parcerias necessárias de modo a se iniciar o processo de instalação de um futuro museu da electricidade no espaço em causa.

O Sr. d.m. João Maria Mendes - “Sr. presidente, Sra. Câmara, Srs. deputados, Exmo. Público.

Esta proposta tem como objectivo, o aproveitamento de um complexo que está no centro histórico da nossa cidade, como todos sabem, que é a central hidroelétrica do jardim, no sentido de ser transformada num ponto de visita e em mais um ponto turístico da nossa cidade.

Antes de o nosso grupo apresentar esta proposta, tivemos o cuidado de perguntar à EDA, se a produção de energia hídrica daquela central era importante, por se tratar de energias renováveis, visto que nunca é demais aproveitar todas essas energias existentes na nossa ilha.

Foi-nos dito que, das 3 centrais que estão construídas em linha, a do jardim é a que menos produz, dado que a diminuição do caudal de água que se tem verificado nos últimos anos, levou a que a produção hídrica ali, seja extremamente baixa, residual. A terceira central que está na linha de descarga de água é a que produz menos ou praticamente nada, a não ser em algumas alturas do inverno quando há mais água.

A própria EDA já tinha pensado na possibilidade de transformar esta central hidroelétrica numa espécie de pequeno museu da electricidade, depositando ali todo o espólio dos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo quando instalaram a primeira central eléctrica na ilha Terceira, creio que, em 1902.

É neste sentido que propomos que a Câmara de Angra, em conjunto com a Empresa de Electricidade dos Açores, possa adaptar aquela central hidroelétrica, tendo em conta que está enquadrada no jardim público de Angra, um local extremamente central, para que se mostre, não só à população local, porque a maioria nunca entrou ali, como eu e se aproveite culturalmente aquele espaço, a bem do nosso concelho, da nossa ilha e de todos os que nos visitam.”

O Sr. vereador Cota Rodrigues – “A este propósito queria dizer o seguinte: O aproveitamento museológico desta central poderá eventualmente associar-se a todo um circuito respeitante ao aproveitamento da água na ilha Terceira.

Estou a lembrar-me, por exemplo, da nascente do Cabrito, frequentemente visitável por turistas até há bem pouco tempo antes da interrupção do caminho por questões de segurança. É uma das grutas onde há uma nascente de água que é captada. Pode ser inserido num circuito relacionado com o aproveitamento de água na ilha Terceira que julgo que tem algum interesse.”

Não se registando mais intervenções e posta à votação, **a Recomendação constante do ponto 2.1 foi aprovada por unanimidade.**

2.2 - Recomendação do Partido Socialista para que a Assembleia Municipal recomende que sejam efectuadas diligências junto do competente organismo responsável pelos semáforos colocados no fim da Rua da Quinta das Almas, Caminho de Baixo - São Carlos, Freguesia de São Pedro, para que, ao menos durante a noite, passem a estar intermitentes e assim prejudiquem o menos possível a fluidez do trânsito no citado Caminho de Baixo.

O Sr. d.m. João Maria Mendes - “Sr. presidente, muito obrigado. A colocação dos semáforos no Caminho de Baixo deveu-se, como todos sabem, à necessidade de redireccionar o trânsito quando foi inaugurada a escola Padre Tomás de Borba.

Acontece que, nessa altura, a entidade responsável por aqueles semáforos, tinha anunciado que os do Caminho de Baixo seriam apenas accionados quando se aproximasse algum veículo vindo da Canada Nova ou da Quinta das Almas. Isso não se verifica porque, provavelmente, há um sensor que faz com que eles fiquem vermelhos mais rapidamente.

O certo é que, de tantos em tantos minutos, mesmo que não venha qualquer veículo do Caminho de Baixo ou da Quinta das Almas, os semáforos ficam vermelhos no Caminho de Baixo, impedindo que o trânsito flua normalmente.

Eu sou um dos utilizadores e, provavelmente, há muitas outras pessoas que também utilizam muito o Caminho de Baixo. Chegamos ali às 23 horas, o sinal fica vermelho e não passam carros de lado nenhum.

Aqueles sinais são úteis, talvez entre as 8H30 e as 09H30 e entre as 17H30 e as 18H30, altura em que há mais movimento de veículos. Durante o dia podiam ficar intermitentes mas, durante a noite, não faz sentido nenhum que se pare quando não vem qualquer carro.

É nesse sentido que se recomenda a quem de direito, porque não sei quem controla aqueles semáforos, (confesso aqui a minha ignorância), para evitar que as pessoas sejam continuamente maçadas com sinais vermelhos no Caminho de Baixo, quando eles são perfeitamente inúteis. Muito obrigado, Sr. presidente.”

O Sr. d.m. Manuel Gabriel Dias Lopes – “Exmo. presidente da Assembleia, Exma. Mesa, Exma. Câmara, Sras. e Srs. deputados. Eu sou um dos utilizadores diários dessa estrada. Vou distinguir os semáforos existentes em frente à residência do Ministro da República, dos que existem cá em baixo ao fim da Canada Nova.

Penso que não é bem a mesma coisa; os semáforos em frente ao Ministro da República deviam estar permanentemente intermitentes porque temos que parar, sobretudo quando vamos de Angra para lá. Não vem trânsito nenhum, não há carro nenhum e ficamos à espera

que apareça o verde. Penso que aí, o sensor funciona razoavelmente. O sensor da Canada Nova, pelo menos o do lado de cá, é que não funciona tão bem.

Já não sou da mesma opinião a respeito da Canada Nova porque, mesmo com os semáforos a funcionar, de vez em quando há acidentes. Aí, tenho dúvidas em propor que esses sejam desactivados, mesmo de noite.

Em frente ao Ministro da República, acho que neste momento não se justifica, senão a piscar durante as 24 horas por dia. Esta é a minha opinião, já que utilizo aquela estrada várias vezes ao dia. Obrigado.”

O Sr. d.m. Luís Rendeiro – “Nós entendemos que os semáforos do Caminho de Baixo, apesar de toda a argumentação aqui explanada, funcionam como dissuasores do excesso de velocidade numa via sinuosa que foi dotada de um piso novo que favorece os aceleras. Muitas vezes, é durante a noite que se vêem os maiores acidentes e infracções.

Aquela é uma zona residencial onde os moradores apresentam algumas queixas e preocupações quanto ao excesso de velocidade dos veículos que por ali passam. Tivemos o cuidado de falar com alguns moradores na zona a respeito de uma desactivação parcial daqueles semáforos.

Durante a noite, a luz vermelha dura cerca de 26 segundos, portanto, não é um atraso assim tão grande. A preocupação dos moradores tem a ver com o excesso de velocidade e aqueles semáforos funcionam como dissuasores. Assim sendo, entendemos que é útil que continuem tal qual como estão.”

O Sr. d.m. José Alberto Borges – “Em relação às palavras do Sr. deputado João Maria Mendes queria referir o seguinte: Porque não, colocar todos os sinais intermitentes a partir de uma certa hora?

Se os sinais existem para atenuar velocidades e salvaguardar a vida das pessoas, qual o problema em esperar-se 20 segundos, especialmente nos semáforos da Canada Nova onde há pouca visibilidade? Creio que não são os 20 segundos que atrasam qualquer pessoa.

Mais vale perder um minuto na vida do que a vida num minuto. Por isso, achamos que os sinais devem manter-se tal como estão porque são benéficos para toda a gente.”

O Sr. d.m. Carlos Pinheiro – “Aproveitando as palavras dos 2 primeiros interventores, até agradecia que isso acontecesse porque há cerca de um ano e meio pedi uns semáforos intermitentes para a zona da araucária na Feteira e davam-me jeito.”

O Sr. d.m. João Maria Mendes – “Devo esclarecer uma situação que me parece importante: Quando puseram ali aqueles sinais, o que anunciaram foi que eram para resolver o problema dos automóveis que vinham da Canada Nova e da Quinta das Almas. Foi esta a versão que anunciaram; para que um automóvel que viesse da Canada Nova ou da Quinta das Almas, não estivesse infinitamente à espera de vez para entrar.

Aqueles semáforos apenas funcionariam quando se aproximasse algum automóvel vindo da Canada Nova ou da Quinta das Almas. Foi nesse pressuposto que toda a gente os aceitou. O que é certo é que eles não funcionam desta maneira. Aqui é que está o equívoco.

Uma coisa é haver semáforos em vias centrais das cidades (e muitas colocam-nos intermitentes à noite, não é novidade nenhuma, basta ir para qualquer cidade civilizada deste mundo para se ver que isso acontece), outra situação diferente, são sinais para dissuasão de velocidade como referiu o Sr. deputado Luís Rendeiro.

Eu acredito que os moradores prefiram assim para que as pessoas andem mais devagar mas não é essa a função daqueles semáforos. Então, também vou pedir para colocarem uns nas

Cinco Ribeiras ao pé da minha casa porque também lá passam a grande velocidade e assim toda a gente vai querer semáforos ao pé da sua casa para os carros andarem mais devagar.

Não foi essa a razão de ser daqueles semáforos porque, como o Sr. deputado Luís Rendeiro deve saber, esses semáforos para dissuadir altas velocidades também são accionados apenas quando se ultrapassa a velocidade permitida. Basta andar nas estradas de Portugal continental para se encontrar imensos sinais desses.

Esta nossa proposta era para se repor a verdade daqueles semáforos. Se conseguirem colocar lá um sensor que seja accionado cada vez que venha um carro da Canada Nova e da Quinta das Almas, estou perfeitamente de acordo. Se é para dissuadir as pessoas de andarem a alta velocidade, então digam que é para isso e ponham-nos de maneira que só actuem quando alguém circular acima da velocidade máxima permitida naquele espaço, que não sei qual é.

Não podemos ter uns sinais que supostamente são para uma coisa e, no fim, servem para outra. Apresentámos aqui esta proposta no sentido de se repor a verdade naqueles semáforos. Tão-somente nesse sentido.”

O Sr. presidente da Mesa – “A proposta existente refere-se exclusivamente sobre a Canada Nova. Não há nenhuma proposta sobre a zona do Ministro da República.”

O Sr. d.m. Manuel Gabriel Dias Lopes – “As duas designações são Caminho de Baixo. Tanto uma como a outra são no Caminho de Baixo.”

O Sr. presidente da Mesa – “Peço desculpa. Como a intervenção foi praticamente sempre no sentido de serem os da Canada Nova, julguei que se fosse votar apenas esses.”

O Sr. d.m. João Maria Mendes – “Oh, Sr. presidente. Posso fazer aqui um ponto?”

O Sr. presidente da Mesa – “Pode, sim senhor. Depois não diga que não o deixo falar. Faça favor de falar.”

O Sr. d.m. João Maria Mendes – “Atendendo às razões evocadas pelo Sr. deputado Manuel Gabriel, nós retiramos o que diz respeito aos semáforos da Canada Nova e referimo-nos apenas aos que estão junto ao Ministro da República. Pelo menos, esses.”

O Sr. presidente da Mesa – “Bom, a proposta agora é exclusivamente para desligar os semáforos ao pé do «Representante da República». Desligar, não. Pô-los intermitentes.

Atenção Srs. deputados: Vamos votar apenas para que, durante a noite, os semáforos junto ao Sr. Representante da República sejam intermitentes como o cargo. Perdão! Sejam intermitentes.”

Risos.

Não se registando mais intervenções e posta à votação, **a Recomendação constante do Ponto 2.2 foi aprovada por maioria**, com 20 votos a favor, (15 do Partido Socialista, 4 do Partido Social Democrata e 1 do deputado municipal independente), 2 abstenções do Partido Social Democrata e 5 votos contra, (3 do Partido Social Democrata e 2 do CDS-PP).

O Sr. d.m. Manuel Gabriel Dias Lopes – “Durante 2 épocas, numa delas, passou uma carrinha com uns fardos de palha e avariou um semáforo. Esteve, não sei quanto tempo, avariado e sempre intermitente. Há bem pouco tempo, não sei se, por avaria, ou porque tinha sido posto intermitente de forma permanente, o trânsito fluía com muito mais rapidez e nunca vi lá qualquer acidente. Na Canada Nova, mesmo com os semáforos a funcionar, de vez em quando há um acidente.”

O Sr. presidente da Mesa – “Oh Sr. Muito obrigado! Felizmente! Eu estava convencido que o Sr. ia dizer que tinha deixado o fardo de palha ao pé do semáforo para alguém, mas não foi assim.”

2.3 - Voto de congratulação do Partido Socialista pela conquista do título de Campeão da III Divisão Nacional – Série Açores pelo Sport Club Angrense.

O Sr. d.m. Luís Rendeiro – “O grupo municipal do PSD quer associar-se a esta recomendação e à recomendação seguinte do voto de pesar pelo Cónego Monsenhor José Garcia. Não faremos mais nenhuma declaração, vamos associar-nos a essas propostas e vamos votar favoravelmente.”

O Sr. d.m. Francisco Barros – “O voto de congratulação é suficientemente explícito mas é para que ficasse registada e vinculada em acta, a saudação que esta Assembleia fará ao Sport Club Angrense pela conquista do título de campeão da 3ª Divisão Nacional de Futebol Série Açores, acrescido ao facto de se tratar de um plantel exclusivamente amador, o que realça o mérito.

Se alguns dos presentes tivessem assistido a alguns jogos do Angrense, teriam verificado que se debateram com equipas do mesmo campeonato, mas com planteis profissionais ou semiprofissionais.

Acresce a isso, um factor que me parece que seja de destacar: Uma aposta que o Angrense e outros clubes desta ilha têm feito de forma muito consistente nos escalões de formação, o que nos apraz registar.”

O Sr. d.m. José Alberto Borges – “O grupo municipal do CDS-PP também se associa à proposta do Partido Socialista, quer nos votos de congratulação ao Sport Club Angrense, quer no voto de pesar pelo falecimento do Cónego Monsenhor José Garcia.”

O Sr. presidente da Mesa – “Vamos passar à votação. A questão é logística e tem a ver com o voto seguinte. O voto sobre o Cónego José Garcia é por voto secreto.

Simultaneamente, vamos votar o representante para o congresso da Associação Nacional de Municípios, um efectivo e um suplente. Vamos passar à votação do Ponto 2.3.”

Posto à votação, **o Voto de congratulação constante do Ponto 2.3 foi aprovado por unanimidade.**

2.4 - Voto de Pesar pelo falecimento do Cónego Monsenhor José Garcia.

O Sr. d.m. Luís Rendeiro – “O grupo municipal do PSD dispensa o procedimento de votação secreta quanto ao voto de pesar pelo Cónego Monsenhor José Garcia. Gostaria de ouvir o anúncio dos outros grupos municipais.”

O Sr. presidente da Mesa – “Meus senhores, eu posso prescindir do voto por escrutínio secreto mas, nestas circunstâncias, quando se trata de pessoas, é norma que seja por voto secreto. Eu não me oponho. O plenário quer votar sem ser por voto secreto?”

O Sr. d.m. Francisco Barros – “É verdade que, ao longo destes anos, não houve uma uniformidade de procedimentos mas, por parte do grupo municipal preponente, passe a redundância, não temos qualquer tipo de problema em dispensar o procedimento do voto secreto, mas terá que ser uma decisão unânime da Assembleia.”

O Sr. presidente da Mesa – “Por parte do grupo municipal do PSD não há problema, por parte do CDS-PP também não, então vamos votar.”

Posto à votação, **O Voto de Pesar pelo falecimento do Cónego Monsenhor José Garcia constante do Ponto 2.4 foi aprovado por unanimidade.**

O Sr. presidente da Mesa – “Agora sim, por escrutínio secreto, vamos passar ao voto relativo aos 2 presidentes de junta que irão ao congresso da Associação Nacional de Municípios.”

O Sr. d.m. Francisco Barros – “Depois deste contacto mais do que informal que me foi indicado pelo deputado... depois de aturadas negociações, é apresentado o Sr. presidente da junta de freguesia do Porto Judeu, João Tavares, como candidato efectivo e o Sr. presidente da junta de freguesia de S. Bartolomeu, Luís Costa, como candidato suplente. Isto, depois de muito suor e muita negociação.”

O Sr. presidente da Mesa – “Muito obrigado. Notou-se claramente esse esforço, felizmente coroado de êxito. O voto vai ser só «sim», «não» ou branco ou um «S», um «N» ou branco. A D. Fernanda vai começar a recolher.”

O Sr. presidente da Mesa – “Oh, Srs. deputados. Eu peço-vos que não se ausentem da sala porque se dificulta a contagem e vamos passar de seguida ao outro ponto. Eu percebo os fumadores que, cada vez, são mais irracionais, mas tenham paciência e voltem à sala.

Deram entrada, 33 votos. Foram: 31 votos «sim», 1 «não» e um «talvez».

Vamos passar ao Ponto 2.5, respeitante à instalação do quiosque da Praça Velha. Não foi distribuído a todos os Srs. deputados. Foi apenas aos grupos parlamentares.”

2.5 - Considerando a eminente conclusão das obras de requalificação da Praça Velha, atendendo à proximidade do Verão, de todas as actividades culturais, recreativas e sociais desenvolvidas naquele espaço, nomeadamente, as Sanjoaninas 2011, considerando que se torna imprescindível a colocação de um quiosque naquele espaço de modo a melhor servir os visitantes da Praça Velha e promover uma dinamização efectiva daquele local, o grupo municipal do Partido Socialista recomenda à Assembleia Municipal que proponha à Câmara:

1 – Instalação do quiosque já adquirido pela Câmara Municipal, especificamente para aquele local.

2 – Lançamento urgente de procedimento legal para a exploração daquele espaço.

O Sr. d.m. Manuel Gabriel Dias Lopes – “Sr. presidente da Assembleia Municipal, Exma. Mesa, Exma. Câmara, Sras. e Srs. deputados.

Eu não sou o mais velho daqui, mas quase. Devo ocupar, talvez, o 3º lugar. Ando em Angra desde 1950. Assisti a muitas polémicas. «Faz-se, não se faz, faz-se, não se faz». Há sempre uma voz sobre tudo quanto se queira fazer em Angra: «Não se faz! Não se deve fazer! Isso vai ficar mal».

Lembro-me, por exemplo, da iluminação do jardim público na década de 50, a asfaltagem dos passeios do mesmo local, a instalação do hotel aqui ao lado, que nunca devia ser num centro de cidade, eu sei lá; um sem número de coisas de que os mais velhos se lembram.

Tudo lança polémica. A polémica é boa mas é para esclarecer. «Isto não deve ser pintado de branco, deve ser pintado de amarelo. Não deve ser pintado de amarelo, deve ser pintado de cor-de-rosa», mas não é assim. Não se pinta, fica assim. Normalmente, em Angra, é assim; não se deve mexer no que está.

O Dr. Bretão, a determinada altura, numa noite, mandou cortar as árvores todas da Praça Velha porque estavam a provocar os alicerces das casas vizinhas e os donos não estavam dispostos a isso.

Um dia de manhã, quando eu ia para o liceu, estava tudo deitado abaixo. Se não fosse assim, não havia hipótese nenhuma de as cortar, porque uma árvore não se pode cortar! Corta-se quando prejudica e planta-se outra! A outra vai substituir aquela! Não podemos ficar prisioneiros de uma árvore que foi plantada num local onde não devia ser plantada e prejudica os vizinhos, etc., etc., etc.

Eu assinei esta recomendação, vou votar a favor e oxalá que ela se cumpra. Não sei se o novo quiosque é bonito ou feio. Não o vi. Depois de montado, a gente há-de ver se é feio ou bonito. Se ficar mal, há-de ser substituído como se fez com a iluminação pública. Escolheu-se mal os postes de iluminação e nessa altura, a Câmara, que tinha maioria, aceitou perfeitamente que a iluminação não era boa, comprou outra e substituiu-a.

Às vezes, em minha casa, faço coisas com as quais, não estou de acordo, depois de feitas e tenho que remodelar. Portanto, não me custa nada votar a favor desta proposta. Instale-se urgentemente o quiosque, porque o Verão está perto, para termos a esplanada e animação na Praça Velha.

Também me lembro que, quando se começou a animação nas esplanadas, não se devia ter, não se devia, não se devia! Elas estão e estão para ficar.

Vou votar a favor com plena consciência de que, depois de montado, posso até dizer: «Olha, afinal não gosto! É bom que a Câmara resolva substituí-lo e pôr isto noutro lado qualquer!». Antes de ele estar montado, não vou votar para se montar o velho que está podre e não tem condições. Obrigado.”

O Sr. d.m. João Santos – “Uma intervenção muito breve para ler textualmente um pequeno excerto de uma acta de uma reunião da CM, a acta Nº 26 de 2009, em que, em relação a outro assunto, o Sr. vereador Artur Lima profere o seguinte: *«Continuando, o vereador Artur Lima fez ver que, a elaboração das propostas em apreciação, era da competência da presidente da Câmara. Embora não fosse o ideal, era necessário colocar os interesses do concelho acima de quaisquer outros interesses, pelo que, as citadas propostas deviam ser aprovadas impreterivelmente naquela reunião»*.

Neste momento, com as festas Sanjoaninas à porta, a única coisa que propomos, é que coloquem os interesses de Angra acima de quaisquer outros interesses, tragam, de novo, o assunto à discussão no plenário a seguir ao Verão e eu serei o primeiro a intervir sobre manter ou não manter. Não ponham em causa os interesses do concelho em nome de qualquer outro interesse pessoal.”

O Sr. d.m. Luís Rendeiro – “O que foi decidido atrás é que também seria feita uma auscultação pública acerca desta remodelação da Praça Velha. Essa auscultação não está concluída e nós entendemos que esta recomendação visa ultrapassar esta auscultação pública e a manifestação por parte dos munícipes, dos seus próprios interesses.

O Sr. deputado Manuel Gabriel vai permitir-me que discorde, mas eu não sou adepto do «gastar primeiro e pensar depois».”

O Sr. d.m. Manuel Gabriel Dias Lopes – “Já está adquirido.”

O Sr. d.m. Luís Rendeiro – “Esse é que foi o grande problema. A base de toda a esta situação é que, primeiro gastou-se e depois é que se veio discutir. Portanto, por esse motivo também vamos votar contra esta recomendação.”

O Sr. d.m. Fábio Vieira – “Sr. presidente, Srs. membros da Mesa, Sra. presidente da Câmara, Srs. vereadores, Sras. e Srs. deputados municipais.

A questão da Praça Velha será, talvez, o exemplo mais paradigmático dos últimos anos, como o PSD navegou à bolina. Todo o projecto era mau, depois só partes do projecto é que eram más, depois aceitava-se uma coisa, não se aceitava outras.

O que aconteceria a Angra se fosse o PSD a governar? Angra cristalizava no tempo. Muito provavelmente, a principal sugestão seria colocá-la sob uma redoma e não acontecia absolutamente nada.

A prova sobre a requalificação da Praça Velha está à vista de toda a gente. As mesmas pessoas que se achavam mandatadas para empatar todo o processo, hoje estão contentes e orgulhosas do espaço que temos.

A Praça Velha está melhor, está renovada. Um quiosque moderno ali. Mais do que moderno, porque não é só uma questão de estética, mas sim, de funcionalidade. O que aconteceu, foi o PSD a correr atrás do prejuízo. Depois de ter empatado todo o processo, agora quer que se coloque lá o quiosque antigo. O antigo já não era bom há uma série de anos atrás. O PSD continua, como há pouco eu falava, a ser consistente na sua inconsistência.

Há que haver aqui, mais do que interesses municipais, uma visão de futuro. É isso que vos falta. É isso que vos falta porque a Praça Velha está melhor, todos vêm o que foi feito e hoje é uma praça mais funcional.

Até a questão das árvores foi um problema para vós. Não queriam pôr as árvores no chão e agora temos outras muito melhores que vão crescer de uma maneira muito melhor.

O próprio quiosque resolve uma série de problemas. Se se colocar o antigo, o PSD continua sem dar resposta a várias questões: Aos resíduos que se acumulariam à sua volta, à questão da publicidade e até à questão da funcionalidade e da higiene do próprio bar que há-de explorar aquilo. Por vós, não se fazia nada e estava muito bem.

Eu peço que o PSD, o CDS-PP e qualquer angrense, tenham a consciência de que alguma coisa tem que ser feita. Não se pode deixar as coisas da maneira que estão e muito menos, voltar a soluções antigas como o caso do PSD, claramente a correr atrás do prejuízo e dizer: «Ponha-se ali o antigo para que, quem esteve a explorar até agora, possa continuar a explorar». Não é assim que se fazem as coisas. Não pode ser assim.

O PSD tem propostas válidas que, obviamente, têm interesse para o concelho, mas tem que ter uma visão de futuro. Eu sei que essa visão de futuro há-de estar aí. Esqueçam as agendas político-partidárias, que as há e lembrem-se da agenda municipal que é mais importante.”

O Sr. d.m. João Maria Mendes – “Oh, Sr. presidente. Eu vou voltar a uma questão. Que me desculpe toda a assembleia mas, enquanto tiver voz, hei-de continuar a reclamar.

Continua a ser surpreendente, que se preocupem muito com um quiosque na Praça Velha, quando o enquadramento patrimonial da praça continua sem merecer a mínima preocupação do CDS e do PSD.

Há anos que tenho falado na falta do brasão naquela casa. É feio, desfigura a Praça Velha e agora, com a falta das árvores ainda se dá mais por isso. Nunca vi ninguém preocupado com aquilo. Apenas se preocupam que não se coloque o mesmo quiosque que, segundo me constou hoje, até é propriedade privada. O dono até pode não querer colocar o que é seu, na Praça Velha. Não podemos obrigar um proprietário de um quiosque, a voltar a colocá-lo na Praça Velha, por se tratar de propriedade privada.

Se, de facto, há interesse pelo património da cidade, esse património tem que ser defendido integralmente e não apenas um quiosque. Se se ficar por um quiosque, é por intriga meramente política e não por interesse de defesa do património da nossa cidade. Isso é que me deixa desgostoso e descontente. Era isso que queria dizer há pouco quando o Sr. presidente não deixou.

Era-me totalmente indiferente ouvir falar o Dr. António Ventura, porque já sei o que a casa gasta. Era apenas para tricas políticas! Não era para mais nada! O que me interessa é a defesa do património desta cidade; todo ele e não apenas um quiosque na Praça Velha.

Vou votar esta proposta favoravelmente. Venha um quiosque para a Praça Velha. Sendo quadrado ou redondo, é-me completamente indiferente. O que gostaria de ver por parte da oposição, que não tenho visto, era a defesa integral do património desta cidade. Muito obrigado, Sr. presidente.”

O Sr. d.m. José Alberto Borges – “É só para dizer ao Sr. João que, em relação à sua afirmação respeitante ao Dr. Artur Lima, não lhe vou responder. Seria o Dr. Artur a fazê-lo ou então, o seu representante, mas, como tal aconteceu com o Sr. António Ventura, certamente não lhe seria dada voz nem oportunidade de resposta. Por isso, não vou intervir a respeito do quiosque da Praça Velha. Para mim está mais que falado.

Quando o Dr. Artur estiver aqui e se lhe derem oportunidade de falar, façam-lhe as perguntas para saberem quais as suas ideias.”

O Sr. d.m. João Santos – “Oh, Sr. presidente. Desculpe, mas isto foi um bocado surrealista! Se o vereador Artur Lima estivesse aqui e pedisse a palavra, seria para me agradecer. Não lhe fiz pergunta nenhuma, não o ataquei, não o ofendi, só fiz referência a uma afirmação dele, como podia ter feito a um escritor ou a um poeta.

Uma pessoa que, preocupada com o seu concelho, em determinada circunstância, pôs todos os outros interesses de lado, afirmando que, naquele momento, à frente de tudo, estaria o concelho do qual, ele é vereador, seria uma coisa a enaltecer! Não lhe fiz pergunta nenhuma!

Esta discussão, para nós, está encerrada; as petições e tudo o que queiram discutir. Eu já disse aqui e o Partido Socialista é o primeiro a dizer que, quando quiserem continuar esta discussão, discutiremos. Neste momento, a nossa posição, é: Temos umas festas à porta, não vamos parar nem estagnar o concelho por causa destas circunstâncias, nem por causa de petições, de opiniões populares e de consulta pública, porque já percebemos o que são as petições.

Durante semanas, andou-se a encher a boca com mais de 1 000 assinaturas, etc., fazendo referência a nomes que lá estavam. Até o pato Donald ficou muito ofendido porque nunca referiram o nome dele e ele também constava na petição e, quando chegou à Assembleia Legislativa Regional, afinal as assinaturas não chegavam, sequer, a 400. Depois da triagem, aquilo não chegava a 400. Andámos aqui com *fait divers*.

Para nós, a discussão está encerrada. Nós percebemos a vossa posição e penso que a nossa também é clara. O que pretendemos é que, neste momento, não se ponha mais nada em causa por causa de nada, nem sequer por uma questão de gosto pessoal ou global da população. É só isto que propomos.”

Não se registando mais intervenções e tendo sido posta à votação, **a Recomendação constante do Ponto 2.5 foi aprovada por maioria** com 21 votos a favor, (20 do Partido Socialista e 1 do deputado independente), 6 votos contra, (4 do Partido Social Democrata e 2 do CDS-PP) e 3 abstenções, (2 do Partido Social Democrata e 1 do CDS-PP).

3 – DO GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

3.1 - Recomendação do Partido Social Democrata no sentido da Assembleia Municipal recomendar à Câmara Municipal para proceder à suspensão imediata de todos os fornecimentos por parte do empresário em nome individual João Freitas Cardoso ou quaisquer outras empresas que possam estar em incumprimento, face ao disposto no n.º 2 do artigo 8.º da Lei n.º 64/93, de 26 de Agosto (Regime Jurídico de Incompatibilidades dos Titulares dos Cargos Políticos e Altos Cargos Públicos), até que seja conhecido o despacho de pronúncia do Ministério Público referente ao caso supracitado.

O Sr. d.m. Luís Rendeiro – “Queria começar por esclarecer um grande equívoco que aqui está presente e foi patente hoje de manhã: Não está aqui em questão, nenhum tipo de questão pessoal, nenhum tipo de perseguição a quem quer que seja, nem sequer a competência, as capacidades, a qualidade das obras executadas, a empresa, nem a idoneidade seja do que for. O que está em causa é uma questão puramente legal. É a nossa interpretação, a dos juristas que consultámos e a do eleitorado que representamos porque as pessoas abordam-nos e nós estamos aqui para as representar. Isto configura uma infracção ao regime geral das incompatibilidades de cargos políticos.

Como entendemos que não deve haver nenhum tipo de zum zum, suspeita ou deste tipo de controvérsia a respeito de assuntos da Câmara, tendo em conta a participação, (por entendermos que há aqui, de facto, uma incompatibilidade), feita pelos vereadores do PSD, António Ventura e Fernando Dias, ao Ministério Público, entendemos que é dever desta casa, pronunciar-se no sentido de suspender os fornecimentos com quaisquer empresas que estejam nesta situação, (a que foi citada é o exemplo que tem sido mais debatido), até que haja um despacho de pronúncia do Ministério Público.

Se essa pronúncia conduzir a um processo em tribunal e se se verificar a ilegalidade que entendemos que existe, as consequências poderão levar à perda de mandato por parte da actual presidente de Câmara, porque isto é uma questão legal. Não é uma questão pessoal ou de outro foro, que não seja o foro da lei que está em vigor. É só essa a motivação que está por trás desta recomendação do Partido Social Democrata. Muito obrigado.”

O Sr. presidente da Mesa – “Antes de passar a palavra ao Sr. deputado Francisco Barros, gostaria de fazer 2 perguntas à Sra. presidente da Câmara: A primeira, é se tomou parte na decisão e a segunda, se se tratou de atribuição directa ao empresário João Cardoso ou se houve alguma auscultação a outras empresas.”

A Sra. presidente da Câmara – “Sr. presidente, Srs. deputados, devo dizer e isso é público, que não tenho participado destas discussões nas reuniões de Câmara, da mesma forma que não participei em qualquer acto que envolvesse qualquer familiar meu, desde a trasladação de ossadas, passando pelos processos de licenciamento de obras. Naturalmente que, nesta matéria, não tive qualquer intervenção no processo.

Devo ainda acrescentar que cumpro escrupulosamente o que a lei determina em relação a qualquer uma destas adjudicações e nesse sentido, estando eu impedida, em 2009, a decisão foi tomada pela Sra. vice-presidente Luísa Brasil e em 2010, tomada pelo Sr. vice-presidente Francisco Cota Rodrigues.

Quanto à segunda questão, como não participo da deliberação que vai ser tomada, entendo que devo prestar os esclarecimentos que os Srs. me estão a pedir e que, sobretudo, o Sr. presidente da Assembleia me está a pedir.

Segundo esclarecimento: Quanto aos ajustes directos e ao procedimento relativo a estes ajustes directos, o que a lei determina é que, em função do montante em causa, podem ser adoptados vários procedimentos públicos sendo que um deles, legal, é o ajuste directo em função do montante.

O ajuste directo pressupõe, em determinadas circunstâncias, que se adjudique directamente e sem consulta a nenhuma outra entidade, que não, aquela com a qual vamos trabalhar, processo que não foi adoptado nesta circunstância.

Foram consultadas 9 empresas para os procedimentos em causa. Estas empresas foram consultadas com um único critério: O preço. Sendo o preço, no caso em causa, a empresa vencedora foi o empresário em nome individual João de Freitas Cardoso. Foi, por isso adjudicado pelo preço mais baixo, ao empresário João de Freitas Cardoso.”

O Sr. presidente da Mesa – “Muito obrigado, Sra. presidente. Se fiz esta pergunta foi porque, no início dos nossos trabalhos de hoje, na parte da manhã, eu referi que, se tivesse estado na Conferência de Líderes desde o princípio, não aceitaria esta proposta por 2 razões: Em primeiro lugar, como foi referido aqui pelo Sr. deputado Luís Rendeiro, os Srs. vereadores do PSD colocaram a questão ao Ministério Público. Têm todo o direito e legitimidade para o fazerem. O que não é legítimo e digno de um deputado desta Assembleia, é recolocar a questão na praça pública, para que o julgamento seja feito sem que as instâncias, às quais os Srs. vereadores se dirigiram e a quem compete, efectivamente, dar um Parecer, se pronunciem. Isso é que não é admissível.

Por isso refiro, (e como sabem, não é meu hábito pronunciar-me sobre as propostas em discussão), que, sobre esta matéria, se tivesse tido conhecimento prévio do seu conteúdo, não a teria admitido à discussão nesta Assembleia.

É isso que quero que fique muito claro porque, em primeiro lugar, se houvesse alguma razão para colocar alguma questão, seria até de louvar à Câmara pelo facto de, entre 9 empresas, ter adjudicado à que fez o preço mais baixo.

Em segundo lugar, não houve qualquer dúvida. Aliás, basta conhecer a Sra. presidente da Câmara, para não haver dúvida porque, o carácter, esse não se julga na praça pública. Basta conhecer as pessoas, saber como elas são para, de modo algum, se tentar fazer o assassinato dessa situação.”

O Sr. d.m. Francisco Barros – “Não deixo de achar, no mínimo, curiosa, a postura cândida e imaculada dizendo: «Não quero nada contra ninguém», com que o Sr. deputado municipal Luís Rendeiro nos presenteou aquando da apresentação desta recomendação, como ela estivesse dissociada de um conjunto de factos que começaram, lembre-se, com a tentativa de linchamento do vereador Francisco Cota Rodrigues: «Corrupto, gatuno!»

Até houve uma expressão muito simpática por parte de um responsável, não desta Assembleia, mas um responsável político concelhio, que disse que a mulher do vereador Cota Rodrigues devia ser corrida! Houve esta expressão simpática e fina de um fino recorte literário! Entenda-se!

Tudo se especulou e tentou-se pôr nas ruas da amargura e na lama, o nome do vereador Francisco Cota Rodrigues, da sua mulher, então Secretária Regional de Educação e Formação e dos seus familiares. Isto, com que objectivo? Candidamente! Não tinha nada de pessoal. Era tudo político. Notou-se!

De seguida, como, dos problemas da escola da Ribeirinha, pelos vistos se pode dizer que a montanha pariu um rato, eis que surgem os ratos de porão alcandorados numa coisa mística que se chama Bloco de Esquerda que vêm para a praça pública e descobrem que há um senhor empresário em nome individual, de seu nome, João de Freitas Cardoso que é pai da actual presidente de Câmara.

De repente, emanado nalguma irmandade de espírito ideológica que eu desconheço, o PSD agarra-se a isso sem nenhum motivo político! Como é evidente, nada pessoal! Tudo muito claro e transparente! Tão claro e transparente, que colocam na comunicação social, dão sucessivas conferências de imprensa, lançam artigos de opinião, etc., etc., etc., onde, de uma forma sistemática e marcante, tentam denegrir a imagem da presidente de Câmara e pôr em causa a sua honorabilidade.

Não conseguindo chegar a ela, fazem-no através dos seus familiares, esquecendo-se de uma coisa tão simples como esta: O empresário João Freitas Cardoso exerce funções neste concelho, enquanto empresário, há 3 décadas. Ou seja, ele esqueceu-se, (tinha a Sra. presidente da Câmara, 4 anos), de chegar ao pé dela e dizer: «Cutchi cutchi cutchi! Anda cá, Andreia. Queres ser presidente de Câmara? É que, se não, eu não vou prestar mais serviços! Pode ser ou não pode?» Ela não respondeu. A culpa é dela porque, com 4 anos, não teve a maturidade e o discernimento de prever o que aconteceria 30 anos depois.

O mais grave, é os Srs. trazerem isto para esta casa nestes termos e é pena que o Sr. deputado Luís Rendeiro não tenha reproduzido aqui, o que disse na Conferência de Líderes que, como foi público, eu posso dizer: O Sr., na Conferência de Líderes, insinuou a eventual responsabilidade, quase criminal, que cada um dos deputados desta casa teria, na aprovação ou na rejeição desta proposta. É mais uma questão que coloca na Conferência de Líderes e que, aqui, qual passe de mágica, se retira.

Este grupo municipal assume com clareza que se recusa a alimentar esta discussão. Os julgamentos populares, as purgas estalinistas, os inquéritos pidescos não fazem parte das nossas práticas. Como tal, nós, sobre esta matéria, não julgamos ninguém em praça pública.

Há um processo no Ministério Público. Os órgãos próprios e competentes, que decidam. Estaremos aqui para fazer a avaliação política. Para alimentar esta gincana, esta tentativa de pôr o nome das pessoas na lama, não contem connosco. Vocês vão ficar claramente, a falar sozinhos. Muito obrigado.”

A Sra. d.m. Alódia Silva – “Vou apenas falar na questão jurídica da situação em si. Em primeiro lugar, o que está apenas aqui em causa é o impedimento de uma pessoa participar num concurso. Não está em causa, se a Sra. presidente se ausentou na altura da discussão, não está em causa o convite às outras empresas que, legalmente, é obrigatório.

O empresário em causa e qualquer outro que viole o artigo 8º, não pode candidatar-se. O princípio é este. Ele não pode concorrer, não pode participar em concursos de fornecimento. Se a Sra. presidente se ausenta, se convida outras pessoas, isso é irrelevante. O que está subjacente é que é importante. Ele não pode participar e é isto que o artigo 8º diz. É uma mera questão legal. Não há nada mais que isto.

O que se pede a esta Assembleia neste momento, não é que se pronuncie sobre a questão legal ou não, porque nós temos uma opinião sobre a legalidade ou ilegalidade deste assunto, os Srs. têm outra e quem vai decidir isto são os órgãos próprios do Ministério Público e do Tribunal Administrativo e Fiscal de Ponta Delgada.

O que se pede a esta Assembleia e aos membros desta Assembleia é, pura e simplesmente, o que se chama em Direito: «Um dever de cuidado». Ou seja, uma vez que há uma suspeição e

há uma queixa feita em tribunal, uma vez que há uma suspeição de ilegalidade, (não estou a dizer que o tribunal vai dar razão à ilegalidade ou à não ilegalidade).

Uma vez que está em causa, uma suspeição de ilegalidade, cabe aos membros desta Assembleia, o «supremo dever de cuidado». O «dever de cuidado» significa, neste caso concreto, o seguinte: Até haver uma decisão judicial e estando em causa uma suspeita de ilegalidade grave, deve, esta Assembleia, recomendar à Câmara Municipal de Angra do Heroísmo que deixe de efectuar ajustes directos com a empresa do Sr. João de Freitas Cardoso. É única e exclusivamente isto que estamos aqui a pôr em causa, mais nada.

Oh, Sr. presidente: Deixe-me puxar, entre aspas, pelo meu estatuto de jurista e de lidar com estas matérias há muito tempo. Desculpem lá, mas tem que ser. Não está aqui em causa, o facto de a Sra. presidente se ausentar ou não, das reuniões onde são discutidos os ajustes directos. Volto a repetir isto. Não está em causa o facto de se terem feito consultas, que ela até não precisava de as ter feito até 75 000 (setenta e cinco mil euros) de ajuste directo. Não é nada disso que está em causa. O que está em causa é o artigo 8º da lei das incompatibilidades que diz que: «*Ficam impedidos de participar em concursos de fornecimento de bens ou serviços, as empresas cujo capital em 10%, seja titular o seu ascendente*», o que se aplica neste caso concreto. Não está mais nada em causa. Não está em causa o nome das pessoas, não está nada em causa...”

O Sr. presidente da Mesa – “Sra. deputada: A questão é muito mais complicada. Isso não é uma questão linear. Essa é a sua opinião. É a sua exclusiva opinião porque eu arranjo-lhe 50, 100, 200 juristas que dizem exactamente o contrário do que a Sra. acabou de dizer. Se, o que a Sra. acabou de dizer fosse uma verdade que ninguém pusesse em causa, aí, a questão era outra.

Há várias opiniões de gente muito responsável e muito capaz do ponto de vista jurídico, que dizem exactamente o contrário. Não vale a pena voltar a insistir num argumento como se ele fosse único. Não! A grande questão é exactamente essa, de tal ordem que, o que os Srs. fizeram, foi colocar a dúvida ao Ministério Público que julgará, da interpretação que fizer desse artigo 8º.

Não é a única interpretação que existe sobre isso. Não vale a pena insistir que é a única interpretação, porque não é! A Sra. deputada sabe que não é!”

A Sra. presidente da Câmara – “A Sra. Dra. Alódia e deputada municipal, vai, com certeza, escutar-me com atenção porque, não sendo jurista, estudei esta matéria com cuidado e, como compreenderá, estas decisões não são tomadas de ânimo leve.

Vou trazer factos à sua reflexão de jurista que, não se encontra nesta casa, como tal. Está a exercer um cargo político e, como tal, tem perfeita consciência das consequências do que o seu partido preconiza. Nesse sentido, apresento-lhe factos jurídicos para a sua reflexão.

Em primeiro lugar, trata-se da lei de incompatibilidade de titular de alto cargo público. Aplica-se a mim em primeira instância. O titular do cargo público, sou eu. O que a lei determina é que nestes casos, nos casos de qualquer decisão que se tome, independentemente do que seja, eu estou impedida de participar nestas decisões.

Ao contrário do que a Sra. diz, não foi a Câmara a decidir. Foi, quem tinha competência na matéria; no caso, o presidente de Câmara. Estando ele impedido, o vice-presidente toma a decisão porque tem legitimidade para o fazer. É a legitimidade que a lei lhe confere. Em primeira instância, isto na componente do titular do cargo público que é uma apreciação que tem, obrigatoriamente, que ser feita.

Da vertente do empresário a que a Sra. se refere, eu recomendar-lhe-ia a leitura do Parecer Técnico desta autarquia sobre essa mesma matéria. Com certeza que existirão divergências. Agora, devo dizer-lhe que, com certeza, conhece o direito constitucional à iniciativa privada. O que esta lei dispõe é uma limitação a um direito constitucional, portanto, não pode ser lida de forma extensiva como os Srs. estão a fazer; deve se ler o que está lá escrito.

Se o meu pai fosse cientista e, por exemplo, detentor de uma empresa em mais de 10% cuja natureza fosse da área científica, a Câmara poderia contratar-lhe um trabalho de natureza científica ou à empresa, da qual, ele seria proprietário porque, o que a lei diz, é: «... *Expressamente assuntos de natureza comercial e industrial...*». Estamos a ler sobre a matéria, ou seja, o objecto comercial ou industrial. Se formos falar sobre o empresário, não estamos a falar de uma sociedade comercial. Não há equívocos. Não há capital. O empresário em nome individual não tem capital.

Se eu fosse adquirir um trabalho ao meu irmão que é médico na área da saúde infantil, teria total legitimidade para o fazer. Veja lá como a lei é específica. Eu poderia adquirir uma prestação de serviços a um familiar meu, que é médico, para vir dar consultoria à CM, nessa área. Só temos que ler o que a lei diz.

Se me permitem, não há aqui duas interpretações. Há uma única interpretação que é o que a lei dispõe. A lei dispõe sobre sociedades comerciais tituladas em mais de 10%. Eu encontrava-lhe «N» que são tituladas, por exemplo, a 8%, com as quais, temos relacionamento. Não vamos dizer que, pelo facto de ser a 8%, o que o espírito do legislador queria dizer é que não podemos ter relacionamentos comerciais nem industriais com empresas, porque são 8% e não 10, a gente andava aqui... não. A lei diz expressamente uma coisa e temos que ler o que ela diz.

Também lhe vou dizer outra coisa: Fiquei muito sensibilizada com as preocupações do Sr. d.m. Luís Rendeiro sobre a minha família, a minha pessoa e ainda fiquei mais sensibilizada com a sua preocupação de que eu perca o mandato. Quase que me caíram lágrimas com a preocupação do Sr. deputado sobre a minha perda de mandato. Vou lhe dizer que, até eu perder o mandato, acho que, muitas lágrimas vão ter que lhe correr pela cara abaixo.

Sr. deputado Luís Rendeiro: Não se esqueça que, em primeiro lugar, não cometi nenhuma infracção. Eu, que sou a titular, não cometi nenhuma infracção. Segui escrupulosamente o que a lei determina e mais lhe digo que fiquei muito satisfeita em saber quem foram os queixosos porque, até hoje, eles nunca se tinham apresentado.

Fiquei a saber que os queixosos foram: O Sr. vereador António Ventura e o Sr. vereador Fernando Dias. Também é muito importante que se saiba. Foi o que foi aqui dito. Os queixosos estão encontrados e agora que estão encontrados, também lhe digo que tenho direito à minha total defesa que será feita pelos melhores advogados deste país e não, por advogados de formação duvidosa como aqueles que os Srs. encontraram para vos assessorar numa matéria tão importante como esta.

Quando, de uma matéria destas se trata, meus senhores, nós temos que procurar os melhores e não os piores, aqueles que nos dão as respostas que nós queremos; não! Vamos à procura dos melhores! É exactamente isso que vai acontecer! Os melhores serão aqueles que, em função da queixa que foi apresentada, me vão defender nestas circunstâncias. Tenho a certeza que não haverá um juiz neste país, que me condene e me faça perder o mandato por uma razão desta natureza.

Caro Sr. deputado Luís Rendeiro: Tenho a certeza que vai ficar muito satisfeito porque tem mais 3 anos pela frente com Assembleias Municipais para me aturar e para eu o aturar a si, a fazer-me perguntas e eu a dar-lhe respostas porque é para isso que aqui estou.

Luta política, sim senhor, por ideias diferentes, coisas que foram feitas e não deviam ter sido ou falta fazer e temos que fazer. Agora, não por isto, Sr. deputado! Vai perceber porque um dia, há-de chegar a sua vez, (porque tenho a certeza que, com a sua determinação, empenho e tenacidade, uma palavra que agora se gosta tanto de dizer), há-de chegar a sua vez de exercer um cargo político. Tenho a certeza que, nessa circunstância, há-de chegar um dia que o Sr. terá um filho, se calhar, em circunstâncias como as minhas e vai ver quanto isso custa.

Lamento muito que, quando os Srs. tomam decisões desta natureza, não olhem em frente; olhem exclusivamente para o vosso umbigo. Tenho muita pena que isto seja assim. Tenho muita pena porque, a política de futuro se faz de políticos como o Sr. deputado Luís Rendeiro porque o Sr. está no começo e eu já estou no fim. É por isso que, mais de 50% dos portugueses não acreditam nos políticos porque são eles que se descredibilizam a si próprios e dão tiros nos pés todos os dias.

Como já disse na última reunião de Câmara, tenho a certeza que este vai ser mais um assunto em que os Srs. nos dão tiros, mas estão a dar mais tiros nos vossos pés do que nos nossos.

Daqui a um mês, os senhores vão dizer que, apesar de a coisa ter sido publicada na internet, afinal é tudo muito transparente. Afinal, os terrenos foram adquiridos pelo preço certo, afinal havia uma avaliação correcta, afinal até a Sra. presidente podia, ou o Sr. vice-presidente tinha toda a legitimidade para isto ou para aquilo e, afinal, não havia qualquer ilegalidade no procedimento dos ajustes directos.

Também lhe devo dizer que é lamentável que, políticos responsáveis como os senhores, responsáveis por um concelho, (porque o Sr. é titular de um cargo nesta Assembleia, mas também é responsável por um partido num concelho), façam distribuir panfletos propagandísticos eleitorais como o que aconteceu agora em S. Mateus.

Um responsável pelo seu partido teve a triste ideia de fazer distribuir em casa de todas as pessoas de S. Mateus, o mesmo artigo que publicou no jornal. Em todas as casas das pessoas de S. Mateus! Isso é uma coisa indescritível e lamentável!

Tenho muita pena que assim seja. Há-de chegar o dia em que se fará justiça, também sobre esta matéria! Muito obrigada.”

Aplausos da bancada do PS.

O Sr. d.m. José Alberto Borges – “Em relação à proposta em causa, Sra. presidente, gostaria de ressaltar que, em meu nome pessoal, quero referir que as pessoas que eu conheço, o Sr. João de Freitas Cardoso e seus familiares, pelo menos a sua senhora, são pessoas que conheço há 30 e tal anos por razões, até profissionais e tenho-as como pessoas muito sérias. Quero referir isso aqui e em meu nome pessoal. É a opinião que tenho dessas pessoas e é a opinião que continuarei a ter.

Vou referir-me apenas à posição que o CDS tem tomado na Câmara. Penso que tem sido uma posição expectante em relação ao Parecer positivo ou negativo. Nós não sabemos. Aguardamos e só depois, poderemos tirar consequências políticas.

Penso também, que a proposta do PSD é só no sentido de, enquanto não for dado qualquer Parecer por parte do Ministério Público. Nesse caso, devido à acção que foi posta pelo PSD, a Câmara interromperia qualquer atribuição de... qualquer familiar existente ou qualquer relacionamento que haja entre a Câmara e o empresário familiar. Acho que a Câmara nem terá qualquer problema em suspender essas atribuições de qualquer serviço.

Lamento que se tenha entrado nesse jogo que não é nada bom para a defesa dos familiares, quer da Sra. presidente da Câmara, quer do Sr. Rendeiro. Esse diálogo, para mim, não foi o melhor. É isso que eu quero dizer.”

O Sr. d.m. Fábio Vieira – “Sr. presidente da Mesa, Sra. presidente da Câmara, Srs. vereadores, Sras. e Srs. deputados. O grupo parlamentar do PS não queria entrar em polémicas.

Gostaria de fazer uma breve intervenção, falando em nome pessoal, porque ainda há poucos dias, fui abordado por um militante do PSD que me perguntava como é que eu podia defender a Andreia Cardoso. Obviamente, que a defenderei sempre como camarada, como amiga e como cidadã, também. Farei uma intervenção sobre isso.

Essa questão tem sido muito polémica, a meu ver, de maneira completamente desnecessária. Em primeiro lugar e como declaração prévia, parece-me pertinente que a questão tenha sido levantada e a partir daí, mais nada foi bem feito porque, uma coisa, seria levantar-se a questão, que é pertinente como tem sido explicada, mas o que o PSD fez imediatamente na imprensa pública, foi um linchamento da Sra. presidente, do nome da família, de toda a gente e mais alguma. Qualquer socialista, qualquer pessoa, não pode compactuar com isso.

Não sei se já repararam que, quem levantou essa questão, o Bloco de Esquerda, que dizia que era absolutamente ilegal, há bem poucos dias foi dizer: «Bom, se calhar não é ilegal, é imoral».

Perguntem ao Bloco de Esquerda porque é que vieram dizer que era imoral. Porque, o Parecer que eles têm na mão, aponta-lhes que não há ilegalidade, que não há matéria para levar isso para a frente. Com todo o respeito, porque a interpretação que o PSD faz, é uma interpretação jurídica, a interpretação que o Bloco de Esquerda faz, é uma interpretação moral e eu ainda lhes apontaria uma terceira interpretação: Uma questão ética.

Sobre a questão jurídica, quer a vossa recomendação, quer os Pareceres em que se estão a basear, são muito latos e pouco fundamentados. O vosso Parecer fala na questão das sociedades comerciais. É muito lata, a interpretação que vocês fazem aqui.

Como é que, um empresário em nome individual, que não está sob a alçada do código das sociedades comerciais, sob a mesma alçada de uma sociedade comercial, nem no mesmo regime jurídico ou fiscal, pode ser considerado para a mesma coisa?

A interpretação que aqui é feita é muito extensa e não é o espírito da lei. Não sei qual a assessoria que o PSD tem, mas, juridicamente, é uma péssima interpretação. É um trabalho muito mal fundamentado. O que aqui está é mal fundamentado porque temos tido acesso a outros Pareceres e nenhum deles vai nesse sentido.

Há, ainda, uma questão importante: Querem que esta recomendação pare as obras. Meus senhores: Se foi até agora defendido pela Sra. deputada Alódia, que era uma questão jurídica e seria defendida pelas instâncias próprias, coloquem uma providência cautelar. Se estão assim tão seguros, vão para tribunal para todos ficarmos a saber o que o tribunal vai vos dizer: Que não têm qualquer fundamentação. Toda esta recomendação está ferida de morte desde o início. Toda ela está ferida de morte.

Há ainda uma outra questão muito importante do ponto de vista jurídico: Além do respeito integral por esse regime de incompatibilidades, há também um respeito integral pelo código de contratação pública. Portanto, foi tudo feito de acordo com o que seria necessário. Juridicamente, não entendo os argumentos do PSD. Não entendo.

Do ponto de vista moral, como é colocado pelo Bloco de Esquerda e que poderia, eventualmente, também ser colocado por vós, o que se trata na moral é uma questão de costumes.

Temos aqui um empresário que, há 30 anos, é empresário em nome individual, que forneceu serviços para Câmaras PSD, que forneceu serviços para Câmaras PS, que é um homem com créditos firmados. Onde é que se encontra aqui, um atentado à moral? Um homem que é um empresário considerado há 30 anos, muito antes de a Andreia Cardoso ser ou não ser presidente de Câmara! Não entendo. Sinceramente, não entendo!

Até, do ponto de vista da ética, do bem ou do mal, se o fornecimento de serviços tivesse sido bom ou mau, temos aqui um processo claro e consultável. A proposta economicamente mais vantajosa, foi a que foi aceite.

Quer do ponto de vista jurídico, legal, quer do ponto de vista moral ou ético, esse processo é claro do princípio ao fim. Basta um pouco de boa vontade para o perceber.

Eu tinha a impressão que se tinha aprendido alguma coisa com a questão dos terrenos da Ribeirinha. Sinceramente, acho que todos nós tínhamos aprendido alguma coisa com aquilo. Empolou-se. Fez-se um círculo à volta do que aconteceu. Não entendo porque é que o PSD vai na onda do Bloco de Esquerda que ainda é menos perceptível e coloca essa questão.

Votarei contra essa proposta, defenderei a Andreia Cardoso sempre que for necessário e parece-me que o tempo também se vai encarregar de explicar isso.”

O Sr. d.m. Luís Rendeiro – “Temos aqui uma divergência de base em relação à interpretação da lei. O Sr. deputado Fábio Vieira disse aqui uma frase chave: Também concorda que é pertinente que se faça a discussão do caso nesta casa.

Por ser pertinente e por ser importante que os partidos e os seus deputados municipais se pronunciem, se debatam e fiquem vinculados, Sr. deputado Francisco Barros, com aquilo que são as suas opiniões, as suas posturas e as suas interpretações da lei e dos factos em jogo, é que trouxemos para aqui esta questão.

Não é uma questão de fulanização, nem de ofensas pessoais, nem da dramatização que aqui foi posta por nenhum dos intervenientes. Não é disso que se trata. Há aqui um grande equívoco. Não é disso que se trata, mas sim do cumprimento escrupuloso da lei que, na nossa interpretação deve ser feito de um modo e na vossa, deve ser feito de outro.

Em consciência, entendemos que esta recomendação deve ser feita e deve existir esta pronúncia da Assembleia Municipal. Quanto ao procedimento judicial em curso, esperaremos pelos seus resultados.

Entendemos que, tendo em conta, o já referido «dever de cuidado» pela Dra. Alódia Rocha, esta Câmara deveria aprovar a suspensão dos fornecimentos até à pronúncia judicial. Os Srs. entendem que não, votaremos e todos nos responsabilizaremos pelo voto, pelas nossas opiniões e por aquilo que fizermos aqui hoje. Muito obrigado.”

O Sr. d.m. Carlos Pinheiro – “O motivo que me leva a falar é muito simples e o mais honesto, possível. Eu não estou contra quem apresentou a proposta, não estou a favor de quem foi ofendido. Essencialmente, é sobre as incompatibilidades. Seria desonesto para comigo mesmo e contraproducente, eu estar a votar contra uma firma que pode estar incompatível.

Toda a vida pratiquei incompatibilidades nesta terra. Eu não posso praticar o serviço que faço durante o dia e pratico à noite. Eu seria desonesto. Por isso mesmo, vou votar contra esta proposta. É por isso que eu voto.”

Terminadas as intervenções e posta à votação, **a Recomendação do Ponto 3.1 foi rejeitada**, com 22 votos contra, (20 do Partido Socialista, 1 do Partido Social Democrata e 1 do deputado municipal independente), 1 abstenção do CDS-PP e 5 votos a favor, (4 do Partido Social Democrata e 1 do CDS-PP).

O Sr. d.m. João Santos – “Uma declaração de voto, Sr. presidente. O grupo municipal do Partido Socialista lamenta profundamente a forma como o PSD pretende criar factos políticos artificiais, colocando em causa o bom nome de cidadãos que, há mais de 3 décadas, prestam serviço neste concelho e promovem a criação de emprego.

Na verdade, estivemos perante uma encenação de laivos que, assustadoramente, nos transportam aos tempos de um estalinismo requeitado ou persecutórias insinuações pidescas onde a justiça não é exercida no seu lugar próprio, os tribunais, mas sim, na praça pública, tentando promover-se o linchamento de pessoas sem direito a uma defesa.

Para o grupo municipal do PS, esta temática tem lugar em fóruns, não devendo, em qualquer circunstância, este órgão, sobrepor-se de forma demagógica e insultuosa à honestidade dos empresários ou empreendedores, chamem-se eles: João Freitas Cardoso, João Medeiros, Rui Natal Costa ou, permitam-nos a ironia, José dos Anzóis.

O PSD, estranhamente acolitado pelo Bloco de Esquerda, busca desesperadamente o seu momento de fama, incapaz de produzir uma ideia, de apresentar uma alternativa, de contribuir para o desenvolvimento deste concelho, do qual, tanto dizem gostar. Pelo contrário, o PSD comporta-se como um cata-vento, mudando de opinião ao sabor de um qualquer sopro de descontentamento, mesmo que protagonizado por personagens como o Pateta ou a abelha Maia.

Alguém lança um protesto, o PSD apoia, mesmo que digam o mesmo e o seu contrário, em menos de uma semana.

Votámos contra esta recomendação porque, além do mais, a mesma, enferma de erros, insinuações e mesmo desafios intimidatórios à livre expressão dos membros desta Assembleia quando lhes é acenado o papão da responsabilidade pelo sentido de voto.

Sim! Votámos contra, com toda a certeza que não será o PSD e a sua senha totalitária, a querer condicionar as nossas opiniões. Muito obrigado.”

O Sr. presidente da Mesa – “Não havendo mais intervenções, vamos pôr à discussão e votação, a minuta da acta desta reunião.”

O Sra. d.m. Cristina Maria Alves de Sousa, na qualidade de 1.º secretário da Mesa, procedeu à leitura da **minuta das deliberações** que, posta à votação, **foi aprovada por unanimidade**.

O Sr. presidente da Mesa informou os Srs. deputados municipais, que a próxima reunião, em princípio, se realizaria em Santa Bárbara ou, na impossibilidade, nas Cinco Ribeiras. Ficaria agendada para o mês de Junho e quando houvesse uma indicação mais precisa da data, a comunicaria aos líderes parlamentares.

Agradecendo a todos os presentes, desejou-lhes a continuação de um bom fim de tarde e um bom fim-de-semana.

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a sessão, pelas 17H37M do dia 29 de Abril de 2011, da qual se lavrou a presente acta que vai assinada pelo presidente da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo e pelo seu redactor, 1º secretário da respectiva Mesa.

O Presidente da Mesa

Ricardo Manuel Rodrigues Barros

O 1º Secretário

Cristina Margarida Alves de Sousa